ASSIS CINTRA

O CHALAÇA

FAVORITO DO IMPÉRIO

Assis Cintra

O Chalaça

Favorito do Império

Edição Digitalizada
2019

Digitalização, capa, composição
e notas adicionais por

L Vallejo – 2019

http://cloneclock.blogspot.com.br/

Cópia do exemplar autografado por Assis Cintra:

Francisco Gomes da Silva, que morreu como conselheiro do Imperio e conde de Ourem, foi uma das interessantes figuras que viveram nas intrigas palacianas da Côrte de D. João VI e de Pedro I.

Alegre, pilherico, mulherengo, sua popularidade era filha do seu genio folgazão, das suas attitudes chalaceantes, da sua astucia invencivel. Teve duas alcunhas: a de *"bom conhecido"* e *"Chalaça"*. Foi com esta ultima que entrou para a historia do Brasil.

O portuguez Antonio Gomes da Silva, ourives da casa real, deu-lhe o nome, perfilhando-o e legitimando-o, a pedido do Visconde de Villa Nova da Rainha, que era o verdadeiro pae. Essa legitimação, que custou 8.000 cruzados ao Visconde, foi consequencia do contracto de casamento do fidalgo com a filha do conde de Rezende, que exigia, preliminarmente, que o noivo se

"Ao meu grande amigo Bastos Cruz (o querido Zeze) com um abraço de Assis Cintra
Avaré, 18-05-39"

Explicação Histórica

A biografia do Chalaça[1] tem várias fontes:

1ª - Os seus livros publicados;
2ª - A biografia feita pelo seu herdeiro Dr. Francisco Gomes da Silva Filho;
3ª - A biografia feita por Pinheiro Chagas;
4ª - A biografia feita por R. Mendes Brito;
5ª - A biografia feita por Antônio Sampaio de Almeida.

O episódio "**Nos degraus do trono**", é por demais conhecido através de vários escritores; no capítulo "**O pacto diabólico**", foram aproveitadas revelações feitas numa carta pelo Marquês de Barbacena e o relato de Clemente de Oliveira, panfletário do "Brasil Aflito" e "Tumores dos Braganças". O que se lê em "Um capítulo de História" é trabalho de dois historiadores, o português F. Chagas e o brasileiro P. Silva. Se houver exageros, são desses dois cronistas e não meus, que apenas reproduzi o que eles escreveram.

[1] **Chalaça**: Dito gracioso e picante; PIADA; PILHÉRIA - Caçoada, deboche, troça, zombaria - Dito de mau gosto, grosseiro (NE)

O “**Romance do Chalaça**”, onde aparecem os amores do favorito, também não é invenção minha. Eu reproduzi essa narrativa, modificando-a na linguagem, tirando-lhe o feitio arcaico, de umas crônicas da vida colonial do escritor antigo N. Azevedo. Se há mentiras nessas histórias de amor do Chalaça, as mentiras são do Azevedo, que outrora as vulgarizou, e não minhas, que hoje as reproduzo como simples gramofone de velhas crônicas. Chalaça, com a iniciais F.G.S., publicou a história dos seus dois amores, e Azevedo as aproveitou.

Há neste livro três afirmações muito pouco conhecidas e que podem causar espanto:

1ª - Que a Marquesa de Santos foi amante do Chalaça e que com ele se associou para juntos explorarem o governo;

2ª - Que o Chalaça era filho do Visconde de Vila Nova da Rainha e não do ourives da Casa Real;

3ª – Que o Chalaça se casou com a viúva de Dom Pedro I, a Duquesa de Bragança, em casamento secreto, do qual teve uma filha, que foi esposa de um banqueiro americano e depois de um oficial prussiano.

Quanto aos amores da Marquesa com o Chalaça, isso é do livro de Clemente de Oliveira, “**Tumores dos Braganças**”; o caso da paternidade atribuída ao Visconde de Vila Nova da Rainha, é da biografia feita por Sampaio de Almeida; e o casamento secreto com a neta de Josefina

Bonaparte, é do interessantíssimo livro de Pierre Renaudin, publicado em 1875 – “**Les amours de la famille Bonaparte**”. Ali ele conta o que digo no primeiro capítulo deste livro.

Afinal, o que se vai ler não é meu; é dos outros, é de gente antiga que escreveu essas coisas.

Neste livro, eu fui apenas um copista. Copista também fui nos livros “**As Amantes do Imperador**” e “**Carlota Joaquina**”.

Se houver xingamentos contra mim, que eles recaiam nas cabeças dos historiadores bisbilhoteiros dos tempos antigos, gente que já está purgando nas profundezas dos infernos o feio pecado de revelar segredos de pessoas notáveis.

Eles escreveram: pecado mortal; eu copiei: pecado venial. E, por um pecado venial cristão não se vai para o inferno.

Entretanto, se é preciso que por este livro alguém pague o pato, que seja esse condenado o Koogan, da “Editora Guanabara”.

ASSIS CINTRA

Índice

1 - Quem foi o Chalaça?

Francisco Gomes da Silva, que morreu como conselheiro do Império e Conde de Ourem, foi uma das interessantes figuras que viveram nas intrigas palacianas da Corte de D. João VI e Pedro I.

Alegre, pilhérico, mulherengo, sua popularidade era filha do seu gênio folgazão, das suas atitudes chalaceantes, da sua astúcia invencível.

Teve duas alcunhas: a de "*bom conhecido*" e "*Chalaça*". Foi com esta última que entrou para a história do Brasil.

O português Antônio Gomes da Silva, ourives da Casa Real, deu-lhe o nome, perfilhando-o e legitimando-o, a pedido do Visconde de Vila Nova da Rainha, que era o verdadeiro pai.

Essa legitimação, que custou 8.000 cruzados[2] ao Visconde, foi conseqüência do contrato de casamento do fidalgo com a filha do Conde de

[2] Eis a cotação aproximada das moedas depois de 1800:
1 conto ---- 50 mil francos
1 conto ------ 1 mil pesetas (duros)
1 conto ----- 210 libras
1 conto ---- 2500 cruzados
1 conto -- - 1 milhão de réis
1 conto ---- 1,43 kg de ouro (NE)

Resende, que exigia, preliminarmente, que o noivo se desfizesse do garoto, que até então se criava na sua casa com regalias de filhote de raça.

A mãe, que o deu à luz em Lisboa, em 22 de setembro de 1791, era uma aldeã robusta e formosa cachopa de 19 anos, serviçal de quarto da família do visconde donjuanesco. Maria da Conceição Alves, a moçoila seduzida, registrou o produto dos seus amores como filho de pais incógnitos.

E quando a condessinha de Resende, a graciosa e senhoril Da. Inês, se deixou vencer pelos enleios amorosos do titular de Vila Nova da Rainha, exigiu-lhe a remessa da rapariga para a África e o afastamento do menino, então com oito anos de idade, para longe de Lisboa.

E foi assim que o fidalgo, conseguindo do seu protegido Antônio Gomes a obrigação de legitimar a criança mediante um ajutório de 8.000 cruzados, ainda arranjou de lambujem[3], para o testa de ferro "sui-generis", o emprego de ourives da casa real.

Chalaça foi preparar-se para padre (e que padre sairia ele!) no Seminário de Santarém, sob os auspícios e proteção do Visconde.

Em Santarém foi coroinha, recebeu as primeiras letras, estudou filosofia e latim, enfronhou-se em

---

[3] Lambujem: lambuja, pequena vantagem (NE)

francês, inglês, italiano e espanhol, línguas que falava corretamente na sua idade madura.
Estava em vésperas de se ordenar, quando soube dos preparativos da Corte para a evasão vergonhosa de 1807. Brigou com o reitor e com o padre-mestre da disciplina do seu seminário de Santarém, e viajou com destino à capital.

Preso por uma escolta francesa, foi levado diante de Junot, aquartelado em Abrantes, a 22 léguas de Lisboa. Condenado como espião ia ser fuzilado, quando o acaso lhe permitiu uma fuga rocambolesca, chegando, esbaforido, no cais de embarque de Lisboa, justamente na manhã em que o Príncipe Regente e os 15.000 portugueses da comitiva se punham em navios fugindo de Junot. E com a Corte fujona de D. João VI chegou ao Rio de Janeiro.

No Rio, em 1808, trabalhou com o seu pai "nominal", o ourives Antônio Gomes, estabelecido com oficina na rua Direita. Indispondo-se com o velho por causa das serenatas e desordens, armou na rua do Piolho (depois da Carioca), uma lojinha de barbeiro, dentista e sangrador, com aplicações de bichas e ventosas.

Amancebando-se com a famosa Maria Pulquéria, vulgo "Maricota Corneta", dona de uma hospedaria da rua da Viola (depois Teófilo Ottoni), dali saiu, em 1809, para se associar com Sebastião Cauler num botequim do largo do paço, junto do arco dos Teles.

Em 1810, conseguiu que o seu nome fosse incluído na lista de criados honorários do Paço.

Em 1811, foi nomeado por D. João como moço de reposteiro[4] do palácio.

Em 1812 foi agraciado com o "Hábito de Cristo", por serviços reservados prestados ao Príncipe Regente.

Em 1816 recebeu o rendoso emprego de juiz da balança da Casa da Moeda.

Protegido por D. João, tornou-se pouco tempo depois o favorito de D. Pedro, que fez dele um companheiro de aventuras noturnas.

Em 1817 sofreu um sério revés na sua vida: pilhado em flagrante delito de amor com uma dama do Paço, Eugênia de Castro, dentro da própria residência real, foi expulso do serviço de D. João e exilado para uma distância de 10 léguas do Rio de Janeiro. Abrigou-se em Itaguaí, na casa do vigário, que fora seu colega no Seminário de Santarém. Depois, a pedido do Visconde de Vila Nova e por serviços de caráter reservado[5], foi readmitido no Paço.

D. João VI, regressando para Lisboa, não levou o Chalaça consigo e D. Pedro, como Príncipe Regente do Brasil, querendo reduzir as despesas

---

[4] cortinado que serve para substituir ou dissimular uma porta - criado do paço a quem compete cerrar os reposteiros (NE)

[5] Veja detalhes no livro "Carlota Joaquina"

da Casa Real, não considerou Francisco Gomes da Silva como camareiro efetivo e sim honorário e sem ordenado.
O motivo desta atitude foi o empenho que o "Chalaça" fez para acompanhar o rei no seu regresso para Lisboa.

D. Pedro que o escolhera para o seus serviços, ao tomar conhecimento da vontade de retorno, desagradou-se e, por picardia, deu-lhe um título honorário.

Em 1822, porém, o "Chalaça" reconquistou a amizade do Príncipe que, indo a São Paulo, escolheu-o para fazer a sua correspondência, em virtude da habilidade caligráfica do serviçal.

Tais coisas fez este serviçal, que empolgou completamente D. Pedro. Em suas "Memórias", diz o favorito que ele foi a primeira pessoa a quem o Príncipe revelou a disposição de fazer a independência do Brasil.

Recebendo com entusiasmo e incitando D. Pedro a tal cometimento, "*prestei-lhe*", diz ele, "*alguns servicinhos*".

Esses "servicinhos" foram, entre outros, o levar para o Rio de Janeiro D. Domitila de Castro, com quem se aliou secretamente, na política e na alcova, segundo nos conta Cipriano Barata, num dos seus panfletos.

Vasconcelos Dumont, anotando o livro do Chalaça, exemplar existente no Instituto

Histórico, diz que, realmente, o favorito de D. Pedro prestou serviços à Independência, pois recebeu a "placa" do Cruzeiro.
A Ordem Imperial do Cruzeiro fora criada por sugestão de José Bonifácio para premiar os batalhadores da emancipação política do Brasil, apresentando-se D. Pedro, no dia da coroação, com as insígnias de Grão-Mestre.

Comendador, com o hábito de Cristo, Chalaça recebeu a insígnia de cavaleiro do Cruzeiro em 19 de abril de 1826 e, por "relevantes serviços", foi promovido a Dignitário Honorário, pelo decreto de 7 de setembro de 1830.

Em 6 de abril de 1826, por decreto, o Imperador já o nomeara "Conselheiro do Império".

Quando, em 1822, D. Pedro resolveu criar a Guarda de Honra do Imperador, guarda de voluntários a cavalo, composta de três esquadrões de gente da elite das províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, o primeiro dragão voluntário que se apresentou foi o Chalaça.

Organizada essa Guarda Imperial em 1º de dezembro de 1822, tomou forma legal e definitiva pelo decreto de 1 de abril de 1823.

Já em março desse ano se achava o Chalaça acumulando o ofício de soldado da Guarda com o de criado particular do Príncipe.

Em 24 de abril de 1823 o favorito ostentava a farda de Tenente e em 4 de setembro com a de Ajudante de Ordens.

No ano seguinte de 1824, no dia 7 de setembro, foi promovido a Capitão; Major em 1º de outubro e Coronel Comandante em 10 do mesmo mês.

Soldado em 1º de dezembro de 1822 e Coronel Comandante da Guarda Imperial em 10 de outubro de 1824, fez o Chalaça a mais rápida carreira militar do mundo.

Como Ajudante de Ordens, foi distinguido com o cargo de oficial da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, em 10 de dezembro de 1823.

Em 4 de abril de 1825 foi promovido a oficial maior da referida Secretaria de Estado e foi nessa qualidade que inseriu na Carta Constitucional a sua assinatura com a rubrica: - "*Francisco Gomes da Silva, a fez*".

Por ter metido a mão na "Carta Constitucional", D. Pedro o condecorou com a comenda honorária da "Torre e Espada", ordem portuguesa reformada por D. João, logo depois de chegar ao Brasil, no ano de 1808.

Comendador da "Torre e Espada" em 1º de maio de 1826, o felizardo aventureiro crescia aos olhos do Imperador, a quem procurava adivinhar os pensamentos.

Considerando os serviços prestados pelo valido[6], amigo do peito e confidente, deu-lhe a incumbência de fazer a correspondência particular, de dirigir o Arquivo da Casa Imperial e de administrar a fortuna pessoal do soberano.

E foi assim que criou um gabinete, chamado pelos seus inimigos de "Gabinete dos favoritos", "Camarilha palaciana", "Conselho secreto", "Grêmio da Inquisição" e "Gavetário do chupa-chupa".

Chalaça, aliado com a Marquesa de Santos, tornou-se o Richelieu do nosso Luiz XIII mulherengo.

Nessa ocasião, resolvera o monarca ser literato, escrever artigos nos jornais da época, garatujar pensamentos.

Chamava então o favorito, dizia-lhe a idéia, e o homem de confiança, com a pena de pato em punho, dava forma ao pensamento imperial.

E foi adiante: mandou o Chalaça escrever parágrafos e artigos da Constituição.

Em fevereiro e março de 1826 esteve com D. Pedro na Bahia; e em 1827, no Rio Grande do Sul, assistiu a comédia de "desespero e dor",

---

[6] Que conta com a proteção e o amparo especial de alguém, esp. dos poderosos; PROTEGIDO - Que goza de particular estima; que é muito prezado; FAVORITO (NE)

representada por seu amo, quando soube da morte da esposa D. Leopoldina.

Em 1829 D. Pedro encarregou o Chalaça de pedir a mão da filha do rei Luiz Felipe, de França. O caso causou escândalo em Paris.

O Marquês de Barbacena, que aconselhara o Chalaça a guerrear a Marquesa de Santos, alegrou-se com a queda da favorita.

E quando se viu com influência junto da Imperatriz Amélia, conseguiu que ela fizesse pressão sobre o marido para o afastamento do Chalaça.

Conseguiu que D. Pedro o mandasse para a Europa, no posto de Ministro Plenipotenciário do Brasil em Nápoles, com todos os vencimentos e honras dos cargos que exercia no Brasil, para onde nunca mais voltou.

- "*Partiu*", diz um cronista, "*cercado dos carinhos do seu velho amigo D. Pedro, que muito se preocupou com o seu embarque, realizado em 25 de abril de 1830, proporcionando-lhe todas as vantagens, inclusive uma pensão de 25.000 francos, tirados do seu bolso imperial. Na Europa foi, talvez, que Francisco Gomes da Silva descobriu toda a perfídia de Barbacena, embora continuasse a receber dele cartas amistosas*".

O famigerado "Conselheiro Chalaça", escreveu três livros interessantes:

- “*Memórias oferecidas à Nação Brasileira*”, impressas em Londres em 1831.
- “*A exposição do Marquês de Barbacena, comentada, etc. por um brasileiro nato*”.
- “*Romance de dois amores*”, por F.G.S.

O primeiro livro é uma tremenda catilinária contra Barbacena, embora muita coisa que ali se leia seja de verdade discutível.

O segundo, é a análise da vida de Barbacena na Europa.

O terceiro, uma espécie de novela na qual ele aparece com o nome de Francisco, e que, remodelada por um cronista do Império, teve duas edições: uma, mais de acordo com o original, publicada em 1878, e outra, onde aparece o Francisco com o nome de Francisco Silva, aumentada pelo cronista, que a modificou. Esta foi publicada em 1899.

Em 1833 o Chalaça foi chamado a Lisboa por D. Pedro, então Duque de Bragança e Regente do Reino, que o nomeou Secretário da Casa de Bragança, cargo que ocupou até morrer.

Quando, em 1834, faleceu D. Pedro, o Chalaça acompanhou D. Amélia a Munique, a Ilha da Madeira e a Berlim.

Nesta cidade, 4 anos depois da viuvez da sua ex-inimiga e agora melhor amiga, com ela se casou “secretamente”, e com ela teve uma filha, Amélia Francisca, que foi esposa, em primeiras núpcias,

do banqueiro norte-americano Alexandre Anderson e, em segundas, do Barão Rodolfo Steinen, Coronel de Artilharia, que se celebrizou na guerra franco-alemã de 1870.

Deixou também um filho, que foi o produto dos seus amores clandestinos com uma bela brasileira que, mais tarde, se casou com um conhecido político do Império. Ocultamos o nome desse filho para não ferirmos susceptibilidades tolas do seu neto que é... "notável" político da "República Nova" de 1930, revolucionário graúdo que se envergonha, indevidamente, de ser bisneto do famoso Chalaça, como se alguém pudesse ter culpa de suas origens...devidas a destemperos amorosos.

O Chalaça teve outro filho com Marianinha, filha do célebre Pedro Cigano, do Rócio. Legitimado por ele, o menino foi levado para Londres, matriculando-se, em 1831, no "Allen College" e mais tarde doutorando-se em medicina numa universidade.

Tal foi o Dr. Francisco Gomes da Silva Junior, médico que clinicou no Rio de Janeiro alguns anos e que se orgulhava de ser filho do Chalaça, de quem publicou uma biografia interessantíssima, condenada por "indiscreta e inconveniente" pelo Governo Imperial em 1866, ano em que se publicou e foi apreendida pelas autoridades policiais.

De nada valeu a providência policial, porque o Dr. Silva Junior a escreveu em inglês, e a publicou

em Londres, dois anos depois, com a nota de edição para os amigos ingleses.

Em 1851, sentindo-se muito doente em Berlim, o Chalaça fez a partilha de quase toda a sua nababesca fortuna, dividindo-a entre Amélia Francisca, a formosa e linda Baronesa de Steinen, e o filho Francisco, que foi médico no Rio, em Lisboa e em Londres.

Pela folha da partilha verifica-se que ele levou vantagem na sociedade que fez com a Marquesa de Santos para, juntos, explorarem as suas posições de favoritos, pois a fortuna desta, pelo testamento, foi avaliada em 800 contos de réis[7], brasileiros, ao passo que a avaliação da fortuna do Chalaça, verificada pelas doações aos filhos, em 1851, além do que reservou para si e que foi distribuído depois da sua morte em Lisboa, alcançou a elevada soma de 1.253:000$000, mil réis fortes, (1,253 mil contos de réis) dinheiro português, o que valeria nessa época quatro vezes mais.

Sempre passou bem, gastou como nababo, viajou o mundo inteiro, teve amantes como um príncipe, governou um Império, e deu aos filhos cerca de 5.000 contos de réis!

Incomparável e invejável Chalaça! O seu nome viverá nas páginas da história pátria, pelos

[7] Um conto de réis nessa época comprava cerca de 12 quilos de ouro fino (22 quilates) - Cotação ouro em 2019: 155.000 reais o quilo (NE)

séculos além, na perenidade das coisas indestrutíveis, porque foi ele a mais original figura da vida nacional do Brasil.

Morrendo em Lisboa, no palácio dos Duques de Bragança, numa frígida e chuvosa tarde de 30 de dezembro de 1852, suas últimas palavras, conforme relata o seu biógrafo e filho, foram de profundo arrependimento pelos seus grandes pecados, dizendo ao padre José Assunção, que o sacramentara in-extremis:

- "*Padre José, eu amei demais as mulheres e o dinheiro...*'

Conde de Ourem[8], por alcunha "Chalaça", resumira a sua biografia:

"***mulheres...dinheiro...***".

ജ്യജ്യജ്യ

[8] O Chalaça recebeu, quando se casou, o título de Conde de Ourem, que era apanágio da casa de Bragança, e que pertencera ao condessado Nuno Álvares Pereira, em 1384. Pela morte do Chalaça a nomeação foi cancelada por ordem real, e o título novamente incorporado à casa de Bragança.

2 - Nos Degraus do Trono

Em 1820 havia na Rua da Viola (depois Teófilo Ottoni), uma casa de hospedagem de Maria Pulquéria, cognominada – "Maricota Corneta", porque dava o sinal das refeições com uma corneta que pertencera ao seu defunto marido, corneteiro do antigo corpo de infantaria da Corte.

Depois das ave-marias, ali se encontrava o que havia de melhor, na pândega e na valentia, o Rio de Janeiro desse tempo.

De vez em quando a polícia do intendente João José da Cunha dava uma batida na espelunca e levava para o calabouço meia dúzia de desordeiros.

Às vezes era a polícia que fugia, deixando na dobrada das esquinas alguns mortos e feridos.

Tão famosa era essa hospedaria que, um dia, o príncipe D. Pedro resolveu conhece-la de perto. Disfarçado com uma grande capa paulista, acompanhado de um valente e robusto camareiro, foi, à noite, visitar a "Hospedaria da Corneta".

Entrou. Discutia-se política e marafonices[9]. Já se percebe que o vocabulário e as frases eram

[9] marafona: prostituta reles; rameira; meretriz (NE)

bocagianas[10], capazes de fazer corar o mais resistente frade de pedra.

Chalaça trocava versos, dedilhando sua viola, com um pretalhão de olhos esbugalhados, ex-escravo do Paço, alforriado por ter salvo a vida de Carlota Joaquina, num acidente de cavalo. Chamava-se ele José Januário.

Aboletado numa das mesas de madeira rústica, D. Pedro assistiu à disputa dos dois turunas[11]. De repente, José Januário, encarando o pseudo paulista, abriu a boca num sorriso alvar e cantou:

> *Paulista é pássaro bisnau[12],*
> *Sem fé, nem coração:*
> *É gente que se leva à pau,*
> *A sopapo ou pescoção.*

Toda a assistência olhou para o homem do capote paulista e riu numa estrondosa gargalhada.

D. Pedro, rubro e nervoso, levantou-se. Afastando colérico a ponta do seu grande capote, com que ocultara a face ao entrar na espelunca, gritou ao companheiro, dando-se a conhecer:

- *Meta o pau nessa canalha...*

---

[10] Bocage: poeta português (1765-1805) famoso por suas histórias obscenas em linguagem vulgar (NE)

[11] Turuna: Que é forte, valente, poderoso; que é capaz de enfrentar qualquer coisa. (NE)

[12] Pássaro bisnau: pessoa muito esperta e fina, com grande astúcia para enganar (NE)

O negralhão branqueou ao reconhecer o príncipe e... fugiu na mais desabalada das carreiras. Os valentes sumiram, com exceção de um: "O Chalaça".

Para ele investiu o companheiro do príncipe, de cacete erguido. Esperto como uma raposa, Chiquinho Chalaça evitou o golpe e com uma rasteira, pôs o agressor no chão, de pernas para o ar. Tomou-lhe o pau e, segurando-o pelo casaco, atirou-o por uma porta, para o quintal da hospedaria.

Maricota Corneta escondeu-se debaixo da mesa.

Defrontaram-se apenas dois homens: o Chalaça e o príncipe. Este último tremia de furor. Então, calmo e sereno, o barbeiro tirou o largo chapéu catalão que usava, e, numa reverência de gentil-homem e um sorriso nos cantos dos lábios, murmurou:

- *Francisco Gomes da Silva apresenta a Vossa Alteza os seus respeitos e os seus serviços.*

D. Pedro não se conteve. Estrondou numa formidável gargalhada, dessas que só os portugueses sabem dar depois de um bom vinho de Trás-os-Montes e de uma bacalhoada minhota.

Em seguida, alegre e aceitoso[13]:

- *Chalaça, tu és um homem..*

[13] Agradável, acolhedor (NE)

- *Permita Vossa Alteza que eu lhe conte o prognóstico de minha tia: chamava-me ela sr. Comendador.*

D. Pedro, de braços abertos, caminhou para o Chalaça e, apertando-o num grande amplexo, exclamou:

- *Muito bem, comendador Chalaça...*

Depois disso, D. Pedro fizera dele um amigo do peito e companheiro de aventuras amorosas.

ᘐᘏᘐᘏᘐᘏ

3 - O pacto diabólico

No dia 30 de agosto de 1822, D. Pedro de Alcântara, Príncipe Regente do Brasil, achava-se na colina do Ipiranga, no caminho de Santos.

Montado em uma fogosa besta baia, envergando uma fardeta[14] azul claro, de polainas altas e chapéu de fita, parecia um condotiero[15] medieval.

De repente estacou. A sua escolta também se deteve. Que era aquilo?

Apenas carregada por dois negros, uma liteira, que seguia em sentido contrário ao do esquadrão do Príncipe. Um lindo rostinho moreno saiu para fora e em voz alta ordenou:

- *Sigam... O que vocês estão esperando para andar?*

Um dos dragões da frente do esquadrão se aproximou. Era o primo da moça, o alferes-ajudante Mariano José de Oliveira, que mais tarde escreveu as suas "Memórias" contando os episódios deste encontro. E foi logo dizendo:

---

[14] tipo de fardamento usado por soldados quando fazem serviços internos ou na faxina; jaleco (NE)

[15] Condotiero era um mercenário que controlava uma milícia, sobre a qual tinha comando ilimitado, e estabelecia contratos com qualquer Estado interessado em seus serviços. (NE)

- Eh! Boa tarde, prima Domitila...

- Boa tarde, primo Mariano...

- Olhe, prima, os seus negros têm que recuar para dar passagem ao esquadrão do Príncipe Regente...

- Ah! É D. Pedro? E esse galante príncipe tem coragem de perturbar a viagem de uma dama?

O Príncipe que já se apeara e ouvira a deliciosa voz de tão sedutora mulher, ali mesmo se derreteu em galanteios:

- Não, minha dona, o Príncipe seria incapaz disso. Olhe, o Príncipe, diante de uma dama como esta, vai carregá-la com prazer.

Em seguida, virando-se para o alferes Mariano, ordenou-lhe que segurasse nos varais de trás, enquanto ele, D. Pedro, se agarrava aos da frente. E carregaram a liteira para um desvão da estrada. Risos da moça, bravos e palmas dos Dragões.

Domitila, comovida, murmurou:

- Oh! Alteza, nunca supus que fosse um homem de tamanha força muscular. Sabia-o forte na força do coração...

- Pois, minha bela e encantadora paulistana, há de experimentar essa força do coração... Sua imagem já está sendo carregada por esse coração que sabe ter muita força. Há de ver... há de ver...

A formosa flor de Piratininga seguiu na sua liteira na direção da chácara do pai, levada pelos braços possantes de dois gigantes de azeviche, que eram os seus escravos.

E enquanto ela lá se ia derretida de orgulho por ter sido carregada por um príncipe que estava destinado a ser o seu rei, D. Pedro chamava o Francisco Gomes, vulgo "Chalaça", e lhe ordenava, com aquela imposição tão do seu feitio:

- Venha cá, Chalaça. Ouça bem o que vou lhe dizer, porque disto vai depender a sua fortuna. Parta para a cidade imediatamente, mexa-se e pule como quiser, mas hoje, depois do Te-Deum que o bispo D. Mateus vai cantar, quero estar no conhecimento circunstanciado da vida dessa rapariga, tim-tim por tim-tim.

- Alteza, ou eu não me chamarei mais Chico Gomes ou lhe contarei a vida da moça por dentro e por fora.

- Não é só. Quero também que você me consiga dela uma entrevista depois do Te-Deum. Isso é ainda mais importante. Se o conseguir, Chalaça amigo, você, de amanhã em diante, passará de camareiro a meu secretário particular, com ordenado dobrado.

- Alteza, alguma vez já falhei nas incumbências de entrevistas?

- Mas esta rolinha paulistana, meu Chalaça, tem cara de ser esperta e astuta e há de querer fazer

luxinhos para me atormentar. Eu não gosto disso, não. Ela é o meu tipo, o meu verdadeiro tipo. Parece-me ser daquelas que tem feitiço no amor, daquelas que eu gosto, Chalaça, daquelas que me enlouquecem. Vá, amigo velho, não perca tempo, e lembre-se que hoje, à noite, quero ser o Romeu dessa feiticeira de São Paulo.

No mesmo dia D. Pedro ouvia do Chalaça a história da bela de Piratininga.

- Então, Chalaça, desembuche...

- Alteza, a moça de olhos feiticeiros é da nobreza de São Paulo.

- Eu quero a história da mulher, não me preocupo com nobrezas, nem com prosápias[16].

- Pois sim, Alteza...

E então o famoso Francisco Gomes contou ao Príncipe o passado da encantadora paulistana, na seguinte história:

> **"O primeiro esquadrão do Regimento de Dragões de Vila Rica, chegado a São Paulo em 12 de junho de 1812, acantonara-se na colina de Santana, numa antiga fazenda dos Jesuítas; em 1º de julho chegaram mais dois esquadrões que, fixando-se em Santana, provocaram a mudança**

[16] Denominação atribuída a procedência, linhagem ou ascendência (NE)

do 1º Esquadrão para o Convento de São Francisco.

Desse primeiro esquadrão fazia parte o moço fidalgo, alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça. Os exercícios militares eram feitos no largo de São Francisco e logo atrás ficava a rua do Ouvidor.

Nessa rua morava o Coronel João de Castro Canto e Melo, homem de prestígio em São Paulo, oficial reformado do Estado Maior, que se fizera dono de tropas de transporte de mercadorias, de São Paulo a Santos e vice-versa.

Tinha tanta força muscular este coronel-tropeiro que, com um murro na testa de uma alimária, derrubava-a imediatamente.

Seu fraco era, para ostentar força, quebrar com os dedos, moedas de cobre, donde o apelido que o chantre[17] da Sé de São Paulo lhe pusera: Coronel Quebra-Vinténs, e, apesar disso, não conseguia vencer as brejeirices da filha Domitila, então mocinha de seus quinze anos de idade, trêfega, buliçosa, bonita e namoradeira.

---

[17] Eclesiástico que dirige o coro das igrejas e capelas - Cantor de música litúrgica; religioso responsável por entoar salmos, responsórios, diante do coro (NE)

No fundo do quintal da casa do Coronel Castro havia um grande portão que se abria para o largo de São Francisco.

Todas as manhãs, a Domitila, acompanhada da irmã, a Maria Benedita, e da mucama da casa, a negra Rufina, assistia os exercícios dos Dragões de Vila Rica. Terminados esses, o alferes Felício, todo baboso, passava em frente do grupo de mulheres e deixava cair no coração da mocinha um sorriso devastador.

Daí veio o primeiro namoro; desse o conhecimento da apresentação, o noivado e afinal o casório.

Em 13 de janeiro de 1813, apenas seis meses depois da chegada do alferes Felício a São Paulo, recebiam ele e a Domitila a benção nupcial do padre Bernardo da Pureza Claraval, sendo suas testemunhas nesse ato o alferes Boaventura Delfim Pereira e o tenente-coronel Francisco de Paula Nogueira da Gama.

Casaram-se... e casaram-se mal.

***

Dia 6 de março de 1819. O alferes Felício recebeu de um negrinho um bilhete anônimo, letra de mulher. Abriu-o e leu esta denúncia:

> *Se quiser apurar a verdade sobre a sua virtuosa esposa, vá agora ao lugar chamado "Outeiro da Biquinha" e verá com quem se consola a fascinante Domitila. Quem avisa amigo é.*

Aquilo já era demais. Não fora o primeiro, nem talvez o último bilhete anônimo que recebia. Abandonou o quartel, montou a cavalo e disparou para o "Outeiro da Biquinha", distante de sua casa cerca de dois quilômetros. E oh! surpresa das surpresas! Lá estava a esposa, risonha, amável e encantadora.

- Que é isso, Felício? Deixaste o quartel na hora de disciplina?

- Deixei sim, e aqui está o motivo - respondeu o moço exibindo o bilhete anônimo.

Domitila leu o conteúdo daquela imputação miserável e repugnante e resmungou zangada:

- Felício, isto é demais. Tu sabes muito bem que a parteira me aconselhou que fizesse exercícios recomendáveis ao estado de gravidez. Por isso aproveitei esta manhã para passear, pois a noite temos sempre visitas em casa; e tu também não costumas sair de noite porque tens parceiros para o "jogo de faraó".

- Mas você não me avisou que viria aqui tão cedo. E aqui, como você sabe, é ponto de encontros amorosos.

- Ora, não sejas tolo. Tiveste ciúmes do Moraezinho e nem respondi mais aos cumprimentos dele; tiveste ciúmes do Assis Lorena ao ponto de me obrigares a desfeiteá-lo. Agora só falta teres ciúmes da tua própria sombra. E sabes o que mais? Não me aborreças...

- Tenho provas de que você namorou o Moraes e o Lorena e ainda está de namoro com o Boaventura Pereira, esse canalha que foi padrinho do nosso casamento.

- Pois olhe, para que não penses que tenho medo de caretas de marido ciumento, faças de conta que tudo isso é verdade...

O alferes Felício, cheio de raiva e ódio, num assomo de vingança passional, não se conteve e bramiu:

- Cachorra sem vergonha, cachorra sem vergonha...

E enquanto espumejava de ódio, desferia com um aguçado punhal, tremendos golpes no corpo da jovem e formosa Domitila.

***

Nesse mesmo dia o escândalo arrebentou na cidade de São Paulo. E as comadres comentavam:

- Vejam só, o alferes Felício, desconfiando que a mulher estava grávida de um filho que não era dele, tentou matar a adúltera com terríveis punhaladas. Uns dizem que o filho é do Moraes, outros do Lorena...

- Nem de um, nem de outro - sussurrou uma matrona desdentada, a esquelética D. Chiquinha Alvim. E pigarreando, acrescentou que o pimpolho era do Boaventura...

E todos riram. D. Glorinha Barros acrescentou:

- Pois vocês não sabem? O Boaventura já era o apaixonado da Domitila quando aqui chegou o Felício. Escolhido para padrinho de casamento, está sendo um "bom padrinho" da Domitila. Ora se está...

***

O alferes Felício, três dias depois do crime, saiu de São Paulo com um processo nas costas.

Domitila, com os ferimentos cicatrizados, teve meses depois um filho. Ela jurava que o menino

era do Felício. As mexeriqueiras paulistanas também juravam que não era do Felício.

O caso é que Domitila, retirada para a casa de sua avó, D. Ana Maria Ribas, continuou bonita, sedutora, elegante, cortejada por todos os galanteadores da Paulicéia.

Brilhava em todas as festas e os rapazes, sempre de olho na mulher do Felício, babavam quando ela lhes deixava um sorriso fugido de seus brejeiros lábios, através da renda do leque. Chamavam-na de "*formosa Titilia*".

O próprio vigário geral, monsenhor Andrade, chegou a dizer:

- Esta Domitila, se quisesse, seria capaz de virar a cabeça até de Santo Antônio. Ela tem feitiço nos olhos."

***

A história da Domitila despertou ainda mais os apetites do gavião de sangue azul.

- Chalaça, disse ele, conseguiste a entrevista?

- Consegui, Alteza. Eu o levarei até o ninho da rolinha. Esteja descansado. Comigo é assim. Vossa

Alteza vê a caça no ar e eu, como falcão real, vou buscá-la para o meu Senhor.

- Estás promovido, Chalaça, de criado a secretário particular. Ganhaste a tua melhor batalha, seu mandrião[18].

***

E o felizardo Chiquinho das Chalaças ganhara realmente uma grande batalha da vida, e ganhara porque conquistara nesse dia o bastão de marechal da política brasileira no pacto firmado com a mulher que enfeitiçara o Príncipe.

Desempenhando-se da missão secreta que lhe incumbira D. Pedro, o Chalaça procurou a linda e encantadora Domitila:

- Senhora, disse-lhe ele, com o conhecimento que tenho do Príncipe e dos que o cercam e com a paixão que vosmecê despertou em D. Pedro, nós ambos, casando os nossos desígnios, poderemos governar o Brasil.

Os olhos da paulistana brilharam:

- Como é, Sr. Gomes?

---

[18] Malandro (NE)

- É isso mesmo. Vosmecê se encarregará de enlear o Príncipe nas teias do seu amor, e eu o enlearei na rede das minhas intrigas.
- E depois?

- Depois, vosmecê e eu, sempre de acordo, seremos capazes de fazer ministros, bispos, marqueses, viscondes, barões, comendadores, enfim, faremos do Príncipe, que vai ser nosso Rei, a nossa mina de ouro.

- Mas isso será possível, Sr. Gomes?

- Certamente, senhora Domitila. Vosmecê precisará de mim e eu precisarei de vosmecê. Vosmecê a favorita de D. Pedro e eu secretário de D. Pedro, nós dois iremos longe, se tivermos juízo, e não nos separarmos. Poderá ser baronesa, condessa, marquesa, duquesa, o que quiser. Eu serei o cérebro e vosmecê será o coração...

- E o que fará o cérebro?

- Organizará os planos...

- E o coração?

- Obedecerá ao cérebro nos seus planos para escravizar a vontade do Príncipe, obrigando-o a fazer o que o nosso interesse determinar.

- Mas, seu Gomes...

- Domitila de Castro, interrompeu, imperativo, o Chalaça, se aceitar este pacto, seremos donos do

Brasil através da vontade de D. Pedro. Se não aceitar, vosmecê continuará a ser a Titilia mal falada e malvista desta aldeiazinha de intrigantes que é São Paulo e eu não passarei de insignificante criado de quarto de Sua Alteza. A minha prática da vida e a sua sedução de mulher bonita, juntas, nos darão honras, proventos, poderio. Separados, nós seremos barcos sem velas, no mar dos acontecimentos.

- E o que exige de mim?

- Lealdade para comigo, obediência aos meus conselhos, sociedade no governo da vontade de quem vai ser o nosso Imperador.

- Quer dizer que...

- Quero dizer que, no Rio de Janeiro, instalados no Palácio do Imperador do Brasil, nós ambos procederemos sempre de acordo, e sempre de acordo, governando o Príncipe, cujo coração acorrentaremos, para nosso proveito, seremos o casal mais poderoso do Império que já se vai criar no Brasil. Ricos, poderosos, respeitados, nós dois seremos o que quisermos ser, até o dia que este nosso pacto for cumprido com lealdade por ambos.

- E se eu o romper mais tarde?

- Cairá, será vencida pelos inimigos numerosos que vai arranjar na Corte; perderá o coração do Príncipe.

- E se o pacto for desprezado pelo meu sócio?

- Cairei eu, serei vencido. A minha força vai ter origem na paixão que vosmecê despertará no Príncipe. Juntos e associados, vosmecê com a sua beleza e eu com a minha inteligência, poderemos achar meios de alimentar o fogo que queimará a vontade do Príncipe. Sem a minha inteligência, o feitiço da sua beleza será um fogo de palha, terá chamas de minutos; sem o feitiço da sua beleza, a minha inteligência será coriscos nas ondas do oceano.

- E juntos?

- Juntos? Juntos seremos o raio que estronda e que fulmina.

- Pois bem, Francisco Gomes, aqui estou eu disposta para o que der e vier.

- Amiga?

- Amiga decidida.

- Sócia?

- Sócia em tudo e por tudo.

Os olhos do Chalaça cintilaram com um fulgor diabólico. Tomou a mão de Domitila e beijou-a.

Puxou-lhe o braço e os seus lábios carnudos foram queimando a epiderme macia de Domitila de Castro até o rosto, nos olhos, nos ouvidos, no pescoço, juntando-se enfim, em um beijo infernal,

causticante, saboroso, enlouquecedor, essas duas criaturas que daquele momento em diante iriam juntas governar o Império do Brasil, como favoritos de D. Pedro, na aliança de um pacto secreto de amor e de ambição, no sentido de se amarem em segredo, de se odiarem em público, ele, o melhor amigo, ela, a mais querida mulher, traidores ambos do inexperto[19] soberano que lhes daria tudo.

E foi assim que depois do Te-Deum, rezado por D. Mateus, na igreja dos jesuítas de São Paulo, Francisco Gomes da Silva, por alcunha o "Chalaça", levava aos braços de D. Domitila de Castro o Príncipe D. Pedro que, nessa noite, receberia apenas o resto do banquete opíparo e saboroso que deliciara horas antes o apetite formidavelmente voraz do seu secretário e favorito, apetite que deixou conquistada e vencida a formosa quituteira da deliciosa festa carnal daquela tarde de 20 de agosto de 1822.

***

E foi assim que o Chalaça governou o Império do Brasil, de 1822 a 1830, caindo no mesmo ano em que caiu a feiticeira Domitila.

Bem que ele profetizara: juntos seriam invencíveis. Separaram a sociedade: foram

[19] Sem experiência (NE)

vencidos...Ele, exilado na Europa. Ela exilada em São Paulo.

E sem os favoritos, pouco depois também caía D. Pedro em 7 de abril de 1831.

Faltou-lhe nesse momento histórico a política de seduções de Domitila e a política de maquinações diabólicas do Chalaça...

ഊഌഊഌഊഌ

4 - Vencendo Inimigos

O prestígio de José Bonifácio, ministro que detestava o Chalaça, era um empecilho para o triunfo de Domitila de Castro, aliada do famoso aventureiro.

Mister se fazia um plano de ataque, e esse o delineou a inteligência diabólica do favorito.

Ao decreto de 17 de julho de 1823 prende-se um episódio interessantíssimo dos bastidores de nossa história. Conta-o rapidamente o historiador Melo Moraes e circunstanciadamente "*Um deputado*", no folheto "*Ingratidões de César*", publicado em 1831.

Sobre a queda dos Andradas discorreu um dos mais brilhantes cronistas de Pedro I, da seguinte maneira:

Por força do papel de organizador supremo de nossa unidade e do fundo intrínseco de intolerância, José Bonifácio, que tinha sido infavorável ao relevamento inscrito no decreto de 22 de setembro de 1822, foi o autor de quatro portarias, que poderiam ser apostiladas por Draco[20] no código de ferro.

---

[20] Refere-se a Drácon, legislador ateniense (século VII a.C.) que elaborou um código de leis extremamente rigoroso (NE)

A primeira, em ordem de data, mandava "devassar nas províncias os inimigos do governo" e nela se ordenava cuidar sem perda de tempo de vigiar e descobrir com todo esmero e novidade quaisquer ramificações deste infernal partido (o de Gonçalves Ledo). Goethe achava odiosos os missionários da liberdade e os satirizava: "*não pedem para eles senão o poder absoluto*".

O patriota (José Bonifácio) transmudado em mandão de aldeia, recalcava a liberdade de que tinha sido apóstolo e soldado e da qual o seu grande espírito era o mais legítimo dos filhos.

Pois bem. D. Domitila, tendo falado em perdão e anistia ampla aos insurrectos do Rio e de São Paulo, sendo que a estes a prendiam laços de conterrânea, José Bonifácio, o áspero e digno homem de Estado, que concordava com a indulgência, mas exigia o julgamento prévio dos réus, num luxo de autoridade e justiça desencadeadas, acusou-a de concussão.

D. Pedro, a 17 de julho de 1823, esporeado pela injustiça do conceito que enxovalhava a amiga, e insuflado por certas comunicações como a da carta a que alude a viúva Graham, contendo mais de 300 assinaturas de queixosos das violências dos Andradas em São Paulo, arranca-se da cama onde se achava enrolado em ataduras, e, interrompendo a conferência com o seu egrégio interlocutor (José Bonifácio), envolveu-se num manto e escapou-se para a

averiguação em que o seu denodo se comprazia. Fora caiam pancadas d'água.

Aguardavam-no alguns oficiais e o piquete de uns cinqüenta soldados. Todos montavam em cavalos desferrados para ensurdecer a ronda.

A noite era propícia à diligência imposta por denúncia anônima. Não havia ninguém nas ruas. Galopar fúnebre o daqueles vultos embuçados e silenciosos.

O tropel deteve-se. Apearam à porta conhecida, a do "Apostolado", couto de díscolos e enfáticos[21], refúgio de dissidência maçônica, cozinha de mal assombrados da Constituição que não veio a termo, homizio de insídias e conluios de politicantes.

A entrada do afiliado e grão-mestre foi feita segundo protocolo de simbolismos tétricos. Chusma de punhais enristaram-se à passagem do Arconte-Rei; os que o acompanhavam, ignorantes do ritual e supondo que atacavam o Imperador, puxaram das espadas.

Contendo os companheiros D. Pedro arredou-os para o vestíbulo. Em passadas resolutas, e de sobrolhos carregados, ele se apossou da cadeira da presidência, donde expulsou Antônio Carlos.

---

[21] Díscolo: mal educado, brigão dissidente ----enfático: enérgico (NE)

Assenhoreando-se dos papéis encontrados sobre a mesa, D. Pedro dirigiu a palavra aos circunstantes, ditando-lhes com toda a calma:

- Podem retirar-se, ficando cientes que não haverá mais reuniões no Apostolado sem a minha ordem.

Os soldados da escolta, na porta da saída, abriram alas aos supostos conspiradores que passavam incólumes para outros focos de intriga e outros covis de rebelião... Não se ergueu um braço armado, não chocalhou uma só algema.

Nessa noite de 17 de julho de 1823 se lavrou o desfavor dos Andradas. Os despachos de demissão de José Bonifácio e de Martim Francisco redigidos sem rancor, no mesmo tom de suas nomeações, e publicados a 21 de julho, trazem precisamente a data da noite do varejo e da estalada.

De sorte que teriam as supostas alcavalas[22] de D. Domitila a utilidade de tirar a limpo as infidelidades do egrégio valido e dos seus irmãos, todos carbonários.

Oficialmente consta que, em 17 de julho, D. Pedro se vestiu e deu as primeiras passadas de convalescente.

---

[22] certo tributo que o vassalo pagava ao senhor feudal – derivações: imposto forçado, extorquido - logro, fraude - escaramuça, briga – aqui está no sentido de fraudes (NE)

Nessa página, escrita pelo veraz cronista, revela-se em cores vivas a queda dos Andradas.

O golpe fora tremendo. No dia 18, D. Pedro escreveu uma proclamação aos brasileiros. Em 21 surgiu publicado o decreto de demissão do grande Ministro, porém com data de 17.

Assim caiu o Conselheiro José Bonifácio. Tendo perseguido tenazmente seus inimigos políticos, ficou sendo ele o chefe incontestável da Política Nacional.

Na Assembleia Constituinte mandavam os Andradas. Nas ruas, os seus amigos militares esperavam ordens do grande paulista.

D. Pedro, irritadíssimo, e ainda malsão[23] dos ferimentos que recebera nas costelas (de um tombo, diziam alguns; de uma sova afirmavam quase todos), foi avisado pelo intendente de polícia que “grandes acontecimentos” se preparavam.

Faltou-lhe então a coragem para nomear como substituto de Bonifácio um declarado adversário desse político ilustre e quis contemporizar, chamando para primeiro ministro o Dr. Pedro de Araújo Lima, homem de grande respeito e muito querido no Brasil inteiro.

[23] Não curado (NE)

Aliás, era amigo íntimo e compadre do ministro decaído, e mesmo correligionário, porém moderado, dos Andradas.

Da. Domitila queria que o novo ministro fosse Oeynhaussen ou Costa Carvalho. D. Pedro I, porém, consultando os ânimos da tropa e do povo, e ouvindo a opinião do intendente da polícia, mandou chamar o Dr. Pedro de Araújo Lima e ofereceu-lhe o cargo de primeiro ministro, em substituição a José Bonifácio.

O Dr. Araújo Lima, alegando doença, e fingindo-se muito combalido, pediu licença para não aceitar. O verdadeiro motivo era não querer servir de instrumento contra os Andradas.

Nomeado o novo Ministério, este entrou logo em luta contra a Constituinte e com o partido andradista.

Os Andradas em pouco tempo fizeram da Assembléia um campo revolucionário, procurando contrariar o Imperador.

As coisas marchavam de tal maneira que em 12 de novembro de 1823 D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte e mandou prender José Bonifácio e seus comparsas.

O povo, que se afeiçoara aos Andradas, movimentou-se. Correram boatos de revolução na Corte e nas Províncias.

Então, pela segunda vez, D. Pedro se lembrou do Dr. Pedro de Araújo Lima, que era o ídolo da populaça, respeitado por todos, andradistas ou ledistas.

Mandou lavrar o decreto do exílio, em 18 de novembro de 1823, e no dia 19, temendo qualquer movimento, dispensou do serviço vários oficiais afeiçoados aos Andradas. Depois chamou o Dr. Araújo Lima, a quem disse estas palavras:

- É a segunda vez que o chamo. Deportei os Andradas e seus apaniguados. Preciso no ministério de um homem da sua qualidade. Da vez passada o senhor alegou doença para não me servir. Desta vez o que alega?

O prestigioso brasileiro respondeu:

- Nada. Estou pronto a servir a Vossa Majestade com todo o patriotismo que tenho. Serei Ministro. Servo obediente, estou pronto para o que me ordenar. Porém permita, Senhor, que eu peça uma graça pelos serviços que de mim Vossa Majestade exige. É uma mercê que o Brasil inteiro pede por minha boca: Anule, senhor, o decreto de exílio do Dr. José Bonifácio de Andrada e de seus irmãos. O Brasil não pode ver no exílio as suas verdadeiras glórias...

D. Pedro franziu o cenho, e naquele cacoete que bem o caracterizava nos momentos de cólera, bateu com a mão esquerda na nuca. Seus olhos fuzilavam, raivosos, estriados rubramente.

Era a crise epiléptica que se avizinhava, violenta e irreprimível. E com os lábios trementes, umedecidos por uma tênue espuma salivar, bramiu, roufenho e ameaçador:

- *"Cachorro!"*

Placidamente o sábio político fixou seus olhos no Imperador e lhe respondeu, sereno e resoluto:

- *Então Vossa Majestade procure outro... que não seja um cachorro.*

Irado, possesso, o Imperador segurou Araújo Lima pelo braço. E num rápido movimento de impulsão atirou para longe de si aquele a quem acabava de oferecer uma pasta de primeiro ministro.

Caíra, com a agressão, o amigo dos Andradas. E, ao se levantar, murmurou a um palaciano que o acudira delicadamente, lastimando o acidente:

- *Agora caem os patriotas... Um dia cairá Sua Majestade...*

E Pedro I, em verdade, caiu em 7 de abril de 1831, quando, no Campo de Santana, o exército e o povo, irmanados, provocaram a abdicação... e conseqüente exílio, para todo o sempre, do ex-imperador.

ꕥꕥꕥ

5 - O Cartão de Visita do Chalaça

O alcoviteiro andava danado com os ataques do May no jornaleco “A Malagueta”. Essa famosa gazeta não poupava Domitila e principalmente o seu favorito Chalaça. E por isso, o Chalaça manobrou.

Num dia, o diabólico criado particular do Imperador conseguiu convencê-lo de que o meio eficaz de fazer parar aquela matraca seria uma surra mestra no linguarudo.

- Ora, majestade, esse sujeito, sem uma boa tunda, não fica quieto.

- Mas, Chalaça, a minha responsabilidade de chefe de estado...

- Nesses casos, majestade, não há responsabilidade... Porrete no sujeito...

- E a liberdade de imprensa?

- Isso é bobagem da lei, majestade.

***

Foi em 15 de dezembro de 1821 que apareceu esse jornal com o título de “A Malagueta”, destinado, dizia o redator num manifesto aos

cariocas, a queimar com a pimenta da crítica a língua louvaminheira[24] e a boca voraz dos aduladores do Paço e dos Príncipes.

Como se vê, pelo título e pelo programa, era esse um jornal vermelho. E não fosse "Malagueta"...

O redator de tal jornal era o Luiz Augusto May, ex-aluno da Universidade de Coimbra, ex-soldado de José Bonifácio no famoso 3º batalhão de estudantes, da brigada do general Trant, em 1808, quando da invasão francesa em Portugal e conseqüente fuga de D. João VI para o Brasil.

May fazia parte da célebre loja maçônica da Praia Grande (Niterói), onde era influente o negociante Manoel Joaquim Portugal Lima, com loja na rua do Ouvidor nº 15, e armazéns nas proximidades da Alfândega.

Esse mercador abastado era grande leitor de panfletos carbonários, conforme se verificou na devassa que a polícia lhe fez em 1822, e foi ele quem comprou no Havre a pequena tipografia na qual se imprimiu o primeiro jornal oposicionista do Brasil.

Com amplas probabilidades de vencer, tendo a garantia de uma pena desabusada de panfletário, a bolsa de um opulento negociante e a voraz curiosidade que sempre os cariocas tiveram pelos escândalos políticos e familiares, certamente essa

[24] Bajulador, puxa –saco, adulador (NE)

imprensa tinha que vencer e venceu. Foi um sucesso.
Em 1823, dizia um boletim da "A Malagueta", o jornal contava somente na corte cerca de 500 assinaturas.

E enquanto o "*Reverbero*", do cônego Januário e Gonçalves Ledo morria por falta de assinantes, a gazetinha de Luiz Augusto May ia de vento em popa. Porém, não há medalha sem reverso. O triunfo custou- lhe uma sova de pau, na qual tomou parte o próprio imperador.

Vejamos essa história que merece agora um lembrete.

Em 5 de junho de 1823 saiu um número extraordinário da "A Malagueta", onde aparecia uma atrevidíssima carta aberta de ataques ao Imperador, a Bonifácio e ao Chalaça.

No dia seguinte, domingo, alguém passou a cavalo em frente à casa do redator do jornal oposicionista, casa essa que tinha o número 77 da rua São Cristóvão.

Ali, no portão, estava o feitor da chácara a quem se deu um recado:

- Que o redator da "A Malagueta" esperasse visita à noite para uns corteses esclarecimentos. Seria coisa de um instantinho.

O jornalista Luiz May ficou em casa, mandando porém, sua mulher e filhos, com a sua cunhada

Da. Mariana Lopes de Araújo Azambuja, para a Rua Mata Cavalos, em casa de uma comadre, onde jantaram. Depois, convidou vários amigos para servirem de testemunhas da visita e do assunto a tratar-se.

Lá chegaram para o edificante espetáculo alguns amigos valentes e destemidos, cujos nomes o processo mencionou: Luiz Saldanha, padre Antônio Gomes, vigário de São Sebastião; Antônio da Silva Callado, cirurgião-mor da Academia da Marinha.

A conversa ia animada e os circunstantes já motejavam, em sonoras gargalhadas, quando às 8 horas da noite, após o serviço do chá, quatro homens irromperam inesperadamente pela sala adentro, manobrando terríveis espadagões.

O intrépido apóstolo das massas populares, redator da "A Malagueta", tinha posto no portão uma escrava para avisá-lo da aproximação de quem quer que fosse. Mas a negra, agarrada e ameaçada de morte, deixou de avisar a chegada dos inimigos.

Nesse ponto, daremos a palavra ao advogado que descreveu a cena conforme o processo-crime:

"Os assaltantes invadiram a casa inesperadamente e, entrando na sala, o primeiro que avançou foi o Chalaça que deu um golpe de espada sobre May, que a esse tempo, suspendendo um castiçal para ver melhor o rosto dos agressores, se sentiu ferido.

Apagadas as luzes que estavam na sala, o cirurgião Callado precipitou-se pela janela, o vigário meteu-se debaixo do piano de cauda, e May, surrado, aproveitou a escuridão e fugiu.

Os agressores, acutilando os trastes às escuras, quando já não podiam acutilar os presentes, que escapuliram à sua fúria, desceram pela escada e escaparam. O feitor, ouvindo o barulho, correu para dentro, armado de foice, mas nada pôde fazer porque tudo já estava consumado.

Luiz Augusto May, logo que viu os assaltantes descerem escada abaixo, arrastou-se de gatinhas no escuro e mesmo com a mão cortada, de que ficou aleijado, e com a cabeça ferida e ensangüentada, saiu de casa e foi cair num valo que separava a sua chácara da em que morava o padre Serafim dos Anjos.

Estava chovendo, mas uns cães, que o padre tinha para guardar a sua propriedade, deram o alarme, e por isso mandou o escravo ver o que era aquilo. O negro foi e voltou, informando que no valo de separação das duas chácaras estava um homem ferido, gemendo e pedindo socorro.

Então o piedoso sacerdote, muito doente, com cerca de 80 anos, tomado de caridade cristã, foi ao local, com dois negros e reconheceu o seu vizinho naquele homem

quase morto. Conduzindo- o para a sua cama, mandou chamar um cirurgião que cuidou das feridas.
Nessa ocasião apareceu o imperador no portão e sorrindo perguntou ao grupo que ali estava se tinham matado o May.

Depois de se curar, o Luiz Augusto passou o recibo no seguinte tópico:

> *"Podem os capangas do governo repetir as suas agressões, podem até matar-me. Se eu morrer, aparecerá outro que me substituirá, porque o ideal não morre com as pessoas. O que o governo não pode, a não ser que queira fazer do Brasil Turquia ou África, é impedir que o "A Malagueta" circule e seja lido".*

O jornalista gritou contra todos, depois da surra, menos contra o Chalaça, que lhe prometera "um lugarzinho" no cemitério se o estorvasse na sua vida.

A surra fora apenas um expressivo aviso... E realmente, garantido pela liberdade da imprensa, esse jornaleco circulou até 1832, durante 10 anos, morrendo com o seu próprio diretor e criando no Brasil, para gáudio dos paladares de assuntos salgados, esse jornalismo vermelho que, ainda hoje, faz a delícia do público brasileiro.

6 - Uma Conquista e um Desaperto

O poderoso favorito de D. Pedro, imperador do Brasil, já estava cansado daquela conquista que ele fizera numa tarde quente de janeiro.

A modista Clemence Saisset já lhe estava muito cara. Ademais, o Chalaça, na sua faina de perdigueiro de mulheres bonitas, já andava farejando novas perdizes, e que perdizes! Cortejava ele a filha do Pedro Cigano, do Largo do Rocio, e a chapeleira Jeanette, da rua do Ouvidor.

Não chegando para as encomendas dessas duas caças de proa, resolveu empurrar para o seu senhor, o guloso D. Pedro, a mulher do francês da casa Wallenstein & Cia.

Dito e feito. Como? Muito simplesmente. Cochichou no ouvido do monarca que a mulher do Saisset era coisa do outro mundo. E D. Pedro foi pelo faro... e caiu na ratoeira como ratinho inexperiente.

***

Monsieur Saisset e sua mulher Madame Clemence, com o pé de meia de suas economias, vieram tentar fortuna no Brasil.

Desde logo o casal francês se estabeleceu na rua do Ouvidor; ela com loja de modas; ele, com oficina de cabeleireiro, então, como hoje, profissões muito rendosas.

Um dos negócios do francês era muito promissor: moda e papéis pintados. A casa era na rua do Ouvidor, 98, frente da rua Nova, sob a firma de Bernardo Wallenstein & Companhia. O "Companhia" dizia respeito aos Saissets.

Mas a riqueza almejada não caía tão depressa dos céus como o maná do deserto bíblico.

Um dia, Pedro I, manejado pela astúcia do Chalaça, encontrou-se em São Cristóvão com a formosa Madame Clemence Saisset, que fora levar encomendas das senhoras palacianas a ajeitar penteados para uma festa. Achar bonita a francesinha, cobiçá-la e agarrá-la, tudo isso foi para o Imperador coisa de nada e para a francesa... maná do deserto.

Ademais, era uma francesa do Rio, e estas eram, segundo o sábio Jacquemont, umas "amáveis raparigas[25]".

Sua Majestade perdeu a compostura do cargo e não querendo seu um Romeu ao luar, visitou a namorada, à noitinha, em sua própria casa. Para afastar o marido, mandou-o chamar ao Paço, dando ordens ao Chalaça que não o deixasse sair enquanto ele, imperador, não voltasse.

[25] Aqui o termo significa prostituta (NE)

O elegante Saisset foi a São Cristóvão. Anoitecera e desconfiado da grande insistência do camareiro que procurava retê-lo, suspeitou de qualquer coisa e saiu sem ser notado.

Pedro I jantara com Madame Saisset e, esquecendo-se da pragmática e do marido que deveria estar no Paço, desapertou a fardeta, com que estava vestido, desabotoou as botas por causa dos calos, e como as cadeiras não fossem muito macias, com a devida licença, recostou-se no lindo leito que fronteava a sala de jantar. Tudo isso "inocentemente", já se vê.

É claro que o cronista antigo, de quem tiramos o relato, envenena o episódio pintando-o com outras cores... mais "realistas". É que o protagonista era "real" em todas as acepções do vocábulo.

De repente, surgiu, esbaforido, o dono da casa, clamando, faminto e cansado, pela sua querida Clemência. Reboliços e arranjos rápidos...

O Imperador queria saltar a janela. Deteve-o rapidamente a modista. Se o fizesse seria um grande escândalo. Com a graça e inteligência gálica que lhe era peculiar, rasgou sua camisola de dormir e, enrolando-a com várias dobras, amarrou a perna direita do Imperador.

Combinaram rapidamente a trama. Ela se vestiu ligeiramente, e abriu a porta do quarto.

Seu marido, na cozinha, empunhava um quarto de frango assado, e com ele se reconstituía. E

Clemence, compungida, explicou ao pacífico e razoável marido:

> **"Que ali perto sucedera um desastre: Sua Majestade o Imperador, não podendo refrear os corcovos do seu cavalo, caíra, torcendo o joelho direito.**
>
> **Ela, aflita, correra a auxiliá-lo e com alguns transeuntes, o recolheram. Ali estava ele, desapertado, na cama, sem poder andar. O médico fora chamado e não tardaria..."**

Saisset, jogando fora os restos de frango, irrompeu, aflito, pelo quarto a dentro, topando com o monarca recostado no leito do casal.

Depois, em desabalada carreira, procurou o cirurgião do Paço e trouxe-o. O médico entrou. D. Pedro mandou fechar a porta do quarto e ficou com o esculápio para o curativo. Minutos após, o doutor saia risonho.

E Saisset, apreensivo, interpelou:

- Coisa de cuidados sérios, sr. doutor?

Respondeu o cirurgião:

- Que não fora nada grave. Apenas engorgitamento dum músculo da perna. Compressas quentes e fricções repetidas curariam aquilo em pouco tempo. Porém, seria prudente que sua Majestade ficasse

ali durante a noite. Na manhã seguinte o Imperador já estaria bom e o referido músculo descongestionado.

E partiu. O francês Saisset entrou no quarto, e, cheio de mesuras, ofereceu-se para ir buscar a carruagem do Paço, porém, como dizia a Madame, talvez isso agravasse o seu estado.

- *Ademais*, obtemperou a esposa, *a Imperatriz, a essa hora, recebendo Sua Majestade assim, sem poder andar, poderia assustar-se. Um recado em nome do Imperador comunicaria que Sua Majestade fora passar a noite na Quinta de Santa Cruz.*

E assim se fez. Nessa noite, conta com muita graça um cronista da época, que o respeitável lojista da rua do Ouvidor dormiu no quarto da criada, enquanto a sua "virtuosa" esposa, madame Clemence Saisset, cuidava desveladamente, como "enfermeira", do imperial doente.

Na verdade, o cirurgião-mor do Paço acertara o diagnóstico: aquilo não passara de uma inflamação passageira do nervo da perna.

Mas a boa enfermeira, carinhosa e conhecedora dos cuidados domésticos, dos quais é parte principal a arte de curar, não fechou os olhos durante a noite, sempre atenciosa e cheia de carinhos para com o enfermo.

O caso é que, no dia seguinte, o nervo da perna de D. Pedro estava descongestionado, graças à habilidade genuinamente francesa da gentil e bela enfermeira.

Essa hospedagem e a acertada terapêutica da francesa, foi a sorte grande para o casal Saisset.

D. Pedro I foi gratíssimo. Comprou e deu-lhes a casa em que moravam; condecorou-os; batizou por procuração o primogênito da Madame, nascido em Paris, depois do incidente.

Mais tarde, aberto o testamento da Majestade Bragantina, nele havia esta cláusula: uma boa dádiva em pecúnia ao seu "afilhado" Pedro de Alcântara, primogênito dos Comendadores Saissets.

Nas "Memórias" publicadas pelo Chalaça ele se refere ao filho de Saisset. Nelas se conta qualquer coisa. Aliás, em 1838, escrevia ele ao Marquês de Itanhaém, referindo-se aos bens de Pedro I, do qual fora inventariaste D. Amélia:

> *"Das outras duas partes da metade da terça, uma pertence ao filho de Mr. e Madame Saisset de Paris, que estão ansiosos para receberem a sua parte".*

Era a gratidão do Imperador do Brasil que ainda se manifestava à devotada enfermeira francesa:

"*Bendita queda*!" diria com seus botões de ouro o nédio[26] comendador Saisset.

"*Saudosos tempos*!" murmuraria, suspirando, a senhora comendadora, ex-modista francesa da rua do Ouvidor.

E ambos tinham razão... A história da queda fora bem arranjada e a terapêutica da francesinha bem recompensada...

O que D. Pedro nunca soube é que na aventura da Madame Saisset o seu secretário se associara com ele, durante o seu romance... não se sabendo até hoje se o tal Pedrinho da Madame era filho do marido, do Imperador ou do Chalaça.

Os três e talvez mais alguém teriam probabilidades de se arrogarem a paternidade do filhote da Clemence. Ela, porém, jurava pela sua honra que o menino tinha sangue azul.

ꕥꕥꕥ

[26] Lustroso devido à gordura (NE)

7 – Vencido, afinal

O Chalaça fizera-se amigo íntimo do Marquês de Barbacena. Associaram-se em negócios polpudos e, conhecendo bem o sócio, o caviloso[27] Caldeira Brant tratou de conquistá-lo pelos lucros fabulosos de certos "negocinhos" que somente ele sabia fazer com jeito e oportunismo.

Mas Caldeira Brant usava o processo da onça que encontra a caça dormindo: cheira e lambe antes de fincar os dentes e arrancar as vísceras da inexperta vítima.

Foi isso que Barbacena fez com o Chalaça. Agradou-o, agradou-o muito, para poder feri-lo profundamente.

Era preciso, para que ele governasse o Império e executasse todos os seus planos de poderio, que se destruíssem dois poderes maiores que o seu: o da Marquesa de Santos e o do Chalaça.

E o que fez Barbacena? Atirou o Chalaça contra a Marquesa.

Jogando com toda a sua astúcia e artimanhas, conseguiu o ex-aliado da Marquesa convencer D.

[27] Fingido, hipócrita (NE)

Pedro que Domitila de Castro repartia os seus amores com outrem.
E D. Pedro, vencido pelo ciúme e cego pelo amor próprio ofendido, meteu um tiro de pistola no pseudo-amante da Marquesa e tentou assassinar a amante, não o tendo conseguido pela providencial intervenção do irmão da paulistana.

E depois a expulsou da Corte, a princípio resolvendo mandá-la exilada para a Europa e depois efetivando esse exílio em São Paulo.

Ficara o Barbacena sem uma concorrente temível.

Era preciso agora dar o golpe no Chalaça.

Então, o caviloso Caldeira Brant procurou a Imperatriz D. Amélia e convenceu-a de que, para conservar a fidelidade conjugal de D. Pedro, era necessário o afastamento do Chalaça, que governava a vontade do Imperador, arranjando-lhe amores clandestinos, explorando-lhe a concupiscência e lascívia.

- *Pois é assim, Majestade*, dizia Caldeira Brant, ministro da fazenda, a D. Amélia, Imperatriz do Brasil. -*Esse sujeito precisa ser afastado do Rio de Janeiro para que D. Pedro perca o hábito antigo de aventuras escandalosas.*

- E o sr. Marquês acha que será possível o afastamento desse homem que meu marido chama de seu melhor e mais querido amigo? Terei eu prestígio suficiente para vencer o Chalaça?

- É a única pessoa capaz de tanto.

- E por que, Marquês?

- Porque D. Pedro está apaixonado pela sua segunda esposa, a quem adora.

- Fogo de palha, Marquês.

- Será fogo de palha, se o Chalaça continuar no Rio e, com a sua lábia conhecida, levar o nosso Imperador ao regaço de alguma sereia encantadora que roube a Vossa Majestade o que Vossa Majestade possui como esposa. Sei que ele anda tentando a vontade do Imperador para conquistar uma das filhas do Pierre Marmout, a Luizinha, que Vossa majestade trouxe da Europa na sua comitiva.

- A Luizinha, minha dama de honra?

- Essa mesma, Majestade. A Luizinha tem apenas 17 anos, é linda, é sedutora, é capaz de virar a cabeça de um santo, se o diabo o tentar nos desejos da carne. E o diabo é o Chalaça. Ainda ontem...

- Ainda ontem viu alguma coisa?

- Vi e ouvi. Estávamos nós três, o Imperador, eu e o Chalaça, conversando na sala de despacho, quando passou Vossa Majestade acompanhada de sua dama de honra Luiza Marmont. E o Chalaça, lançando um olhar comprido e meloso para a menina, sussurrou a D. Pedro: que lindeza, que

lindeza essa filha do Marmont. O Imperador ao ouvi-lo acompanhou com os olhos a formosa dama de honra, e cochichou para o Chalaça:

- Chalaça, você é um malvado. Está querendo despertar em mim a gula de abutre feroz que já não tenho mais, depois que me casei com a Amélia...

- E o Chalaça o que disse? Interrompeu, aflita, a Imperatriz.

- Riu-se e disse ao Imperador que comer um gostoso peruzinho com farofa todos os dias, sem variar, perturba o paladar do gastrônomo. De vez em quando, continuou ele, um lombinho assado é uma delícia. E terminou: e essa filha do Marmont é de fato um "delicioso lombinho assado" para um estômago de bom gosto...

- E o Imperador?

- O Imperador deu uma gargalhada e, batendo nas costas do malandro, disse-lhe: muito bem achada... seu Chalaça, lavraste um tento. E virando- se para mim: estás vendo Marquês, como este Chalaça é terrível? Está me tentando para trair a Amélia com as suas damas de honra. Mas eu é que não deixo a minha mulherzinha por nenhuma mulher do mundo.

- Que grandessíssimo canalha! Balbuciou a Imperatriz.

E foi então que o Marquês de Barbacena concertou o plano com a Imperatriz para o afastamento do Chalaça do Rio de Janeiro.

Ele, Ministro da Fazenda e chefe da política governista, pediria a D. Pedro que pusesse o favorito para fora da Corte.

D. Pedro, por certo, recusaria, e então surgiria ela, a Imperatriz, que com jeito, procuraria convencê-lo. Se não o conseguisse, então...

ဢဢဢ

8 - O Romance do Chalaça

I

Residia no "Beco da Fidalga" o português Antônio Gonçalves, casado com Maria de Souza e pai de uma linda mocinha que se chamava Alice.

Alice tinha olhos vivos, boca pequenina, nariz afilado, dentes miúdos, vasta cabeleira, e corpo esbelto e bem torneado. Se era encantadora a beleza do seu semblante, os contornos elegantes de suas formas fascinavam.

Seu pai era ajudante do almoxarife do Paço da cidade. Quando se apresentava com a sua casaca azul agaloada de prata, seus calções encarnados, meias de seda e chapéu armado, tomava um ar grave e imponente, e de toda a vizinhança recebia cumprimentos.

Naqueles tempos os criados da casa real eram muito considerados, qualquer que fosse sua categoria. Submisso ao governo absoluto, o povo consagrava- lhes temor e respeito.

Especialmente pela maldita "lei das aposentadorias[28]", os habitantes da cidade viviam inquietos, pois ninguém podia julgar-se seguro na casa que habitava. Se ela fosse cobiçada por

[28] Aposentar aqui significa "tomar aposento" ou seja, lugar para morar (NE)

algum criado do Paço, ele se dirigia ao juiz aposentador e indicava-lhe o prédio que escolhera.

O magistrado enviava então um meirinho à casa indicada que imediatamente escrevia na porta, com giz ou tinta, as letras “**P. R.**”, que queria dizer Príncipe Regente, mas, o povo em galhofa, traduzia as letras pela frase Ponha- se na Rua.

Mudava-se o proprietário e o fidalgo, criado do Paço, aboletava-se na casa e ali se aposentava muito a seu gosto.

Somente podiam gozar de semelhante regalia os criados de elevada hierarquia, pois os de menor graduação, em geral, residiam nas dependências dos palácios reais, e alguns, se não tinham uma casa paga pelo bolsinho do rei, eram alimentados pela ucharia[29] da casa real.

Colocada no pavimento térreo do antigo convento do Carmo, que foi absorvido para acomodações da Família Real, era a “ucharia” do Paço da cidade um grande sorvedouro dos dinheiros públicos.

Ali havia comida em profusão; ali iam fornecer- se de víveres muitos criados, e alguns, se não tinham rações em gêneros, recebiam-nas em dinheiro.

---

[29] Despensa ou série de aposentos onde eram guardadas carnes e outros gêneros alimentícios nas casas reais ou de famílias abastadas (NE)

Os fidalgos aposentados nas casas que haviam requerido, eram obrigados a pagar aluguel ao proprietário, mas muitos não o faziam, e ai do proprietário que recalcitrasse: esperava-o a cadeia ou o degredo.

Outros fidalgos recebiam, em certas festividades da Capela Real, brandões[30] de cera, e alguns até do Paço traziam fazendas de seda e linho para seu uso particular.

Qualquer criado da casa real se julgava um potentado: e até os de baixa classe, quando percorriam as ruas a cavalo, iam em disparada, atropelando o povo, que, com o seu senso brincalhão, os apelidava de “tranca-ruas”.

Saia do Erário o dinheiro para toda a despesa da Casa Real. O rei não tinha dotação, gastava o que queria, sem limite, nem critério na distribuição das quantias.

***

Repetidas vezes vira Eduardo Maia, moço empregado na Alfândega, a filha de Antônio Gonçalves, ora nas missas matutinas, como era uso, ora nas festividades religiosas, nos fogos de artifício, e nos outros divertimentos próprios do tempo.

---

[30] Tipo de vela grande. Círio (NE)

Uma das festas populares era o Natal, que se estendia de 25 de dezembro a 6 de janeiro seguinte.

Começava pela missa do galo, celebrada à meia-noite de 24 de dezembro, e, continuava com a exposição de presepes e cantatas da noite de Reis.

Armavam-se diversos presepes em diferentes pontos da cidade, porém os mais importantes eram os da ladeira de Santo Antônio, o das religiosas da Ajuda, e o do cônego Felipe, no morro do Livramento.

Logo depois da noite do Natal, começava a percorrer as ruas e visitar as casas a "folia dos Reis", composta de moços vestidos de calções e jaqueta branca, chapéu de palha com fitas pendentes e sapatos com fivelas douradas.

Cantavam e dançavam ao som de tambores, flautas e pandeiros, colhendo esmolas para as solenidades da igreja.

Levava um deles o estandarte com a imagem do Menino Deus que era exposta em todas as igrejas à adoração dos fiéis. Os foliões colhiam abundantes esmolas, e, nas casas em que eram admitidos, encontravam mesas repletas de iguarias e doces.

Concorrendo à missa do galo na igreja da Lapa dos Mercadores, à rua do Ouvidor, encontrou- se Eduardo com Alice, e durante a cerimônia

religiosa tiveram os dois namorados ocasião de trocar palavras de amor.

Acompanhou a moça quando ela regressou à casa, e vendo-a entrar, repetiu a quadrinha de uma balada, então em voga, que dizia assim:

Em São Paulo deu uma hora,
No Colégio deram duas:
Vede que horas são estas,
Pois por ti ando nas ruas.

Alice chegou à janela do sótão, e atirou-lhe uma flor que trazia presa ao pente, que lhe prendia os cabelos. O moço apanhou-a, beijou-a e colocando-a na lapela da casaca, retirou-se satisfeito.

Alice fechou a janela e recolheu-se para repousar, ou antes, para pensar no ídolo do seu coração.

II

Vivendo apaixonado pela formosa Alice, não havia festividade ou passeio a que ela não fosse e que ele não comparecesse.

Residia em uma casa de porta e janela no beco do Guindaste, depois travessa do Dr. Costa Velho, a velhinha Quitéria, que era a portadora das cartas, flores e presentes dos dois namorados.

Quitéria usava uma saia de lilá preta, mantilha da mesma cor, que, presa ao alto do pente que lhe prendia os cabelos, descia quase até os pés;

calçava sapatos de duraque, e pendente da cintura um comprido rosário de contas brancas e pretas.

Esmolava pelas casas, não por necessidade, pois possuía uma escrava, que costurava calças e camisas, mandadas dos algibebes[31] existentes junto à igreja da Cruz, e por isso se chamavam costuras da Cruz.

Amiudadas vezes a velha ia à casa de Antônio Gonçalves e ali, além de receber a esmola do costume, ficava sabendo dos passeios de Alice e levava a Eduardo as cartas e recados que ela lhe pedia.

Em todas as casas de suas devotas, isto é, daquelas que a socorriam com esmolas, contava e colhia novidades, e assim era sabedora dos segredos de muitas famílias.

Aproximava-se a festa do Espírito Santo, celebrada nesses tempos com extraordinária pompa nas igrejas de Santa Rita, Santa Ana, Mataporcos, depois Estácio de Sá, e no convento das Carmelitas.

No campo de Santana, depois Praça da República, armavam- se barracas de madeira e lona, onde haviam danças de velhos, de jardineiros, teatros de bonecos, mágicas, exercícios ginásticos, sortes, doces, comidas e brinquedos.

---

[31] Mascate, vendedor de rua (NE)

Semanas antes, era a festividade anunciada pelos foliões, rapazes trajados com calções vermelhos e galão dourado, colete de seda branca, meias, sapatos de fivelas, e chapéu de feltro de copa alta, abas longas e ornado de fitas.

Levava um deles de vestimenta mais garrida o estandarte de cor vermelha, tendo estampado no centro o emblema do orago[32] da festa, assim como também na parte superior um pombo prateado, de asas abertas, atufado em milhares de fitas de diversas cores.

Acompanhavam os foliões dois irmãos da irmandade do Divino, revestidos de opas[33] vermelhas, trazendo em uma vara e uma baciazinha de prata, para recebimento das esmolas.

O outro conduzia, pela mão, o imperador do Divino, menino de dez ou doze anos, trajando casaca e calções de veludo, colete de seda branca, meias, sapatos de fivela e chapéu armado.

Percorrendo as ruas ao som dos instrumentos, os foliões entravam em diversas casas, onde cantavam e dançavam, repetindo versos adequados à festividade.

---

[32] Padroeiro (NE)

[33] tipo de veste ou capa com aberturas em lugar das mangas, geralmente usada por membros de irmandades em cerimônias religiosas (NE)

Erguiam-se junto a igreja de Santa Ana, demolida depois para dar espaço à estação central da estrada de ferro, o palanque do imperador do Divino, um ou dois coretos de música e o palanque do leiloeiro, todos eles ornados com cortinas de damasco e com rendas, todos eles iluminados à noite, com copinhos de cores.

Em frente do palanque do imperador flutuava sobre ele alto mastro o estandarte do Espírito Santo.

O leilão das ofertas, as fogueiras de cabeças de alcatrão espalhadas pela praça, os fogos de vista, os repiques de sinos, a música dos coretos, a romaria popular, a multidão aglomerada na praça, as exclamações e gesticulações dos barraqueiros, apregoando suas quinquilharias e divertimentos, os milhares de mercadores oferecendo à venda frutas, aves, doces e acepipes, davam a esta festa popular grande animação e alegria, e assim se prolongava até o dia de Santa Ana.

Nas noites de fogos de vistas era maior a concorrência popular. As famílias aboletavam-se em esteiras de palha, estendidas pelo campo, apreciando os petiscos que compravam; outras visitavam os divertimentos, e ao som da música, de vivas e bravos ao artista pirotécnico, ou de assobios e vaias, quando falhava qualquer peça, divertiam-se até alta hora da noite, pois só muito tarde começavam a arder os fogos de artifício.

Agradava ao paladar do povo o leilão de prendas ofertadas ao Divino, leilão que era feito em um palanque próximo da igreja, por indivíduos dado a galhofas e brejeirices.

A família de Antônio Gonçalves ia quase todas as noites às barracas do campo, e ali se encontravam com Eduardo, avisado antecipadamente do passeio pela velha Quitéria.

Aproximava-se a família de Antônio Gonçalves do palanque do leiloeiro, quando este apregoava um lindo ramalhete de flores do seguinte modo:

- *Afronta faço que mais não acho, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas, uma maior, outra menor. Quanto dão por este ramo?*

Lançou cada um a sua oferta, porém Eduardo Maia cobriu o maior lance.

- *Dou-lhe três, dou-lhe tudo de uma só vez*, bradou o leiloeiro, batendo com o martelo na mesa, que tinha em frente de si, e entregando o ramalhete a Eduardo, este imediatamente o ofertou a Alice.

Isso não passou despercebido a Antônio Gonçalves, que já reparara na presença do moço ao lado de sua família.

O velho franziu a testa e cumprimentando ligeiramente, afastou- se dali com a mulher e a filha. No caminho, chamou a atenção da esposa:

- Esta menina anda com um namorico que não me agrada. É preciso dissuadi-la disso, oh! mulher.

- Deixa de ser impertinente, retrucou-lhe a esposa.

- Mas não gosto de semelhante moço.

- Cale- se, que Alice pode ouvir.

E nesse diálogo ficou o caso encerrado nessa noite.

III

Correram assim os meses, vivendo os dois namorados nesse enlevo de esperanças, risos, surpresas e encantos, que constituem a vida dos que se amam.

A alguns amigos referira Eduardo o amor que consagrava à filha do ajudante de almoxarife, manifestando desejos de casar-se.

Abrira-se, entre outros, com o Major Melo, comandante do regimento dos pardos, e esse bom homem aprovara os seus projetos.

O major era muito amigo de Antônio Gonçalves, e encontrando-se um dia com ele na missa da Cruz, dissera-lhe:

- Conhece o Eduardo Maia, empregado da Alfândega?

- *Muito, e vejo-o quase todos os dias*, acrescentou o velho sorrindo.

- *É moço morigerado*[34].

- *Consta- me que sim.*

- *Bom empregado público, tanto assim que, residindo em Catumbi, não falta um só dia à repartição.*

Não havendo naquela época meios fáceis de condução, pois nem as famosas gandolas[35] e nem as diligências tinham ainda surgido, os pobres andavam a pé e os ricos em seges ou cadeirinhas.

E por isso, quase todos os empregados públicos residiam nas ruas centrais da cidade.

Raro era aquele que morava em lugar mais distante, e então, ou vinha a cavalo, ou necessitava ser ativo, diligente e madrugador para chegar à hora certa na repartição.

- *É de se admirar*, repetiu Antônio Gonçalves.

- *Além disso, não costuma contrair dívidas*, observou o major.

- *Mostra que tem juízo*, retrucou Gonçalves.

---

[34] Que tem moral, bons costume, bem educado (NE)

[35] Gandola é uma vestimenta. Aqui parece ser usada como gíria da época para algum tipo de meio de transporte (NE)

- *É econômico e sossegado, não vai a bailes, e nem freqüenta botequins.*

- *Faz bem.*

- *Não fuma.*

- *Excelente.*

Naqueles tempos, só fumavam publicamente os marinheiros e soldados, que eram, também os únicos que freqüentavam os botequins, e por isso se notava quando qualquer pessoa mais decente praticava atos semelhantes, reprovados pela sociedade. Se algum indivíduo pertencente a qualquer outra classe social contraia o hábito de fumar, fazia-o ocultamente.

- *Esse moço,* prosseguiu o major, *deseja casar-se com uma menina formosa e digna de toda a consideração.*

- *Os rapazes de hoje são assim*, respondeu Antônio Gonçalves, *mal fazem a barba, pensam logo em casar-se.*

- *Mas esse já tem idade suficiente para isso, tem critério e excelentes qualidades, e se eu tivesse uma filha, não duvidaria em cedê-la para esposa.*

- *E eu não penso assim.*

- *Por que?*

- Reconheço nesse moço boas qualidades, sei que além de bom filho, é irmão excelente e amigo dedicado, mas existe uma circunstância que me obriga a não lhe dar minha filha em casamento.

- E qual é?

Antônio Gonçalves pegou a gola da farda do major e aproximando-se deste, disse-lhe ao ouvido:

- Ele é maçom.

- E o que tem isso?

- Ora, um homem que pertence a semelhante seita de amaldiçoados da igreja pode ligar-se a uma família católica?

- A maçonaria é uma sociedade de fraternidade e caridade.

- Admiro-me de ouvir tais palavras de sua boca, quando sabe que ali se conspira contra o altar e contra o rei. Olhe, foi no seio desta seita que se iniciou em Pernambuco o governo republicano.

- E que prova isso contra a maçonaria? Ali existiam homens que pensavam na liberdade e independência da pátria, denodados brasileiros, inflamados de amor pátrio.

- Não fale assim pois pode comprometer-se.

- Não o creio, enquanto falar com homens da estatura moral do meu amigo.

- Obrigado, mas acredite que não posso tolerar os maçons.

- Não sei porque. Alguns dos nossos fidalgos são maçons; em Portugal, ou antes em toda a Europa não há tantos entre os mais ilustres e distintos membros da sociedade.

- Talvez seja assim, mas não tenciono, major, dar a mão de minha filha a um revolucionário, a um... maçom.

- Bem, interrompeu-lhe o amigo, não desejo contrariá-lo mais. E eis a missa que vai entrar.

Apareceu o vigário, seguido do coroinha, e ajoelhando-se junto do altar, o mesmo fizeram os dois amigos, na nave da igreja, enquanto partiam do coro os sons harmoniosos do órgão.

IV

Francisco Gomes da Silva, conhecido por Chalaça, arrastava as asas a uma dama do Paço.

Era então numeroso o cortejo de criados e criados da Casa real. Além dos camaristas, guarda-roupas, veadores[36] e criados de diversas denominações e categorias, e também moços de muitas denominações, classificados segundo os seus serviços, havia as damas de honra, aias,

[36] empregado superior que, no paço real ou fora dele, servia à rainha; camarista da rainha (NE)

açafatas[37], criadas particulares, donas da porta e moças do lavor, do quarto, da câmara e outras e mais outras de diversos nomes conforme seus misteres e ocupações.

A dama que ouvia e aceitava idílios e galanteios do reposteiro da câmara, chamava-se Eugênia, era casada e entre as muitas que habitavam o Paço, era ela, sem dúvida, uma das mais formosas.

O Conde de Valadares, camarista particular do príncipe D. Pedro, já havia surpreendido o reposteiro Gomes da Silva a beijar a dama querida, e se não revelara semelhante pirataria, fora para não dar escândalo no Paço.

Eram então comuns as intrigas, as relações e seduções amorosas na residência real.

Havia namoro desbragado entre fidalgos e fidalgas, entre criados e criadas de diferentes categorias. Reinavam ali as tricas[38] amorosas, veementes e constantes, e não era raro darem-se cenas pouco decorosas.

Do alto vinha o exemplo. Falava-se do gênio leviano, das maneiras desenvoltas da rainha Carlota, do desprezo que tinha pelo marido, de suas relações ilícitas com certos titulares.

O marido não lhe dedicava confiança alguma. Murmurava o povo contra os escândalos da Casa

[37] fidalga a serviço de damas da família real (NE)
[38] Ardil (NE)

Real, mas muito à puridade, pois, naqueles priscos[39] tempos, não se levantava impunemente a ponta do véu, que cobria as mazelas das altas classes sociais, quanto mais da casa de El-Rey nosso senhor!

Mas Francisco Gomes da Silva era amante do sexo frágil e inclinado às aventuras amorosas. Freqüentava a casa de Antônio Gonçalves, e se mostrava solícito em render finezas à filha do ajudante de almoxarife.

Certa ocasião, conversava ele com o Gonçalves, pai da formosa Alice, moça casadoura do tempo:

- *Tenho vontade que minha filha se case*, disse o Gonçalves.

- *É natural*, respondeu o Chiquinho Chalaça.

- *Mas desejava para meu genro um moço honesto e de posição social. Sabe que devemos honrar a nossa classe de funcionários públicos...*

- *É certo, colega.*

- *E se encontrasse algum empregado do Paço...* Gonçalves, ao dizer isso, começou a brincar, entre os dedos, com o pesado sinete, que trazia pendente na grossa corrente do relógio.

[39] Velho, antigo (NE)

- *Seria bom, ficaria tudo em casa como se diz*, acrescentou o moço, olhando de soslaio para o velho.

- *E o senhor não pensa em casar- se?*

- *Pode ser*, retorquiu o Chalaça, relanceando o olhar para o interior da casa, de onde se ouvia a voz da rapariga que entoava uma modinha da época:

Os homens querem
Nos enganar,
Mas nós devemos
Nos acautelar.

Os homens querem
Nos iludir,
Mas nós devemos
Deles fugir.

- *Sua filha tem uma bonita voz*, elogiou Francisco Gomes da Silva. *Por que não a matricula na aula de música do padre José Maurício, na rua das Marrecas?*

- *A menina não pensa agora em dedicar-se ao estudo da música. Ela quer marido, quer marido,* repetiu Gonçalves sorrindo.

- *Pois se quer, aqui está um*, respondeu rindo o Chalaça!

Nessa ocasião entrou na sala uma escrava, que vinha anunciar a hora do jantar.

E foram os dois para a mesa, para continuarem o negócio do casório. O Chalaça, que vivia com amores pecaminosos, talvez estivesse disposto ao dote da filha do Antônio Gonçalves.

V

Celebrava- se na capela do palácio de Santa Cruz a festa da degolação de São João batista, com pompa e grande concorrência de povo. Houve matinas, missa cantada, sermão e Te-Deum, e salvas e foguetes do ar em abundância. Se a música de Marcos Portugal agradou a todos, impressionou e entusiasmou o auditório.

Pregou na festa e no Te-Deum o franciscano frei Sampaio, que arrebatou os ouvintes com sua palavra inspirada.

Ao descer do púlpito recebeu verdadeira ovação dos amigos, que o aplaudiram e o abraçaram pela impressão profunda, que sobre todos causara a eloquência inspirada do orador.

O rei mandou chamá-lo à tribuna, e, em sinal de estima, ofereceu-lhe uma caixinha de ouro, para rapé. Era a terceira ou quarta, que, em idênticas circunstâncias, recebia das mãos reais!

Na mesma ocasião desciam do coro os músicos precedidos dos insignes mestres Marcos Portugal e José Maurício.

Se o primeiro era festejado pelos fidalgos portugueses, era o segundo recebido entusiasticamente pelos brasileiros, encantados com os sons harmoniosos e cadentes da linda partitura exibida pelo maestro.

Já então era viva a rivalidade entre brasileiros e portugueses, como se previssem ambos, que breve raiaria o dia em que o Brasil e Portugal seriam duas nações diversas.

Chamados à tribuna real ouviram os dois músicos da boca do rei palavras lisonjeiras.

Durante a festividade foi tal a concorrência popular, tão atopetada ficou a igreja, que muitos tiveram de retirar-se para o átrio, a fim de respirar um ar melhor.

O Chalaça foi um deles, e, ao chegar à porta, encontrou-se com o marido de Eugênia, o que não deixou de contrariá-lo.

- *Que calor intenso,* disse o marido da dama, que também era empregado do Paço.

- *Excessivo*, replicou Chiquinho Chalaça.

Atravessava nessa ocasião o portão fronteiro ao palácio um boi, no seu passo tardio e grave.

- *Lá vai o "Patrício".*

- *Quem?* perguntou o Chalaça.

- O boi Patrício, que veio com outros para fornecimento de bordo, quando a família real emigrou para o Brasil, e havendo chegado vivo ao Rio de Janeiro, El-Rey ordenou que o conservassem, e mais tarde mandou abonar-lhe a diária de quatrocentos réis.

- É aquele?

- É.

Conduzia em uma carroça a água da Carioca para o Paço de São Cristóvão, mas tendo emagrecido muito, foi mandado para os pastos da fazenda por ordem de El-Rey.

- É então o Patrício estimado pelo soberano?

- É, tem uma pensão e vive sem trabalho nestes campos da fazenda de Santa Cruz.

- Feliz boi... quanta gente o inveja.

- Talvez haja aqui indivíduos que realmente desejassem a sorte daquele animal, acrescentou o Costa, marido enganado da amante de Francisco Gomes da Silva. *Homens de chifres, conheço-os muitos na Corte,* completou.

- E há muitos que têm chifres e só veem os chifres dos outros, respondeu o Chalaça.

E os dois, rindo-se, separaram-se, indo o reposteiro esperar num dos corredores do palácio a mulherzinha do amigo, pois, havendo terminado

a festividade, ela teria de recolher-se ao seu aposento.

Não esperou muito tempo. Apareceu Eugênia em companhia de outra dama, que, subindo uma das escadas, foi ter ao seu quarto no pavimento superior do Paço, deixando só a mulher do Costa, que, ao enxergar o Chalaça, sussurrou-lhe nos ouvidos:

- Cuidado... O meu marido está na capela.
- Estive com ele há pouco, e foi agora passear no pomar. Sem saber que tem chifres, ele vive a apreciar o velho Patrício, o boi do rei.

- E se ele nos pegar?

- Não virá já. E eu estava aqui à espera para cumprimentar a rainha.

Interrompendo-o, replicou Eugênia:

- A rainha? Você espera a rainha? Ora essa... Não sabe então que ela não veio assistir esta festa e ficou no seu palacete do largo do Machado?

- Eu queria dizer que desejava saudar a rainha do meu coração, que é você.

- Lisonjeiro...

E no silêncio do corredor estalaram uns beijos ardentes, interrompidos pelo aparecimento de um outro personagem da Corte de D. João VI.

Era o criado particular do rei, o gordo e vermelho Tomaz Carneiro, com quem logo encetou ligeira conversação o Chalaça, enquanto Eugênia, subindo a primeira escada que encontrou, recolheu-se aos eu aposento, no segundo pavimento do palácio.

***

Moço, dispondo de dotes físicos, afeiçoado ao belo sexo, empregado do paço, que naqueles tempos era coisa de muita importância, Francisco Gomes da Silva desejava novas aventuras amorosas, já que a sorte já o havia ajudado tantas vezes.

Começou a fazer repetidas visitas à casa de Antônio Gonçalves para ver se subjugava o coração da faceira Alice.

Já não lhe bastavam os amores das damas do paço, queria prender o coração daquela rapariguinha trêfega[40] e rica, e assim viver completamente envolvido nos liames do amor.

Alice era moça esbelta e trazia muitos rapazes embevecidos pelos seus encantos, e assim queria Francisco da Silva gabar- se de tal conquista amorosa.

Se realizasse seus desejos, acumularia uma vitória a mais. Antônio Gonçalves concedia-lhe amizade e inteira confiança, da qual ele estava

[40] Aqui no sentido de moça jovem e inquieta (NE)

disposto a abusar, tão logo as circunstâncias lhe fossem favoráveis.

Se tivesse encontrado oposição firme e resistência vigorosa aos seus projetos, talvez pensasse em casar-se com a filha de Antônio Gonçalves o que não seria de todo ruim, já que ela era uma moça formosa, o pai tinha uma boa posição social e, conforme diziam, possuía um cabedal de muitas e boa dobras de ouro.

Suas repetidas visitas à casa do velho já serviam de tema para as conversas da vizinhança.

Dizia um tenente do regimento de Bragança, vizinho próximo de Antônio Gonçalves, quando via entrar o Chalaça na residência daquele:

- Essas visitas repetidas do sr. Francisco Gomes são inconvenientes, não achas minha mulher?

- São prejudiciais à honra da filha do Gonçalves.

- Queira Deus não tenha ele de arrepender-se.

- Eles dois são da Casa real e lá se entendem.

- É assim, e não é para que digamos, digna de servir de exemplo a moralidade que corre no palácio do rei.

- Caluda, e eles que continuem a semear tão maus princípios.

E ficou o tenente firme no seu posto, por detrás da rótula, à espreitar a vizinhança. Quanto à mulher, continuou a tecer uma renda em almofada de bilros.

Murmuravam outros também sobre o caso, e a seu modo iam inventando e propalando coisas não muito favoráveis à honra da rapariga.

A maledicência é mal antigo e contagioso, tisna[41] e por fim fere e vai se estendendo, como répteis, que, à medida que se arrastam, parecem aumentar de comprimento.

***

Alice contrariava-se com a presença do moço, mostrava-se esquiva, fugia-lhe e, raras vezes respondia-lhe às perguntas e galanteios.

- *Hei de atrai-la pouco a pouco*, repetia o sedutor.

Eduardo, o namorado de Alice, danava-se com as visitas do rival à casa do ajudante de almoxarife, tornava-se ciumento, repetia cartas amorosas, e duvidava da constância e fidelidade da donzela. E maldizia-se o pobre moço e vivia inquieto e desgostoso.

Havendo festividade religiosa e fogo de artifício na igreja do largo da Lapa, Francisco Gomes

[41] No sentido de sujar (NE)

convidou a família de Antônio Gonçalves para assistir a esses festejos.

Aceito o convite foram todos, tendo o reposteiro do Paço a dita de dar o braço à filha do ajudante do almoxarife.

Correu solenemente o Te-Deum, sendo orador o franciscano Monte Alverne, que tão alto elevou a fama do púlpito brasileiro.

Começado o fogo de vistas, ia tudo a contento de todos, quando, despregando-se uma das rodas que queimava, caiu sobre o povo, produzindo grande alvoroço e confusão.

Os espectadores corriam de um lado para outro, as crianças choravam, as mulheres gritavam e tinham ataques, e os homens aumentavam o alarido com assobios e vaias ao fogueteiro.

O Chalaça julgou oportuna a ocasião para colocar em prática seu plano para afastar-se com a filha de Antônio Gonçalves.

No meio da confusão popular, perdendo de vista os pais de Alice e simulando querer afastar-se do torvelinho do povo, disse para a moça:

- *Vamos fugir por aqui.*

E dirigindo-se ao beco do Imperador, chegou à rua de Santa Teresa, depois Dr. Joaquim Silva. Naquele tempo essa rua era muito pouco habitada, especialmente do lado do morro, onde

havia três ou quatro casas, separadas por extensos muros, ou cercas de espinho.

Arredado do lugar do barulho, e em ponto solitário, o Chalaça disse à filha de Gonçalves:

- Aqui estaremos livres de qualquer perigo, e quero confessar-lhe o meu amor e a minha paixão ardente...

- Mas, senhor, estou longe de meus pais...
- E que está receando?

- Não sei, mas convém irmos ao seu encontro.

- Será difícil por ora, pois é muito grande a turba popular. Primeiro, ouça o que eu lhe quero dizer...

- Não o atenderei agora. Se quiser dizer qualquer coisa deve fazê-lo em presença do meu pai.

- Siga-me e será feliz.

- Nunca!

E Alice, afastando rapidamente o seu braço do braço do Chalaça, retrocedeu fugindo apressadamente. O Chalaça agarrou-a de novo procurando seduzi-la.

***

Os pais de Alice andavam aflitos procurando a filha, quando, encontrando-se com o Eduardo Maia, contaram-lhe o que acontecera.

- *Vou procurá-la*, disse Eduardo, e partiu.

Percorreu apressadamente as ruas vizinhas, e no momento em que a moça já ia enfraquecendo a sua defesa contra as arremetidas do conquistador, surgiu o Eduardinho Maia, salvando a triste situação de Alice.

- *Alice,* ponderou ele, *seus pais andam à sua procura, aflitos e cheios de cuidados.*

- *Pois, leve-me aonde eles estão*, disse Alice reanimando-se e tomando o braço do moço.

Disfarçando o seu ressentimento, retorquiu o Chalaça:

- *Ora, sr. Maia, veja que maçada foi essa. Que maçada! Na ocasião do burburinho popular perdemo-nos de vista do Sr. Antônio e de sua senhora. E aqui viemos parar.*

Restituída Alice a seus pais, estes ficaram satisfeitos e alegres, e tal era a confiança que tributavam ao reposteiro Francisco Gomes, que o incidente não lhes causou a menor suspeita.

E assim o pirata ainda pôde acompanhar a família, enquanto Alice bastante abalada pelo que acontecera, não ousou fazer a menor revelação aos pais sobre o que sucedera, e nem contou que

o que a salvara das garras do D. Juan, fora o aparecimento salvador e providencial do seu namorado, o Maia, da Alfândega.

VII

Referindo o major Melo a Eduardo Maia a conversa que tivera com Antônio Gonçalves na igreja da Cruz, relativa ao casamento de Alice, o rapaz ficou bastante contrariado e pesaroso.

- Atualmente estão fechando as lojas maçônicas e os sócios estão se dispersando, e, assim, o Sr. Gonçalves não precisa ter tanto receio dos maçons.

- Eu ponderei-lhe isto, replicou o major, *mas ele me disse que, mesmo assim, o senhor continuava pertencendo à associação.*

- E se eu me comprometesse a deixá-la para sempre?

- Não faça isso, se um dia se alistou nessa seita e prestou juramento de conservar- se fiel às suas leis, por que renegar o seu voto? Não há motivo para isso. Ë preferível esquecer- se desse amor que, não pode trazer-lhe felicidade.

- Eu não penso assim, e jamais esquecerei esse amor.

- Todos os namorados são iguais, pesa-lhes mais o coração do que a cabeça. Mostram muito sentimento, porém pouco juízo. Julga então mais

fácil renegar os seus compromissos perante uma grande corporação, que apagar uma paixão, que começa mal?

- Mas procurarei superar todos os obstáculos.

- Bem, permaneça firme no seu amor, seja prudente e reservado, mas conserve- se também unido à maçonaria, filiado a essa sociedade útil e importante.

E os dois amigos foram conversando até a porta da Alfândega, que, nessa época era na rua 1º de março, em frente à do Hospício. Separaram- se ali, entrando Eduardo para a sua repartição.

***

Apesar de não ter ouvido de Francisco Gomes da Silva revelação a respeito do casamento, Antônio Gonçalves julgou conveniente ir preparando o ânimo de sua filha em favor do malandro, e assim, disse-lhe certo dia:

- Ainda não pensaste em ter um noivo, minha filha?

Alice sorriu, e não ousou pronunciar uma só palavra.

- Todavia é preciso voltares tua atenção para um moço conceituado, que seja de proa e que sirva, tenha posição social, que tenha recursos, que afinal te possa fazer feliz.

- Pois sim, mau pai.

- E creio haver um nessas circunstâncias.

- Ah, e quem seria ele?

- O Francisco Gomes da Silva, empregado da Casa Real, que tem vindo visitar- nos freqüentemente e que, parece ter uma decidida inclinação por ti.

- Não sei se as intenções desse moço serão puras, acrescentou Alice, dissimulando o seu ressentimento.

- E por que não? É moço honesto, conceituado, prestigioso...

- Não sei, mas apesar de desejar obedecer-vos em tudo, não quero semelhante homem para marido.

- Não queres, e ousas responder assim a teu pai? Talvez preferes algum pelintra?

- Não senhor, amo a um moço pobre, porém honrado e digno.

- A quem? perguntou Antônio Gonçalves, como se nada soubesse das relações amorosas da filha.

- Ao empregado... E a moça hesitou.

- Diz, fala...

- Ao empregado da Alfândega, Eduardo Maia.

- Cuidado, tolinha. Por acaso queres casar-te com um endemoninhado e alma de Satanás.

- Por que fala assim meu pai?

- Pois não sabes que ele pertence à maçonaria?

- E que tem isso? É uma sociedade como qualquer outra. Não dizem que até na Casa Real há maçães?

- Não te metas em semelhante discussão. E fiques sabendo que com um celerado destes não te casarás. Ou aceitas o noivo que te indiquei, ou encerro-te num convento.

- Oh! papai, por que me falas assim... respondeu Alice, debulhada em pranto.

- Empregas em vão as tuas lágrimas, porque elas não me comovem. Se não mudares de idéia, faço-te apenas uma concessão, a de escolheres o convento a que tiveres de pertencer, isto é, o de Santa Teresa ou o de Nossa Senhora da Ajuda.

E Antonio Gonçalves retirou-se, deixando a filha lavada em lágrimas.

Nessa ocasião ouviu-se junto à porta de entrada da casa uma voz, que repetia:

- Esmola para sua devota.

A moça abriu a porta e, ao dar a esmola à pobre, disse-lhe baixinho:

- Aqui tem uma carta do Sr. Eduardo Maia.

- Obrigada, mãe Quitéria, balbuciou Alice.

Fechando o postigo, Alice correu para dentro e leu imediatamente a carta, reanimando- se com as expressões apaixonadas daquela missiva de amor.

Essa cartinha, esse papel enfeitado e perfumado, foi para ela de grande conforto naquele momento de aflição, entronando-lhe n'alma resignação e esperança, encorajando-a para resistir às imposições paternas em favor do esperto Chalaça.

VIII

Além da fazenda de Santa Cruz costumava D. João VI passar também alguns dias do ano na ilha do Governador, onde o abade beneditino, frei João da Madre de Deus mandara edificar um palacete de recreio para o rei e sua família. Ali o monarca se entregava aos prazeres da caça, e além dos seus folguedos venatórios, iniciou em um terreno próximo a cultura de chá.

Acompanhavam-no ao passeio da ilha os príncipes, a princesa Maria Teresa e alguma outra filha, mas, a rainha, quase nunca.

***

Logo que chegou ao Rio de Janeiro a Rainha Carlota foi residir com as filhas na chácara dos Bastos, em Botafogo. Julgando-se mal acomodada, mudou-se para o Rio Comprido, em casa de rua, que, desde então, passou a chamar-se “da rainha”.

Ainda assim não se achou satisfeita e mudou-se novamente, agora para a chácara do Comendador Gomes Barroso, no Engenho Velho.

Residiu também algum tempo na fazenda do Capão, pertencente à família do bispo Mascarenhas, depois no engenho Meriti, que comprou para si, pelo que passou a ser chamado “da rainha”.

Tratou depois de comprar dois prédios do largo do Machado, depois praça Duque de Caxias, e, ali, mandou construir um palacete e capela que mais tarde serviu de matriz, quando se criou a freguesia da Glória. E ali permaneceu até retornar para Lisboa.

Às custas do Estado fizeram-se obras importantes nesses prédios ocupados pela volúvel soberana, que jamais se mostrou solícita em pagar aluguéis daqueles que pertenciam a particulares.

Vê-se assim que ela gostava de mudar de residência, evitando a convivência com o esposo, com quem andava em constante desarmonia.

Gostava de ficar só e livre, maquinando sempre planos e traições, e forjando astúcias e seduções.

A rainha Carlota era magra, de pequena estatura e feia. Caprichosa e de um gênio volúvel, encontrando aberto o Erário para satisfazer a todos seus caprichos e extravagâncias, vivia afastada do esposo como formando outra Corte e outro círculo político. Iludia e maquinava contra o próprio marido, que não sabia, ou não conseguia domá-la.

***

Havendo resolvido passar alguns dias na ilha do Governador, D. João para lá se dirigiu acompanhado da princesa Maria Teresa e dos príncipes D. Pedro e D. Miguel e dos fidalgos e criados de sua casa.

Além das caçadas e no cultivo do chá e de outras plantas, na ilha o rei gostava de ficar palestrando com os monges beneditinos, ou entoando com eles o cantochão no que era perito, e assistindo atos religiosos, coisa a que muito era inclinado.

Tendo chegado à ilha, escreveu, depois de alguns dias, o seguinte bilhete ao ministro Tomaz Antônio:

> **"Tomaz, - Querendo estar aqui mais alguns dias julgo que me quererá falar, querendo venha amanhã; deve saber que do desembarque até esta casa é longe, e no caso que venha me dirá, para lhe mandar pôr cavalo, e o correio vai autorizado para lhe mandar pôr as mudas do costume, se lhe disser que as ponha. – J. C."**

J. C., iniciais de João Carlos, era a assinatura de D. João quando escrevia as suas missivas particulares.

E esta é autêntica. Logo que recebeu a carta, o ministro dirigiu-se para a ilha, e compareceu imediatamente na residência real.

O rei estava inquieto com a agitação que se dera na Espanha, e previa, como aconteceu, que se estendesse ao reino português.

Aconselhava-o Tomaz Antônio que contentasse o povo e os negociantes, animando o fabrico do vinho, dos panos de linho, saragoças ou boreis[42], que impusesse tributos sobre o vinho e demais produtos estrangeiros, e escolhesse e nomeasse outras autoridades que agradassem mais ao povo de Portugal.

Outros conselheiros ainda sugeriam que a sede do reino se transferisse para a Europa e outros ainda que para lá se enviasse um membro da família real.

Tais questões preocupavam aos ministros e conselheiros régios, sendo divergentes os votos e pareceres. Se Tomaz Antônio pensava de um modo, o Conde dos Arcos pensava de outro e o Conde de Palmela de um terceiro diferente dos outros dois.

[42] Tecido de lã escura (NE)

Nessas condições, D. João que sempre se mostrara um rei dúbio e irresoluto, se desconcertava, vivia inquieto e aflito, e passava horas encerrado em seu gabinete lendo ofícios dos diplomatas, ou os pareceres dos seus conselheiros e ministros de Estado.

Enquanto os políticos se preocupavam com tais projetos e planos procurando resolver as magnas questões, enquanto o rei vacilava, Francisco Gomes da Silva continuava nos seus enlevos de amores e seduções.

Se se encontrava com Eugênia, dama do Paço, dirigia- lhe um sorriso, ou a beijava, ou fazia- lhe uma carícia. Persistia em sua paixão, firme e constante, certo talvez de que aquela mulher em breve se renderia aos seus escaldantes desejos.

Avistando-a na saleta de costura da princesa Maria Teresa, aproximou-se e disse-lhe:

- Ainda não a tinha visto hoje, adorável Eugênia.

- Estive toda a manhã com a princesa D. Maria Teresa.

- E eu sempre firme como o castiçal da sala da tocha para vê-la passar.

- É preciso que você tenha prudência e fale baixo, porque vi El-Rey no gabinete próximo, dormindo a sesta.

- *Ora, que importa isso, meu amor*, murmurou o Chalaça, beijando Eugênia. *Amo-a, amo-a demais...* E tornou a beijá-la.

- *Chiquinho...*

- *Deixe-me abraça-la, uni-la ao meu peito para sentir o seu coração junto do meu.*

E no exato momento em que o Chalaça, apertava contra o seu peito o seio agitado e protuberante da mulher, que requestava, abriu-se uma porta e apareceu D. João que lhes atirou esta exclamação:

- *Que canalhice é esta, oh! seus devassos!*

- *Perdão, meu senhor,* murmuraram ambos perturbados pela surpresa.

- *Retirem-se para os seus aposentos*, ordenou El-Rey.

Contrariado por ter presenciado no seu próprio palácio semelhante cena amorosa, D. João fechou o semblante e, de cabeça baixa, caminhou vagarosamente para o seu gabinete.

Ele sabia que corria pelo Paço muita imoralidade; que eram comuns entre damas e cavalheiros os galanteios, juras e encontros; que de sua própria esposa murmuravam, censurando a sua vida impudica, os seus modos desenvoltos; mas, apesar disso, desejava ostentar toda a moralidade.

Comedido em seus atos, reservado em suas ações, patenteando quanto possível a sua gravidade, exasperava-se quando era informado de qualquer ação desonesta ocorrida no Paço, e mais contrariado ficava quando ele próprio era testemunha de qualquer ato contra o decoro e a decência.

Nervoso, irritado pelo que presenciara, o rei tocou a campainha, que se achava numa mesinha. Compareceu imediatamente o seu criado particular Tomaz Carneiro.

- *Que deseja, meu senhor?* perguntou o criado entrando e fazendo profunda reverência.

- *Onde está o guarda-roupa Matias Lobato?*

- *Está passeando no jardim.*

- *Vá chamá-lo.*

E em passeio para distrair-se da contrariedade, que há pouco experimentara, foi caminhando até o poço d'água nascente, distante um quarto de hora do convento, e de cuja água se servia D. João quando se achava na ilha.

Chamava-se Fonte do Caricó, e ainda hoje se veem as paredes velhas e as ruínas da casa de telha, que cobria o poço.

Pediu ao guarda-roupa que lhe desse um pouco de água e regressou para o palacete.

Durante o passeio não dirigiu uma única palavra ao seu guarda-roupa sobre o incidente, nem este ousou, segundo a etiqueta, fazer a menor pergunta.

IX

Na noite do dia em que se dera o incidente amoroso presenciado pelo rei, conversavam o reposteiro do Paço Francisco Gomes e a dama Eugênia:

- *Estamos perdidos,* murmurava ele.

- *Que desgraça*, acrescentava a dama.

- *Convém fugir, pois não pretendo ser vergonhosamente despedido deste paço,* dizia ele.

- *Eu vos acompanharei; mas para onde iremos?*

- *Mandarei preparar dois cavalos que nos levarão ao ponto de embarque, e lá em qualquer canoa de pescador navegaremos para a cidade.*

- *E depois?*

- *Chegando à cidade, irei às cocheiras do Paço, na rua Fresca, e pedirei uma sege, que nos conduzirá à chácara de um amigo, no Cosme Velho.*

- *E seremos recebidos?*

- Certamente, porque esse indivíduo me deve favores de peso e valia.

- Fugir da casa real não é crime? Não será um escândalo?

- Se fugirmos talvez o rei se esqueça do que viu...

Mostrando-se convencida com o argumento, e desejando acompanhar o homem que amava, Eugênia recolheu-se ao seu aposento para se preparar para a fuga.

Disposto tudo, ele veio buscar a amante e partiram em canoa para a cidade do Rio, deixando a ilha do Governador.

Desembarcados no largo do Paço, depois praça 15 de Novembro, Francisco Gomes da Silva foi buscar a sege, e entrando nela com a companheira, rumaram para o Cosme Velho.

Chegados à casa indicada, ele desceu só, falou com o amigo, e, passados alguns instantes, veio buscar a amante, e ambos se recolheram a um aposento da casa compadresca.

- Estamos salvos, disse ele, abraçando a amante.

- Assim não decrete El-Rey algum castigo contra nós, articulou Eugênia.

- Agora só o amor nos deve preocupar. Para longe todas as idéias tristes.

Na manhã seguinte, logo que o rei acabou de fazer a barba e vestir-se, foi avisado pelo criado particular, da fuga da dama do Paço com o reposteiro.

O rei mostrou- se admirado, como se nada houvesse presenciado na véspera entre os dois amantes, mas franzindo repentinamente a testa e fechando o semblante, ordenou ao criado que fosse chamar o ministro Tomaz Antônio, que ainda se achava na ilha do Governador.

Algum tempo depois apresentou-se Tomaz Antônio que, beijando a mão do monarca, logo se pôs às suas ordens:

- Que ordena, Vossa Majestade?

- Ontem houve aqui um fato vergonhoso e impróprio da casa de um rei, falou D. João. *Surpreendi o criado Francisco Gomes da Silva beijando a dama Eugênia, e acabo de saber agora que, seduzindo essa moça, com ela fugiu ontem à noite. Eles não podiam continuar no serviço da Casa Real, mas seriam simplesmente despedidos, mas, como o Francisco tornou público o seu delito, raptando a moça, resolvi castigá-lo mais severamente. Leve esta minuta e mande lavrar um aviso, que deverá ser remetido ao corregedor do crime da corte e da casa real.*

- Cumprirei as ordens de Vossa Majestade. Curvando- se, reverente, diante do rei, o Ministro saiu.

Dois dias depois, a “Gazeta do Rio de Janeiro” publicava o seguinte aviso:

> **“Sr. Corregedor**
> **Não devendo ficar impune o desatino, em que caiu o reposteiro da Câmara Francisco Gomes da Silva de, aleivosamente, aliciar e raptar uma dama do Paço, é El-Rei nosso senhor servido que vossa mercê possa intimar o sobredito reposteiro que não entre mais no Paço, e que deve sair para fora da corte, numa distância de dez léguas, até segunda ordem. O que participo a vossa mercê para que assim o execute. Deus guarde a vossa mercê.**
> **Tomaz Antonio”.**

***

D. João era um homem probo e justo. Se se davam em sua casa, na sua corte, cenas censuráveis, indecorosas, se a imoralidade lavrava entre alguns dos seus criados e cortesãos, não eram provenientes de maus exemplos do rei.

Homem cordato e bom, não desejava fazer mal a ninguém, porém fraco e irresoluto, não sabia dissipar os abusos, e raras vezes era pronto e enérgico em punir os culpados.

Se não tinha energia para corrigir as faltas e os delitos contra a moral, praticados por sua esposa, como poderia impedir os atos vergonhosos de sua

numerosa criadagem e dos seus orgulhosos e ignorantes validos?

Havendo, porém, presenciado aquela cena amorosa em seu palácio, e considerando-a como uma afronta à sua pessoa e à sua dignidade, mostrou-se decidido e expedito na decretação da pena.

Tratou imediatamente de infligir o castigo contra o culpado, dando ele próprio a minuta para o aviso, que foi publicado na "Gazeta do Rio de Janeiro".

A publicação do "régio aviso" causou grande sensação na cidade. Todos o leram e todos o comentaram, tendo servido, durante dias, de motivo a todas as palestras.

Se uns censuravam a imoralidade que ia pelo Paço, outros condenavam a corrupção geral dos costumes, e todos aplaudiam o procedimento moralizador do rei.

Conversando na sacristia da capela real os cônegos Januário da Cunha Barbosa e Plácido Carneiro, que ocupava o cargo de reitor do Seminário de São Joaquim, perguntava o primeiro:

- *Você soube, Plácido, do fato vergonhoso que se deu no Paço real?*

- *Meu amigo*, respondeu o cônego Plácido, *o povo não é educado, e estamos num tempo em que se manda transformar um seminário em quartel.*

Referia-se ao seminário de S. Joaquim, que fora extinto para que no seu edifício se instaurasse uma divisão de soldados chegados de Portugal.

- *Escolheu para mestres régios uns homens ignorantes,* retorquiu o cônego Januário, *mestres que adotam o péssimo costume de ensinar os meninos à força de pancada.*

- Dizem os tais mestres que a palmatória desperta a inteligência.

- Bela teoria! Você não se lembra daquele menino que ficou aleijado pelos castigos sofridos na escola, e que mais tarde viveu esmolando na portaria do convento de santo Antônio?

- Vi-o ali muitas vezes. Era filho do Manoel Luiz.

- Também, qual será o homem instruído e de bom procedimento, continuou o cônego Januário, *que se sujeite a ensinar meninos pelo mesquinho ordenado anual de cento e vinte mil réis? Doze mil réis por mês. Isso é uma insignificância...*

- Certamente, pois não chega nem para a comida.

Continuava, os dois cônegos a sua palestra, quando tiveram de interrompê-la, despertados pelo dobre do sino de São Bento, anunciando a hora da reza do coro.

Vestindo a sobrepeliz sobre a batina, e tomando o livro de oração colocado sobre o arcaz,

encaminharam- se, em companhia dos outros sacerdotes, para o recinto da igreja.

X

Antônio Gonçalves ficou estupefato ao ler o aviso na Gazeta relativo ao Chalaça. Jamais pensou que esse moço pudesse praticar semelhante ato, tal o bom conceito que dele fazia.

- *Que escândalo na residência real! E praticado por um criado da casa!* Exclamou ele ao terminar a leitura do “régio aviso”.

Se o Gonçalves aborreceu-se ao ler aquele “aviso”, Eduardo Maia, ao contrário, alegrou-se vivamente, porque via, assim, desmoronados e talvez desvanecidos, os planos de Antônio Gonçalves sobre o casamento da filha com o reposteiro do Paço.

Como todos, praguejou contra a imoralidade do Paço Real, mas riu-se consigo pensando no tal marido modelo que o ajudante do almoxarifado desejava para a filha.

Mas mesmo assim o moço vivia perplexo e inquieto, perdendo dia a dia a esperança de realizar o seu casamento, pois sempre que a moça lhe escrevia, se referia à oposição que os pais manifestavam por ele ser maçom.

Isto o fazia passar os dias triste e pensativo. Certa ocasião, na rua da Quitanda, encontrou o pardo Ângelo Rondon, soldado reformado do regimento de artilharia.

Era um homem alto e descarnado e tinha falta de dois dedos na mão direita, que perdera na campanha do Rio Grande do Sul. Andava fardado, porém sem apuro e sem uniforme completo. Usava apenas o dólmen da farda e boné; a calça era de paisano.

Gostava de conceitos chistosos e gabava-se de vaticinar o futuro como vidente.

Era um maníaco, um vagabundo das ruas, semelhante a muitos outros que então existiam. Punha os dedos na boca e dando assobios e estalos, gritava:

- *Lá vai o foguetório! Quiá... quiá... quiá.* Aplaudia-se a si mesmo.

Alegre e pacato não passava de um tipo popular estimado por todos. Apesar de robusto e forte, não trabalhava e nada fazia. Vagava pela cidade e vivia uma vida folgada e inútil. Costumava repetir:

- *O que for meu às mãos me há de vir.*

Se lhe propunham um trabalho qualquer oferecendo-lhe bom pagamento, recusava-se dizendo:

- Para que? Quem Deus quer que seja vintém não chega a tostão nem que vire o mundo de pernas para o ar.

Preguiçoso e indolente, não se ocupava com coisa alguma, acreditando, como alguns, que a sorte está escrita, que o destino nasce no berço com o homem, e que o esforço e o trabalho nada valem.

Não sabia ou não queria lutar com a sorte, vivia na inércia e preguiça, e o povo cooperava para isso, dando-lhe esmolas e alimentando a sua indolência. O populacho concorria assim para que esse infeliz nada fizesse, e acreditasse que, tendo nascido pobre, pobre teria de morrer.

Encontrando-se com Eduardo, que se mostrava triste e taciturno, repetiu-lhe o soldado Rondon a seguinte quadra popular:

Chora, menino, chora,
E chorando vá embora...
Cumprindo o seu degredo,
Vá chupando no seu dedo...

O mulato sabia que o moço amava a filha de Antônio Gonçalves.

- Ora, venha cá, menino, disse ele, *quer ouvir o que há de acontecer com o seu amor?*

- Vá dizendo, respondeu o Maia.

- Tenha paciência, menino porque quem anda alcança, e quem corre cansa.

- Ora, vá amolar o diabo com os seus adágios.

- *Olhe*, retorquiu Ângelo, cantarolando:

> *Querer bem não é bom, não,*
> *Faz a gente enlouquecê,*
> *Abre feridas por dentro,*
> *Por fora ninguém as vê.*

E lá se foi o pobre diabo no seu caminhar bamboleante, ora assobiando, ora cantando versinhos populares.

XI

Francisco Gomes da Silva e Eugênia da Costa, viveram alguns dias ocultos na chácara do Cosme Velho, na embriaguez do amor e enleados nas correntes de uma paixão ardorosa.

Mas um amigo do reposteiro da Câmara, remeteu-lhe a "Gazeta do Rio de janeiro", onde viera publicado o aviso que o castigara.

Lendo-o o Chalaça ficou sucumbido. Tremeram-lhe as pernas e o corpo inundou-se de um suor frio. Repetiu a leitura três ou quatro vezes, e ficou perplexo sem saber o que fazer. Chamou Eugênia e mostrou-lhe o jornal.

- *Leia isto,* disse ele.

Eugênia leu e, comovida, perguntou-lhe:

- E agora, o que vai ser de nós?

- Devemos sair imediatamente daqui, cumprindo a ordem de El-Rey. Senão estarei perdido. Serei degredado para a Índia, ou encerrado em uma fortaleza, na qual, certamente, morrerei esquecido.

- E para onde iremos?

- Tenho em Itaguaí um amigo que nos guiará, facilitando-nos todos os recursos. Hoje mesmo viajaremos para cumprir a ordem do rei.

Feitos os preparativos de viagem, partiram os dois amantes e pós dois dias de viagem a cavalo, suportando várias contrariedades e percalços do mau caminho, chegaram ao seu destino.

Todavia, entregues ao enlevos do amor, logo se esqueceram da condenação do rei e das vicissitudes da sorte.

Viviam embebidos nos encantos da paixão. Passavam horas e horas abraçados, arrebatados em sonhos de fantasias e esperanças. Tudo os encantava, tudo lhes parecia lindo e belo, porque lhes sorria a felicidade.

Se Eugênia prendia uma rosa nos cabelos, o Chalaça gabava-lhe o perfume da flor e a beleza das tranças da amada. Se ela colocava um vestido de cor mais viva, ele a elogiava, dizendo que a beleza de suas formas, é que dava realce à cor. Se

punha um colar no pescoço, ele gabava-lhe a beleza do colo.

Também para Eugênia ninguém tinha o corpo mais varonil, nem o olhar mais penetrante, nem o sorriso mais sedutor do que o seu querido Francisco.

Se iam passear, ficavam horas e horas sentados à sombra de uma árvore, criando idílios de amor e repetiam palavras amorosas, ao estalar dos beijos quentes e prolongados.

Se encontravam algum regato, deixavam-se ficar nas sus margens e, beijando-se, repetiam que o murmúrio das águas era menos doce que o murmúrio dos seus beijos.

Se passeavam a cavalo, apostavam corrida, levando os animais a toda brida, para no fim, vencidos pelo cansaço adormecerem sob a fronde majestosa dos jequitibás gigantes.

Já não se lembravam das pompas, das solenidades, honras e cerimônias da Casa Real. A sua vida passada era como um sonho, de que não mais se recordavam. O mundo deles era só aquele recanto que viviam... rei, rainha, príncipes, de tudo se esqueceram os amantes.

Passavam os dias naquele amor ingente, que lhes enchia o coração, que lhes transbordava o cérebro de idéias alegres, e semeava naquela vida comum somente flores, prazeres, alegrias e risos.

XII

Passaram assim muitos meses, vivendo ambos envolvidos numa felicidade cascateante, embalados nas asas da paixão e do prazer.

Mas a própria felicidade de desgasta com o tempo. O amor é como o fogo: desprende labaredas, deixa brasas ardentes para no fim tudo se transformar em cinza, quente a princípio, fria depois...

Foi o Chico, quem primeiro notou a extinção das labaredas, dizendo à amante:

- Pratiquei uma enorme loucura em deixar o meu emprego honroso na Corte para vir sepultar-me neste retiro.

- Mas não és feliz comigo, aqui?

- Sou, porque vivo na tua companhia, mas perdi tudo, nome, honras, emprego, consideração, futuro, tudo, tudo... por causa da nossa loucura.

- Mas, em compensação, tens o meu amor e os meus carinhos.

- E as galas, as grandezas, a pompa do Paço?

Eugênia suspirou fundo e duas lágrimas deslizaram- lhe pela face.

Ele, que até então tinha esquecido da vida de outrora para apenas cuidar da mulher querida, ele que varrera da vida todo o passado, porque só lhe bastava o presente, principiava agora a recordar-se das solenidades, das festas no Paço, das honras, condecorações, títulos e grandezas, que o rei costumava distribuir com mão pródiga pelos seus vassalos.

A vida alegre e principesca do Palácio despertava-lhe agora novas e alucinantes idéias, e cogitando na posição elevada, a que poderia ter chegado, mostrava-se triste e abatido.

- *Que vida temos nós aqui*, repetia ele, *neste lugar ermo, silencioso e triste?!*

- *E o nosso amor?*

- *Sim, foi o amor, ou antes a nossa louca aventura que nos atirou neste deserto como degredados do convívio social.*

- *Quer dizer que teu amor por mim acabou?*

- *Amo-te, porém isto não é viver. Cada dia minguam os nossos recursos, e cada dia me vejo mais solitário e repelido por todos.*

- *Mas, eu também não desprezei o meu lugar de dama de honra? Não abandonei o meu próprio marido por tua causa? Não manchei para sempre o meu nome de mulher honesta? Não abandonei as galas, os prazeres, os passatempos galantes do Paço, as minhas relações com as damas e*

princesas, os meus vestidos ricos, adereços e jóias?

- Sem dúvida, estás querendo recriminar- me; se não te dou vestidos caros é porque não tenho fortuna para isso.

- Nem penso nisso, mas deves convir comigo que, para te acompanhar, também fiz grande sacrifício.

- Mas não sofreste a condenação, que só caiu sobre mim. Se delinqüiste, todos dizem que o único culpado fui eu, eu o sedutor, eu que desonrei a casa real cometendo grave desacato.

- Sossega, Francisco, talvez mais tarde sejas perdoado, o rei é clemente e bom.

- E qual o perdão que eu posso esperar depois do meu desatino, e da minha desonra? A condenação do rei fulminou-me, expôs-me à vergonha, à execração pública.

E nesses lamentos o Chalaça levava as mãos aos cabelos, entristecia-se dia a dia, perdera aquela alacridade chalaceante que o celebrizara. Numa ocasião, disse-lhe sentida a amante:

- Eu também não estou envolvida moralmente nessa lei de condenação, e o meu nome não será todos os dias amaldiçoado por meu marido e meus pais?

Chalaça olhou-a, remirou-a e permaneceu calado.

Estas cenas repetiam-se, e de dia a dia, tornavam-se cada vez mais freqüentes e acerbas as lamentações de arrependimento.

Quando começou a perceber que já não era mais amada, Eugênia também começou a via-sacra das lamúrias e tristes lamentações.

- *Pobre de mim!* Exclamava ela, *moça ainda, quando tanto poderia gozar na plenitude dos meus encantos de mulher, lá na Corte, lisonjeada por todos, agora aqui me vejo sozinha na pobreza deste recanto, perdendo até a quentura dos teus carinhos.*

- *Coisas da vida,* resmungava, encolhendo os ombros, o sedutor saciado e arrependido.

A moça derramava lágrimas sentidas, recordando-se dos dias felizes que passara na companhia do marido, no palácio do rei, nos aposentos das princesas, das infantas, das damas, ostentando os seus vestidos de luxo, as suas joias de brilhantes e topázios.

Quer no coração de um, quer no do outro, de dia para dia, foi se apagando a labareda do amor, sobrevindo a neblina do tédio e do aborrecimento.

Os dois amantes já não podiam viver juntos. Entre ambos havia diariamente exprobrações e acusações veementes. A cada instante um deles lamentava a sua sorte, a cada momento um acusava o outro da sua infelicidade.

Não mais existindo o amor que os embriagara e os unira, compreendiam agora a vergonhosa e triste posição em que se achavam. Já não mais havia aquele sentimento que lhes obscurecera a razão.

Passavam dias e dias sem trocarem uma palavra entre si, e cada qual procurava evitar o outro.

Enumerando cada um deles as suas alegrias de outrora, seus divertimentos, e sua felicidade passada, maldiziam o erro, a desgraça, o crime, que lhes determinara aquela vida insípida.

Um atribuía ao outro os males que ambos sofriam, e qualquer motivo dava origem entre ambos a uma discussão, a uma contenda ou a uma desavença.

- *Isso não pode continuar assim,* observava o Chalaça.

- *Então acabemos com tudo isso,* repetia Eugênia.

- *Quer dizer que tens novos amores, não é assim?*

- *Não sei. Pode ser que sim...*

Quando qualquer um deles saia a passeio, propositadamente não convidava o outro. Se Eugênia ia a uma casa da vizinhança, o Chalaça fazia questão de ir na direção oposta.

Em casa, na mesa do almoço ou jantar, comiam sem trocar uma palavra, e já dormiam em camas separadas, alegando muito calor. Não eram mais

dois amantes, nem dois amigos, nem mesmo dois rivais, eram pessoas indiferentes que apenas habitavam sob o mesmo teto.

Todavia, era notório que já não se amavam e, o Chalaça vivia arquitetando planos, resolvido decididamente a abandonar a amante.

Firme nessa idéia, reuniu dentro de uma mala alguma roupa, guardou algum dinheiro, e, ao amanhecer do dia seguinte saiu de casa, deixando sobre a mesa o seguinte bilhete:

> **"Eugênia.**
> **Não mais havendo laço algum que nos una, tendo desaparecido o amor que nos consagrávamos, julguei dever retirar-me deixando-te livre para procurares outra vida de mais liberdade e prazer, outro que ocupe o teu coração donde fui expulso. Eu farei o mesmo.**
> **Francisco".**

Quando Eugênia encontrou e leu o bilhete sobre a mesa, ficou receosa e sobressaltada por ver-se só e sem recursos. Mas essa comoção durou pouco tempo. Amarrotou o bilhete, jogou- o no chão e, sem muita amargura, murmurou:

- *Já era tempo, foi melhor assim. Já não mais podíamos mais viver um ao lado do outro.*

E depois de uma pausa, cantarolou a popularíssima modinha colonial que começava assim:

Deixei, deixei, deixei,
Deixei porque quis deixar...

Eugênia, moça rica de belos dotes físicos, olhos sedutores e atraentes, formas esculturais, ancas desenvolvidas, seios exuberantes e dificilmente contidos pelas barbatanas do corpete, facilmente conquistaria adoradores às pencas.

Foi assim que apareceu um candidato aos seus amores. Era da vizinhança.

Conseguindo ser admitido na intimidade de Eugênia, pouco tempo depois sumiu com ela para rumo ignorado.

A andorinha, que fizera verão em Itaguaí, voara para São Paulo, onde o ninho de novos amores iriam aquecê-la.

E foi assim que o Chalaça se descartou da linda e leviana dama de honra da princesa Maria Teresa, voltando para o Rio de Janeiro na esperança do perdão do rei.

XIII

- *Estão desvanecidas as esperanças do casamento de nossa filha com o reposteiro Francisco Gomes,* dizia Antonio Gonçalves à sua mulher. *Depois da ação revoltante por ele praticada no Paço Real não devemos pensar mais em semelhante homem. E,*

como a menina persiste em esposar o Eduardo Maia, vou levar adiante o meu projeto de encerrá-la em um convento.

- Ela diz que se não casar com o Eduardo Maia, prefere ficar solteira.

- E a tolinha não receia unir o seu destino àquele renegado?
- Ela insiste que não.

- Mas, com aquela alma do Satanás ela não se casará. Prefiro vê-la freira.

- Coitadinha...

- Porventura preferes vê-la nos braços daquele endemoninhado do que na casa de Deus?

- Isso não, se ele é "pedreiro livre" como disseste, que ela vá para o convento. Assim Deus Nosso Senhor será servido.

***

Considerava-se relevante serviço prestado aos céus consagrar-se, naqueles tempos idos, um filho à vida religiosa.

Violentando a vocação, os pais acreditavam terem seus pecados perdoados condenando os filhos a uma clausura perpétua.

Era apanágio de honra e glória ter um filho revestido da batina de padre ou do hábito de freira. As vestes religiosas de um membro de uma família nobilitavam toda a geração, embora o infeliz arrastasse no claustro uma vida inútil e amaldiçoasse, em seus momentos de reflexão, àqueles que o segregaram da sociedade.

- *Mas falta-me dinheiro para realizar este meu intento,* continuou Antônio Gonçalves.

- *E por que não o pedes emprestado ao compadre Miguel Afonso?* ponderou a mulher.

O padre Miguel Afonso, padrinho de Alice, residia na rua do Sabão, depois General Câmara. Era alto, magro, seco de carnes, olhos vivos e pequeninos, boca regular e nariz adunco. Não saía à rua, como então era uso, senão de batina, chapéu tricórnio e trazendo um grosso bastão com castão de ouro, ou um chapéu de chuva de pano vermelho.

Sacerdote bom e caritativo, distribuía diariamente esmolas aos pobres e mensalidades às famílias necessitadas. Legou em testamento diversos prédios à ordem terceira do Bom Jesus, da qual era irmão, para ser o rendimento deles distribuído anualmente entre as viúvas e filhas dos irmãos pobres da mesma confraria.

Até algum tempo atrás, os rendimentos legados por esse padre piedoso caiam no regaço das viúvas pobres e donzelas que, entre lágrimas de

gratidão e súplicas aos céus, recebiam a esmola, repetindo o nome do seu perpétuo benfeitor.

XIV

Vestindo os seus melhores calções, a sua casaca, sapatos de fivelas douradas, chapéu armado e bengala de castão dourado, Gonçalves dirigiu-se à casa do sacerdote.

Expôs-lhe as suas circunstâncias e o desejo que nutria de ver a filha freira do convento da Ajuda.

- *Mas será que a menina tem vocação para a vida de clausura?* Ponderou o padre.

- *Tem,* balbuciou Gonçalves, mentindo, pois não ousou declarar o motivo real que o levava a encerrar a filha no convento.

- *Acho que é bom refletir e pensar muito bem no assunto.*

- *Ela quer ser freira*, repetiu o velho.

- *Não sacrifique sua filha em vão.*

- *Desejo prestar esse serviço a Deus.*

- *Deus aceita os sacrifícios espontâneos, a abnegação verdadeira, os atos de contrição pura, mas não se agrada nem aproveita os que praticam as violências e as ações que acarretem remorsos.*

- Minha filha servirá a Deus com humildade e resignação.

- Permitam os céus que assim seja. Mas que deseja, quer que eu fale com o Sr. Bispo?

- Sim, e venho também suplicar outro favor de sua amizade.

- Diga.

- Falta-me o dinheiro para certas despesas de papéis, enxoval e dote, e se o compadre me adiantasse qualquer quantia...

- Farei o que estiver ao meu alcance, pois estimo a minha afilhada e desejo colaborar sempre com as obras meritórias.

- Fiado no seu bom coração, vim pedir o seu auxílio.

- E não lhe há de faltar, mas indague, perscrute bem a inclinação de sua filha, que tudo farei em benefício dela.

Antônio Gonçalves beijou o anel do padre e despediu- se, agradecido e satisfeito.

XV

Regressando para casa, Antônio Gonçalves contou à mulher:

- Falei com o compadre e...

- *Ele prometeu dar o dinheiro?* Interrogou-lhe a esposa.

- Sim, e que falaria com o bispo para que a menina seja admitida no convento.

Alice, que estava num quarto próximo, ouviu a conversa e ficou aflita. A idéia da clausura horrorizava-a e teve ímpetos de fugir da casa paterna. Seu pai ameaçava fazê-la freira, mas não acreditava que tal projeto se realizasse com muita presteza.

Triste, inquieta e lacrimosa, recolheu- se aos seus aposentos, onde imediatamente escreveu a Eduardo, relatando- lhe tudo. Fechada a carta, guardou-a no seio e dirigiu- se à janela para ver se a velha Quitéria passava por ali para entregar-lhe a carta.

A velhinha não se fez esperar, assomou na esquina da rua, e a moça, chamando-a, entregou-lhe o bilhete amoroso.

Vendo que Alice chorava, Quitéria perguntou-lhe:

- Que tem, menina, por que chora assim?

- Meu pai quer forçar-me a ser freira...

- Sossegue, sossegue e tenha fé nos céus. Aqui está esta oração a santo Antônio, reza-a todas as noites e verá que o seu casamento se realizará. Sua carta será entregue hoje mesmo.

Alice agradeceu e despediu-se da velha e voltou ao seu quarto onde leu a oração que a devota lhe entregara.

Naqueles tempos, as orações, os breves e as relíquias eram muito preconizados. Julgava-se que esse era um meio através do qual tudo podia ser conseguido. Tudo o que vinha da Igreja era considerado bom e infalível.

A felicidade era sempre uma dádiva do céu e a desgraça um castigo. Um bom acontecimento era sempre considerado um milagre, e nada se resolvia antes do pedido de intercessão de qualquer santo ou santa da corporação celeste.

E se o resultado das promessas ou das orações não fosse positivo, bradava o padre ou o fanático:

- Foi a falta de fé que arruinou o caso.

XVI

Publicado o régio aviso para o corregedor do crime da Corte contra Francisco Gomes da Silva, o magistrado tratou de dar-lhe o imediato cumprimento. Enviou cópia do citado aviso ao delinqüente, mas este, como vimos, já se havia afastado para lugar não alcançado pela régia ordem.

Tendo abandonado a amante e vendo-se sem recursos, o Chalaça escreveu ao Visconde da Vila

Nova da Rainha, com quem mantinha relações íntimas e que era o seu verdadeiro pai, pedindo-lhe que intercedesse por ele ao rei.

Esse fidalgo, valido de D. João VI, era por ele estimado, e um daqueles com quem o monarca mais confidenciava nas conversas particulares.

Era homem corpulento e bem apessoado, mas tinha as pernas inchadas como Luiz XVIII e por isso pouco saía, vivendo constantemente no Paço da cidade.

Sabendo que o rei tinha de assistir a uma festividade na capela real, o Marquês foi esperá-lo na "Sala da Tocha".

"Sala da Tocha" era a sala do Paço, onde havia um tocheiro dourado como os que se usam nas igrejas, sustentando uma tocha de cera, que se conservava acesa dia e noite no palácio em que o rei se encontrasse.

Ao aproximar-se D. João e sua comitiva, o Marquês correu ao seu encontro, curvou o joelho e beijando- lhe a mão, disse-lhe:

- Venho implorar uma graça de Vossa Majestade.

- Diga o que quer.

- Vossa majestade condenou, aliás com toda a justiça, o criado Francisco Gomes da Silva que cometeu o delito de seduzir uma dama casada; mas esse moço vive na miséria desterrado para

fora da cidade, vendo-se impossibilitado de angariar meios de subsistência em lugar tão distante e ermo.

- Ele apenas está sendo punido pelo crime que praticou.

- Concordo, real senhor, mas ele ainda é considerado criado da Casa Real, e por isso não deve passar tão rudes e vergonhosas privações.

- E por que não soube respeitar o Paço Real e a sua posição?

- Sua culpa foi grande, real senhor, mas como pai de todos os seus súditos, Vossa Majestade talvez pudesse permitir que ele regressasse para a cidade.

- E, quem sabe, voltasse para o serviço de minha casa, não é assim? Interrogou o rei com o olhar carregado.

- Não, meu senhor, mas aliviando-o de parte da pena, isto é, ordenando que ele possa regressar à cidade. E assim Vossa Majestade terá facilitado ao desgraçado os meios de subsistência.

- Bem, verei se posso atender ao seu pedido, mas desde já declaro que semelhante criado não terá mais emprego no Paço Real.

- Beijo as mãos de Vossa Majestade.

- Escreverei ao Ministro do reino a esse respeito.

- *Sim, meu senhor,* disse o Visconde, fazendo profunda reverência ao rei.

Acompanhado do camarista Conde de Parati, do guarda-roupa Lobato, e de outras pessoas da Corte, atravessou D. João as salas do paço, o passadiço que unia o antigo palácio dos governadores ao convento dos Carmelitas, transformado em dependência do paço real, e, chegando à igreja, assentou-se na tribuna régia, aberta na capela mor.

Mais tarde chegou a rainha Carlota, e foi sentar-se junto do esposo, indo as damas ocupar uma das tribunas do corpo da igreja.

Logo que o rei desapareceu nas salas do palácio, o Visconde de Vila Nova da Rainha recolheu-se aos seus aposentos.

Três dias depois, saiu estampado na "Gazeta do Rio de Janeiro" o seguinte aviso:

> "Sr. Corregedor
> El-Rei Nosso Senhor é servido ordenar que o seu criado Francisco Gomes da Silva, que foi mandado sair para fora desta cidade, na distância de dez léguas, possa para ela voltar livremente, conservando-se, ainda, até segunda ordem, a proibição de entrar no Paço. O que participo a Vossa Mercê para que assim lhe faça constar e execute.
> Tomaz Antonio".

Lendo semelhante aviso Eduardo Maia contrariou-se, talvez preocupado que as intenções de Antonio Gonçalves de casar a filha com o Chalaça novamente se despertassem.

Se era verdade que cometera um escândalo público, também verdade era que conseguira minoração da pena, e, em breve, ninguém mais falaria do delito nem do delinqüente.

Acresce que ele não havia sido rebaixado do cargo exercido no palácio e, naqueles tempos, todos os indivíduos empregados na casa real eram considerados dignos de todas as distinções.

Alice relatara-lhe na carta que lhe escrevera, a firme resolução do pai em encerrá-la em um convento, mas talvez ela ainda o conseguisse comover com suas lágrimas; além disso ele poderia falar com o bispo D. José Caetano e denunciar a violência que tencionavam praticar com a desditosa moça.

D. José Caetano - o diocesano - era um homem firme e consciencioso, e jamais consentiria que, constrangida, violentada pelos pais, aquela moça fosse encerrada em uma ordem religiosa.

Mas Eduardo Mais refletia que o aviso real parecia muito desagradável e perigoso, pois, Antônio Gonçalves, impedido de fazer de sua filha uma religiosa, poderia perfeitamente entregá-la para um casamento ao digno e honrado reposteiro da casa real!

XVII

Contentíssimo ficou Antônio Gonçalves lendo o aviso régio na “Gazeta do Rio”. Viu aliviado da sentença um seu colega da Casa Real, e, de novo, Encantou-lhe a imaginação a idéia de tomar o Chalaça como genro.

Se praticara um ato indecoroso, fora punido, e, talvez o fizesse seduzido pelos galanteios da dama, numa extravagância de rapaz. Sabia ele, Gonçalves, quais as seduções, enredos e conquistas amorosas que se davam constantemente no Paço.

Acresce que, se o rei permitira ao moço o regresso para a cidade, era, sem dúvida, por não estar tão irritado assim com ele. E se D. João não afastara ainda toda a sua proteção do seu criado, talvez ele ainda voltasse ao exercício do seu cargo no Paço Real.

A comutação da pena fazia crer que o rei ainda se interessava pelo seu reposteiro, e se ele assim pensava, toda a criadagem deveria regular-se pela cabeça do seu rei e senhor.

Ainda mais. O reposteiro dispunha da proteção do Visconde de Vila Nova da Rainha, fidalgo de invejada influência na Corte.

Mas também pensava Antônio Gonçalves nos gastos que já fizera para a filha recolher-se ao

convento, no que dissera ao compadre sobre a inclinação da afilhada para a vida mística. E até já conversara com a abadessa do convento da Ajuda sobre a admissão da filha nessa clausura.

Estava assim indeciso em como resolver o assunto. Via a filha manifestar oposição em vestir o hábito, e via também restituído ao seio da sociedade o reposteiro Francisco da Silva, que desprezara a amante, como era público e notório, e assim era um genro mesmo a calhar.

Quanto ao Eduardo Maia, ele obteria facilmente, por intermédio do Visconde da Vila Nova da Rainha, que, preso como maçom e conspirador do trono e do altar, fosse recolhido à alguma fortaleza, e dali degredado para a Índia. Eram tão fáceis naqueles tempos de domínio absoluto essas "salutares" providências...

E talvez vendo o noivo condenado ao desterro perpétuo, Alice aceitasse o reposteiro por marido.

Assim raciocinava o Gonçalves, quando ouviu batidas na porta da rua. Indo atender, defrontou-se com o padre Miguel Afonso que, cumprimentando-o foi logo dizendo:

- A graça de Deus esteja nesta casa.

- E convosco, senhor reverendo.

- Como vai a afilhada?

- Na paz do Senhor.

- Está em casa?

- Não, foi com a mãe ouvir missa na igreja de São José.

- Pois vim trazer- lhe o que prometi.

E tirando da batina um saquinho de veludo preto, entregou-o ao pai de Alice acrescentando:

- É o dinheiro para a ajuda das despesas, para que minha afilhada possa ser contada entre as servas da Senhora do Carmo, como freira no convento da Ajuda.

- Agradeço- lhe muito, compadre, e Deus receberá a recompensa de tão boa ação.

- Coisa de pouca monta.

- Vou já preparar-lhe uma obrigação de semelhante quantia.

- Tem tempo.

- Seja como vossa reverendíssima determinar. Tenciono recolher menina ao convento no dia de Santo Antonio.

- Deus a faça feliz e transforme seu véu de freira em auréola de santidade.

- E já falou com o Sr. Bispo?

- Ainda não, mas breve o farei.

- Desejo que também consulte a abadessa.

- Farei tudo que puder para iniciá-la na vida do retiro e amor de Deus, assim tenha ela vocação e fortaleza para suportar as privações e martírios, que acompanham o hábito religioso.

- Há de ter.

- Mas não posso demorar-me mais, pois ainda tenho de dizer missa.

E os dois amigos separaram-se, osculando Antônio Gonçalves com sinais de verdadeira piedade, o anel do padre.

XVIII

Determinara Antônio Gonçalves que sua filha fosse recolhida ao convento no dia de Santo Antônio, festejando ele, na véspera, como mandava a tradição, com fogueira e fogos de artifício, o santo do seu nome.

Naqueles tempos eram muito usados os festejos em honra a Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana. Erguiam-se fogueiras em quase todas as ruas da cidade e queimavam-se muitos fogos de artifício.

Os foguetes, rodinhas, buscapés, bombas, pistolas e traques atropelavam os transeuntes

que, se queriam fugir das fogueiras, viam-se perseguidos pelos fogos do ar.

Era uma brincadeira perigosa e, às vezes, fatal, no qual alguns indivíduos adquiriam aleijões, e outros faleciam vítimas dessas extravagâncias praticadas em ruas estreitas de uma cidade já bastante populosa.

Antônio Gonçalves mandara armar a fogueira na frente de sua casa, e gastara bastante dinheiro em fogos de artifício.

Entretendo-se com jogos de prendas, queimando fogos e saboreando as canas, batatas e carás assados, ao som de vivas a Santo Antônio, determinara Antônio Gonçalves, em companhia da família e de diversos amigos, passar toda a noite em claro.

O festejo corria alegre quando aconteceu de caírem alguns foguetes sobre o telhado da casa, que penetraram no madeiramento e iniciaram um incêndio.

A alegria e a distração de todos fizeram com que o fogo não fosse pressentido e só quando, invadido todo o prédio e definitivamente alastrado, é que foi notado.

Naquele tempo não existiam no Rio de Janeiro meios regulares de se apagarem incêndios que, por isso, geralmente eram fatais.

No meio de grande tumulto e desordem corriam os vizinhos com vasilhas de água, outros subiam aos telhados em escadas de mão, gritando, lastimando-se, e espalhando-se pelas ruas chamando pelos pretos que vendiam barris de água, e, sem ordem, nem método, dificultavam e baralhavam tudo, pouco conseguindo. Todos queriam mandar, ninguém obedecia, e semelhante desordem, facilitava a propagação do fogo.

Apresentavam-se às vezes, no local do sinistro o intendente de polícia e outras autoridades, mas, como não houvessem corpos arregimentados para semelhante serviço, os transeuntes tinham de ser obrigados a cumprirem as tarefas de bombeiros.

Os incêndios não eram freqüentes, mas quando aconteciam, devoravam o prédio.

Os vizinhos ajudaram a família de Antônio Gonçalves durante o sinistro e, entre aqueles que mais concorreram para subjugar o fogo, notou-se um moço que, desde o princípio do festejo, se aproveitara da confusão e entretenimento dos outros, para trocar palavras de amor e galanteios com a sua amada.

Mas logo que o incêndio avolumou-se, foi ele um dos mais denodados em subjugar as chamas. Afrontou diversas vezes o perigo, percorrendo os pontos mais elevados e arriscados, trabalhou de machado, carregou baldes d’água e empregou esforços inauditos para circunscrever o fogo.

Do prédio só restaram as paredes, porque tudo o mais foi devorado pelas chamas e, os moradores, apenas conseguiram salvar as roupas do corpo.

Por isso a família de Antônio Gonçalves foi obrigada a abrigar-se em uma das casas vizinhas.

Durante a confusão de tão grande desastre, várias vezes Eduardo e Alice encontraram-se.

- Queimou tudo, e meus pais ficaram sem coisa alguma, repetiu a moça chorando.

- O hábito da noviça também pegou fogo? Perguntou Eduardo à namorada.

- Completamente. O fogo devorou-o.

- Então é porque Deus não quer que você seja freira...

- Será verdade ?

- Acredito que sim. E quem sabe se esse fatal acontecimento não nos será propício?

- E meus pais que ficaram na pobreza?

- Se para amá-la tenho o coração, para proteger seus pais tenho os braços.

E Eduardo Maia, estreitando a moça num abraço, deu-lhe um ardente beijo, como se desejasse testemunhar a sua proteção nesse gesto.

Entretanto, Antônio Gonçalves não cessava de repetir:

- *Que desgraça, meu Deus, que fatalidade!*

- *Quem sabe se não foi praga daquele maldito rapaz, o Eduardo,* retorquiu a mulher.

- *Pode ser, visto que é maçom e, portanto, irmão de Satanás.*

- *Afaste-o Deus de nós todos.*

E os velhos continuaram a lastimar-se.

XIX

Tendo abandonado a amante, Francisco Gomes da Silva retirou-se para a casa de um amigo residente na real fazenda de Santa Cruz.

Dali escreveu ao Visconde de Vila Nova da Rainha pedindo-lhe que suplicasse ao rei a permissão de regressar para a cidade. E, como já vimos, D. João atendeu ao pedido do velho fidalgo.

Logo que soube do consentimento do rei na sua volta para o Rio, o Chalaça ficou contentíssimo. Lendo o aviso régio, alimentaram-no fagueiras esperanças.

Veio aboletar- se imediatamente na casa de um velho criado do paço, residente na rua depois conhecida como antiga rua do Carmo.

Pensou em pedir a linda filha de Antônio Gonçalves em casamento, pois sabia o quanto o pai desejava essa união e, além disso, contraindo esse consórcio, seria uma maneira de mostrar a todos que tencionava adotar uma conduta moralizada.

Mas, informado que no incêndio o ajudante de almoxarife tudo perdera, considerou que nada lucraria pecuniariamente com semelhante união. Refletiu que não lhe convinha tomar qualquer resolução sem antes consultar o Visconde de Vila Nova da Rainha.

Escreveu-lhe agradecendo pela clemência obtida, e pediu- lhe que ditasse os conselhos sobre a norma de vida que deveria trilhar dali para a frente.

O Visconde dedicava muita estima a este moço, tanto que se propalava que ele era seu filho. Dizia-se que, quando estudante da Universidade de Coimbra, esse fidalgo apaixonara-se por uma camponesa, e dela tivera um filho.

Mais tarde, regressando para Lisboa, casara-se com uma rica herdeira da casa dos condes de Resende, esquecendo-se da camponesa e do filho. Anos depois faleceu a pobre aldeã, e o menino ficou abandonado.

Despertaram-se então os sentimentos de paternidade no coração do fidalgo. Mandou procurar o menino e, encontrando-o, trouxe-o para a sua companhia, educou-o e matriculou-o no colégio.

Outra versão era que o menino fora dado à luz por uma criada da irmã do marquês.

A espada invencível de Napoleão amedrontou a família Bragança, que veio foragida buscar asilo no Brasil. Na comitiva régia veio o Visconde de Vila Nova da Rainha, que já havia colocado o filho entre os criados da casa real, exercendo a função de camarista.

Era desvelado protetor de Francisco Gomes da Silva, porém jamais lhe declarou que era o seu pai.

Recebendo a carta do Chalaça, o Visconde que se achava na quinta de São Cristóvão, mandou preparar sua sege e dirigiu- se para a casa do seu protegido.

O Chalaça, ao ver em sua casa o fidalgo favorito do rei, ficou lisonjeado.

- Vim aqui vê-lo, porque poderemos conversar mais livremente.

- Estou ansioso para ouvir a opinião de V. Excia. Sobre a conduta que devo seguir.

- Convém proceder como homem de juízo, esquecendo o seu passado e procurando honrar o lugar que ainda ocupa no paço de El-Rey.

- Passando um dia destes em frente ao Paço da cidade, acrescentou o Chalaça, *e avistando El-Rey em uma das janelas, saudei-o curvando o joelho.*

- E ele o que fez?

- Retirou-se rapidamente da janela.

- Eu soube disso, retorquiu o marquês, *o guarda-roupa Lobato contou-me.*

- Desejava casar-me para que El-Rey compreendesse que tenciono mudar de vida e de procedimento.

- Por enquanto não pense nisso. Seria necessário pedir a permissão de El-Rey, e ele, agora, não a daria.

- Por que?

- Porque o ato indecoroso que você praticou no paço ainda é muito recente.

- Mas...

- Espere mais algum tempo. Os acontecimentos políticos andam rapidamente; D. João VI e a real família devem retornar em breve para a Europa.

- E devo embarcar-me na esquadra?

- Não. Ficará no Brasil o príncipe D. Pedro, que é moço, apaixonado pelo belo sexo e certamente desculpará mais facilmente as travessuras e os atos irrefletidos de um rapaz. Ele lhe dará a permissão de voltar ao serviço ativo da Casa Real, se proceder corretamente como espero.

- E V. Excia. Acompanhará El-Rey a Lisboa?

- É meu dever.

- Assim ficarei aqui sem a sua valiosa proteção. E por que não pede ao rei para incluir-me no número dos criados que estão em serviço, antes de partir?

- Não acho conveniente, pois D. João é teimoso e não me atenderá. Mas hei de deixar quem o proteja na minha ausência.

E o marquês, sensibilizado, e parecendo receoso de expandir-se mais com o seu protegido, abraçou- o e despediu-se, retornando de sege para São Cristóvão.

O Chalaça ficou perplexo, confuso e contrariado. Via que não podia voltar a Portugal com a família real; estava impedido de casar-se por lhe ser negada a competente licença; que talvez tão cedo não fosse admitido no exercício do seu cargo na residência real; e o poderoso fidalgo que até então lhe servira de pai e tanto o protegera iria ausentar-se.

Ficava só, isolado, em posição precária e entregue aos caprichos de um príncipe muito moço, arrebatado, extravagante e de gênio altivo e irascível.

XX

Na manhã de 26 de abril de 1821, a esquadra que levava D. João VI e sua família para Portugal deixava as águas da baía do Rio de Janeiro, exceto o príncipe D. Pedro que ficava como regente do Brasil.

Receoso e irritado pelo ato violento da praça do Comércio, praticado pelo Governo, o povo viu com indiferença, e talvez com contentamento a partida desses navios, em que se afastavam do Rio, o querido rei, sua mulher, seus filhos, os fidalgos e os numerosos criados do paço, além de muitos capitalistas e negociantes portugueses, formando o conjunto uma comitiva de mais de três mil pessoas.

Três dias antes da partida da esquadra, o Visconde de Vila Nova da Rainha conversava com o Chalaça.

- *Bastante pesaroso*, dizia o visconde, *retiro-me para Lisboa, deixando-o neste país, mas já o recomendei ao Conde dos Arcos, que fica como ministro do príncipe.*

- *E o rei parte satisfeito?*

- Não; vai triste por deixar o Brasil, onde viveu feliz e tranqüilo treze anos, mas os negócios públicos o obrigam a partir.

- E o príncipe irá depois?

- Creio que não. Ele é moço, ágil, ambicioso e saberá resistir à política das cortes de Lisboa.

- E o Brasil permanecerá unido a Portugal?

- Também não julgo provável, pois o horizonte político está nublado e, dia a dia, mais crescem as rivalidades entre os filhos daqui e os do velho Portugal, será impossível manter o Brasil por muito tempo em mãos lusitanas.

E o velho fidalgo vendo que fora mais expansivo sobre a política, do que deveria ser, como conselheiro e camarista do rei, abraçou triste o seu amigo e filho, despedindo- se.

***

Na nova fase que se abria para o Brasil, surgiram acontecimentos que alarmaram o espírito público.

Exaltou os ânimos dos brasileiros a política do congresso português, que pensou em recolonizar o Brasil.

Abriu-se no Rio de Janeiro a válvula da imprensa. Mostrou-se ameaçadora e exigente a tropa

portuguesa; pretendeu apoderar-se da pessoa de D. Pedro, o regente, e fazê-lo embarcar à força para Portugal.

Tomando armas, a tropa portuguesa foi acampar no morro do Castelo. Para resistir-lhe, reuniram-se os nacionais, armaram-se, e resolveram pelejar com muito valor e muito patriotismo.

O campo de Santana, depois praça da República, transformou-se em campo de guerra do povo e tropa do Brasil, e essa altivez e enérgica atitude aterrou os soldados portugueses.

No número dos brasileiros alistados entre os defensores da pátria estava Eduardo Maia, tenente de milícias, que prestou bons serviços à causa nacional.

Conseguiu prender um indivíduo suspeito que, envolto em um capote de baeta azul e chapéu desabado, procurava perscrutar qual o número e a posição aguerrida da força brasileira.

Apresentado ao marechal que comandava a divisão brasileira, o espião foi reconhecido: era João de Avilez, irmão de Jorge de Avilez, general do exército português.

Quis o criminoso desculpar-se, alegando que assim se trajara para poder penetrar numa casa onde mantinha amores secretos.

O Marechal Curado sentenciou-o à pena de fuzilamento, mas o tenente Eduardo Maia

intercedeu por ele e assim o traidor teve a vida poupada.

Havendo escassez de munições e não podendo fornecê-las o arsenal de guerra, porque o inspetor e brigadeiro Raposo se baldeara para o lado dos revoltosos, Eduardo Maia disfarçou-se em aguadeiro, e, conduzindo em uma carroça uma pipa vazia, penetrou na praça de guerra, encheu a pipa de munições, e veio ileso entregá-las aos seus camaradas.

Coagida a deixar o ponto ameaçador que tomara, a divisão portuguesa embarcou para Niterói. Ainda ali quis cerrar fileiras, travar peleja.

Desistiu disso depois de ver que os brasileiros, transpondo a baía, faziam-lhe frente com posições estratégicas de navios no mar e tropas em terra.

A atitude enérgica do regente forçou os batalhões portugueses a se renderem, partindo para a Europa.

Os feitos guerreiros, o civismo e a coragem de Eduardo Maia na luta pela pátria tinham-no salientado entre os valentes e seu nome era repetido com louvor.

Antônio Gonçalves ouvira mencionar as façanhas do moço, e convencido dos ingentes esforços e da solicitude que empregara para abafar o incêndio, que, como vimos, consumiu todo o prédio em que residira, começou a dedicar ao valente e denodado militar, viva simpatia.

Indo a passeio com a família, encontrou-o junto de um posto da guarda e disse-lhe:

- Sei, Sr. Eduardo que tem batalhando muito pela santa causa da pátria.

- *Pouco tenho feito,* respondeu-lhe Eduardo.

- *Fez muito*, replicou Alice, lançando ao rapaz um olhar cheio de amor.

XXI

Designado para ficar ao serviço do príncipe D. Pedro, como almoxarife do paço da cidade, Antônio Gonçalves não acompanhou o rei a Lisboa.

Empossado no novo cargo veio residir no pavimento térreo do palácio, e mostrou-se desde então muito mais dedicado ao regente, que lhe dera a graduação maior entre os criados da sua casa. Não perdia ocasião de elogiá-lo e, apesar de ser português, achava bom tudo o que o príncipe resolvia em favor do Brasil.

Antes de partir para a Europa, o Visconde de Vila Nova da Rainha mandou entregar ao seu protegido Francisco Gomes da Silva uma bolsa cheia de moedas de ouro, e também uma carta de despedida com salutares e paternais conselhos.

Mas apesar disso, Francisco não seguiu direção inversa da que costumava seguir, persistindo nas aventuras amorosas; todavia, levado pelo desejo de voltar ao serviço ativo do paço, resolveu esconder- se atrás da máscara da decência e simulação e afetar sentimentos, idéias e conceitos de homem sisudo e circunspecto.

Relevantes motivos o levaram a tal procedimento. Sabia que estaria privado da proteção do visconde se não procedesse correta e sensatamente, e era necessário se fazer passar por homem de boa organização moral, de austeridade, de princípios, para alcançar a proteção dos amigos, a fim de regressar à vida ativa do Paço.

Aparentando uma integridade que não possuía, conseguiu o seu fim. O seu novo patrono, Conde dos Arcos, intercedeu por ele junto ao príncipe regente.

Moço de caráter libidinoso e expansivo, alegre, inclinado às conquistas amorosas, D. Pedro facilmente esqueceu a falta cometida pelo antigo criado de seu pai, e ordenou que ele fosse reintegrado no exercício do cargo.

Francisco Gomes da Silva voltou às salas, às grandezas, às festas, ao luxo do Paço. Vestiu a sua farda agaloada, achou-se bonito e se fez homem de importância e valia.

Extravagante e dissoluto, soube insinuar-se no ânimo do príncipe, angariou a sua confiança e a sua estima, tornou-se dedicado, serviçal ao

extremo, e compreendendo que sua índole era semelhante a do seu senhor, acompanhou-o em todos os atos de devassidão.

D. Pedro, sensual e pródigo, entregue a seus instintos e às suas paixões, necessitava de confidentes que, desprezando os ditames da moral, o acompanhassem em suas extravagâncias e desvarios de rapaz; dispunha de favoritos, que tanto mais subiam nas honras, quanto mais bajulavam e sujeitavam- se aos seus caprichos de soberano.

Francisco Gomes da Silva, o popular Chalaça, achou- se logo a testa desses validos do monarca, e por isso, de simples criado, foi rapidamente subindo em honras e em postos.

XXII

Depois da partida do rei para Lisboa, do insólito ataque contra a assembléia reunida no edifício da praça do Comércio, exacerbou-se a rivalidade entre brasileiros e portugueses.

Afrontosos epítetos uns dirigiam aos outros; se os portugueses chamavam os brasileiros de "cabras", estes apelidavam os portugueses de "pés de chumbo", e qualquer incidente originava uma questão, um conflito mais ou menos grave entre os dois povos.

Tendo desertado diversos soldados da divisão portuguesa revoltada, foram incorporados aos batalhões brasileiros.

Acontece que, atravessando alguns desses soldados portugueses a praça depois denominada Quinze de Novembro, foram provocados por soldados brasileiros.

Armou- se entre os dois grupos viva contenda que terminou em luta renhida. O fato tomou caráter grave, tanto que se requisitou força do quartel do Campo.

Veio para abafar o motim o tenente Eduardo Maia comandando uma companhia. Travou-se peleja entre os grupos das duas nacionalidades, e, após grande tiroteio, os portugueses foram repelidos, ficando dois mortos e alguns feridos. Da força brasileira diversos ficaram feridos, e, entre eles o tenente Eduardo Maia.

Espalhou-se pela cidade a notícia do motim, que assustou o povo e obrigou muitos negociantes a fecharem as portas.

Logo que cessaram os tiros e terminou a luta, saiu Antônio Gonçalves de casa, e foi saber o que ocorrera. Atravessava a praça, quando viu uma padiola carregada por quatro soldados, aos quais perguntou se o tenente Eduardo Maia tivera sido ferido com gravidade, e deles recebendo uma resposta afirmativa.

XXIII

Chamava-se Afonso o novo amante de Eugênia.

Era moço esbelto e desempenado. Filho de um fazendeiro rico de São Paulo, dispunha de dinheiro suficiente para conquistar os amores das mulheres fáceis.

Afonso conduziu Eugênia para uma casa na Tijuca; a ali passaram ambos uma existência de amor, ou antes de prazer e volúpia.

Sentados ou deitados debaixo de frondosas árvores, viam correr as horas em cenas de amor e luxuria.

Se ele era libidinoso, ela era ardente e fogosa. Por fim quiseram mudar de cenário e resolveram voltar para a cidade, aboletando- se em uma casa na praia do Botafogo.

Teatros, bailes, passeios, carros, cavalos, tudo teve a amante do rapaz rico, e alegres corriam- lhe os dias, vivendo no luxo e na lascívia.

Os dois contavam as horas pelos beijos, ou antes pelos prazeres que fruíam. Viviam de ânsias de paixão, em uma verdadeira embriaguez de gozos e delícias.

Mas tudo cansa e fatiga. Como já não bastassem para passar as horas a beleza e o encanto de

Eugênia, Afonso buscou outra distração; entregou-se ao jogo.

Se de dia ficava envolvido nos braços da sereia, à noite ia consumir no jogo o tempo e o dinheiro.

Eugênia começou a estranhar a ausência do amante, a sentir-se só; e se a princípio lastimou-se e chorou, depois começou a perceber que Afonso já não mais lhe satisfazia, não era mais o seu doce apaixonado, e por isso procurou descobrir outro, que melhor o substituísse.

Também Afonso se sentia fatigado, e os recursos colhidos na casa paterna começaram a rarear.

Apesar da vida extravagante e inebriante de prazer que Eugênia levava, sua beleza ainda se apresentava esplêndida.

Era uma rosa que apesar de muito mimoseada, ainda conservava o encanto da cor e o perfume das pétalas. Ainda era sedutora e provocante e depressa atraiu as atenções de um rico negociante.

Por sua vez, Afonso percebeu certa frieza nessa mulher fogosa que soubera subjugá-lo. Já não havia tantos carinhos em seus afagos, nem tantas delícias em suas ânsias de prazer. Ele também foi, aos poucos se retraindo. Acresce que recebera uma carta do pai, chamando-o à fazenda pois já era vultuosa a quantia que esbanjara no Rio com os seus prazeres.

Resolveu partir, mas não sabia como iria conseguir desvencilhar-se das tramas em que se via envolvido.

Passou assim algum tempo, sem que o rapaz encontrasse uma solução. Uma noite, já bem tarde, voltando do jogo, ao entrar em casa não encontrou Eugênia. Procurou-a em todos os aposentos, chamou-a, mas tudo em vão. Ela desaparecera do ninho.

No dia seguinte preparou as suas malas, e dali a dois ou três dias estava de volta à casa paterna, esperando encher novamente a carteira para conquistar outra amante que viesse ocupar o lugar da que fugira.

XXIV

Antônio Gonçalves sabendo da gravidade do estado de Eduardo Maia ficou penalizado, e, para não causar mágoas à sua filha que vivia triste e abatida, resolveu esconder-lhe as notícias.

Os feitos do distinto rapaz em defesa da pátria, que se erguia livre e independente, haviam-no tornado benquisto e elogiado por todos, e Antônio Gonçalves era agora um dos entusiastas dos feitos do rapaz.

Além disso, as aspirações que acalentara de ter como genro Francisco Gomes da Silva estavam extintas pois, o reposteiro subira na escala social,

era vulto proeminente e, se pensasse em casar, iria buscar alguma dama distintas da sociedade fluminense.

Quanto ao fazer da filha uma freira, era idéia que já desprezara, não só porque considerara o incêndio de sua casa na véspera do dia em que Alice receberia o hábito monacal como castigo dos céus, como também porque, sendo o padre Miguel Afonso informado da violência que Antônio pretendia praticar contra a filha, retirara a sua proteção e ameaçara revelar ao bispo a sua crueldade, enclausurando uma donzela para não deixá-la casar-se com quem lhe ditava o coração.

Entretanto Eduardo se conservara fiel e dedicado ao seu amor, e, nos dias de luta da nação, procedera como um valente e como um patriota.

Recolhido ao hospital militar seu ferimento foi considerado grave e, por muitos dias teve que manter-se acamado para controlar as hemorragias, febre e dores cruciantes. Mas, depois de longo tratamento o mal foi debelado e o doente se restabeleceu.

Antônio Gonçalves fora visitá-lo mais de uma vez e, recebendo alta do hospital foi procurado pelo almoxarife que lhe falou no casamento de sua filha.

Maia rejubilou-se. Decorrido pouco mais de um mês, celebrou-se, na igreja de São José, o ato religioso unindo os noivos Eduardo Maia e Alice Gonçalves.

Ao sair do templo a moça avistou a velha Quitéria, que lhe disse baixinho:

- *Então, eu não lhe disse que aquela oração a Santo Antonio era milagrosa*?

Alice sorriu e Eduardo, tirando do bolso uma moeda de ouro, deixou-a cair nas mãos mirradas da velhinha.

Depois, ao entrar em casa, perguntou à sogra:

- *A senhora ainda tem medo dos maçons?*

- *Depende. Há maçons e maçons... e você é, por exceção, um maçom bom.*

XXV

E o que fora feito de Eugênia, a dama do Paço desencaminhada pelo Chalaça?

Viveu algum tempo com o terceiro amante, mas depois deixou-o para receber outro. Desprezada por este, aceitou mais um, mais dois, mais três, porque por último era o número das notas da carteira do visitante que lhe fazia abrir a porta da casa.

Quando saía à rua usava de luxo excessivo: trajava vestido de seda ou de veludo, ornavam-lhe o pescoço grossos cordões de ouro e, nos braços, ricos braceletes de brilhantes.

Dirigindo-se um dia o distinto franciscano Francisco Monte Alverne para o seu convento, em companhia do negociante Insua, sínodo do seminário de São Joaquim, que havia sido restabelecido por ordem de D. Pedro, viu passar uma mulher ricamente vestida.

Ainda nesse tempo o notável orador Monte Alverne conservava a luz dos olhos, que trinta anos depois perdeu, ficando porém intacta a grande luz que lhe iluminava o cérebro.

- *Conhece aquela mulher?* Perguntou Insua ao ilustre franciscano.

- *Não,* respondeu-lhe aquele.

- *É a dama, que no tempo de D. João VI, fugiu do Paço com o Chalaça.*

- *Ah, recordo-me, pelo aviso régio estampado na "Gazeta do Rio". Talvez seja agora uma mulher mundana.*

- *Presumo que sim, e por isso tenta atrair a atenção pública com o brilho das suas joias e o farfalhar da seda dos seus vestidos.*

- *É a devassidão ostentando a sua grandeza.*

- *É o vício excitando os vícios.*

- *Infeliz, caminhará cheia de pompas até cair coberta de sífilis no leito de um hospital,* ponderou Monte Alverne.

E o eminente franciscano despediu-se do amigo.

Nessa ocasião, lançando um olhar malicioso sobre o negociante e sobre o frade, Eugênia sorriu e continuou o seu passeio exibindo a sua beleza, que ainda não era pouca, e o seu luxo que então era muito.

Uma tarde, encontrando-se com o Chalaça, causador de sua infelicidade, o favorito de D. Pedro perguntou-lhe:

- *Oh! Eugênia, como vai?*

- *Vou vendendo o meu corpo como você vende a sua consciência...*

- *Valeu a resposta, morena,* exclamou rindo o famigerado conquistador de mulheres.

***

Assim se acabou o romance que o Chalaça escreveu sobre a sua vida, publicado em segunda mão por N. de Azevedo e agora reproduzido por nós em roupagem diferente.

ജ്ജ്ജ

9- Um capítulo da história que encheu de vergonha a raça dos Bragança... e que trouxe o famoso Chalaça para o Brasil.

O ourives da casa real Antônio Gomes da Silva, com todas as suas trapizongas[43] de ofício, procurava tomar o batel que o levaria à nau "Príncipe Real", na comitiva da Corte, quando ouviu um grito sibilante na praia.

- Olá, papai?! Olá, papai?!

Virou-se assustado e, com surpresa, deu de cara com o seu filho Chiquinho, formigão do seminário de Santarém.

Aproximaram-se pai e filho:

- Então, meu filho, o que é isso?

- Fugi do seminário e, para fugir, tive de quebrar os respeitáveis cocurutos do Reitor e do padre Anacleto Dias.

- Que loucura, meu filho...

- Ora, eu não sou de ferro. A rainha, o Príncipe Regente, a Corte, todo mundo que pode fugir está

[43] Conjunto de trastes de pequeno tamanho (NE)

indo embora. Por que eu também não posso fazer a mesma coisa?
- O que está feito, está feito...

E foi assim que o Chalaça, depois das suas estrepolias no Seminário de Santarém e das aventuras cambulescas[44] de Abrantes, chegou a Lisboa na hora exata em que o pai, acompanhando a Corte portuguesa, fugiam para o Brasil.

E por que a Corte fugia?

Dirá esse capítulo vergonhoso da História de Portugal, relatado por um português e um brasileiro, ambos historiadores e ambos patriotas, todos os dois verídicos cronistas.

E desse capítulo de história resultou para o clero português a perda de um padre Chalaça, e, para o Brasil, o apressamento de sua independência, com o translado da Corte Real de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Fale a voz da História:

> **O embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, ouviu com espanto dizer-lhe o senhor de Hauterive[45] que o imperador queria que Portugal fechasse os seus portos aos ingleses e lhes**

[44] Rocambolescas - marcado por imprevistos, por aventuras; acidentado, confuso, enredado (NE)
[45] Comuna francesa da Normandia (NE)

confiscasse as propriedades, e despedisse o ministro da Inglaterra em Lisboa.

Ao mesmo tempo Mr. de Beauharnais, ministro da França na Espanha, também pedia ao governo espanhol, em nome do governo imperial, a sua cooperação para obrigar Portugal a fechar os seus portos aos ingleses.

E enfim para apoiar estas cruéis exigências, organizava- se na fronteira francesa da Espanha um exército chamado de Pironda, que devia coagir o governo português a aceitar o que se lhe impunha.

Os ministros da França e da Espanha em Lisboa repetiram ao governo português a mesma intimação formulada do seguinte modo:

1º - que Portugal declarasse guerra a Inglaterra dentro de vinte dias;

2º - que fechasse os seus portos aos navios ingleses;

3º - que juntasse os seus navios às esquadras francesas;

4º - que seqüestrasse todas as propriedades britânicas existentes em Portugal;

> 5º - que prendesse todos os súditos ingleses residentes no país.
>
> O governo português ficou verdadeiramente fulminado com esta medida; reuniram-se conselhos sobre conselhos, mas não conseguiram achar uma maneira de sair desse terrível dilema: ou ser aniquilado no continente por Napoleão, ou perder todas as colônias, porque a Inglaterra não deixaria de se apoderar delas, logo que se tomasse contra os seus cidadãos uma medida tão iníqua.

Antonio de Araújo procurava conciliar as coisas, dizendo para a França que o príncipe regente não teria dúvida em fechar os seus portos aos ingleses, mas que não poderia violar as leis de hospitalidade, seqüestrando as propriedades inglesas, e prendendo os súditos da Grã Bretanha.

Ao mesmo tempo pedia a Inglaterra que fizesse a Portugal uma guerra aparente e consentisse em que os nossos portos fossem fechados aos seus navios.

Canning respondeu que não teria dúvida em consentir isto, desde que as tropas francesas não entrassem na Península. Quanto à guerra aparente, repelia a proposta, oferecendo em troca a sua esquadra para transportar o príncipe regente e a família real para o Brasil.

O governo português via-se em circunstâncias cada vez mais críticas. O gênio brusco de Napoleão tornava inútil a política dilatória e equívoca de Antonio de Araujo.

Às suas observações apenas respondeu, ordenando que fossem embargados os navios portugueses que estivessem nos portos franceses, sem que se dessem a esse respeito quaisquer satisfações ao embaixador português D. Lourenço de Lima.

Ao mesmo tempo os encarregados de negócios da França e da Espanha, Mr. de Reyneval e Marquês de Campo Alange, entendendo que a resposta de Antonio de Araujo era apenas ilusória, saíram de Lisboa no dia 30 de setembro.

E contudo o governo português mandara sair de Portugal os ingleses ali residentes. Isso não satisfez Napoleão que, no seu ódio intenso contra a Inglaterra, queria absolutamente que fossem presos os ingleses e confiscadas as suas propriedades.

Antonio de Araujo, prevendo a possibilidade de franceses e espanhóis virem ocupar os portos de Portugal, aconselhou ao príncipe regente que se retirasse para Peniche, que se poderia isolar do continente e que enviasse para o Brasil o príncipe da Beira, D. Pedro, que tinha então 9 anos de idade, acompanhado por sua tia D. Maria Benedita, como regente.

Admitindo o ponto de vista absurdo, iníquo e selvagem de Napoleão, é forçoso que digamos que as respostas do governo português não podiam nem deviam satisfazê-lo.

Percebia bem que Portugal nunca faria seriamente guerra a Inglaterra, que os seus portos só estariam fechados aparentemente aos seus navios, e, portanto, fosse qual fosse a resolução do governo português, nem por isso o imperador deixaria de se apoderar de Portugal.

A Inglaterra bombardeara, pouco tempo antes, Copenhague, com o mais manifesto desprezo pelos direitos das pessoas e pelas leis da humanidade.

"Infelizmente", diz Thiers, *"depois do desastre de Copenhague, as idéias de Napoleão haviam tomado outro rumo. Queria, não acabar, ocupando Portugal, de fechar as praias do continente, mas apropriar-se desse reino para dispor dele à sua vontade.*
Em vez de se aproveitar da vantagem moral que lhe dava sobre a Inglaterra a vergonhosa violência, cometida por esta contra a Dinamarca, estava decidido a não poupar os amigos e os complacentes da política inglesa, e a destrui-los todos em proveito da família Bonaparte, dizendo consigo que no fim da guerra isso não lhe seria embaraçoso; que mais um Estado suprimido na Europa não aumentaria as dificuldades da paz; que o que estava feito; que se adotaria, como de costume, o "status proesens" para base das negociações, e que, se estivesse mudada a face da

Península, seriam os governos europeus obrigados a admitirem-na como a encontravam, e a compreenderem-na no seu novo estado no tratado geral.

Por conseguinte resolveu apropriar-se de Portugal, salvo o entender-se com a Espanha, e até servir-se dele para revolucionar a própria Espanha; porque a Espanha o desagradava, incomodava e o revoltava no seu estado atual, tanto como as cortes de Nápoles e de Lisboa que já expulsara ou que ia expulsar do seu trono vacilante.

Tal foi o princípio dos maiores erros, das maiores desgraças do seu reinado. Confrange-nos o coração ao aproximarmo-nos dessa sinistra narrativa, porque não é só a origem das desgraças de um dos homens mais extraordinários, mais sedutores da humanidade, mas é origem das desgraças da nossa pátria, arrastada com o seu herói a uma queda aterradora."

Apesar de ser ordinariamente apologista do grande homem, Thiers não pode deixar de censurar o procedimento iníquo de Napoleão com Portugal, e vê nele a origem dos erros e dos crimes e das burlas indignas, que deram começo à declinação do prestígio de Bonaparte, e foram uma das causas eficientes da sua ruína.

Tratava-se porém do modo de se apossar de Portugal e para isso apresentavam-se planos diversos. Não era possível deixar de se contar com a aliança da Espanha, porque o exército francês

devia atravessar o seu território para conquistar o reino ocidental.

Durante algum tempo Napoleão pensou em ceder Portugal para a Espanha, obtendo deste país, em troca, as províncias ao norte do Ebro para serem anexadas a França.

Mas Napoleão tinha uma certa repugnância por esta solução, que também não encontraria menos resistência na Espanha.

D. Eugênio Izquierdo, emissário espanhol e confidente de Antonio Godoy, Príncipe da Paz, quando se tratou deste assunto da sorte de Portugal, propôs que ele deveria ser dividido em duas partes, uma que se daria ao Príncipe da Paz, outra à Rainha da Etruria.

Efetivamente se via que o trono desta princesa estava em alto risco, sentia-se que Napoleão queria afrancesar, de norte a sul, a Península Italiana, e portanto procurava-se já para a rainha da Etruria uma compensação territorial.

Napoleão voltou-se para este projeto, mas não quis deixar todo Portugal ao seu aliado, e, por conseguinte, dividiu o reino português em três partes: Entre-Douro e Minho, tendo por capital o Porto, com uma população de 800.000 almas, chamar-se-ia reino da Lusitânia Setentrional e formaria o apanágio da Rainha da Etruria; o Alentejo e o Algarve, com uma população de 400.000 habitantes e o nome de principado dos Algarves, seria dado ao Príncipe da Paz;

finalmente as províncias de Beira, Trás-os-Montes e Estremadura ficariam em depósito nas mãos do imperador dos franceses, que poderia, se assim o entendesse, restitui-lo um dia à casa de Bragança. Era a parte do leão. As três províncias tinham 2.000.000 de habitantes.

Estas foram as condições do tratado de Fontainebleau, assinado no dia 27 de outubro de 1807 pelo general Duroc, representando a França e D. Eugênio Izquierdo representando a Espanha.

Deste tratado porém não deu o governo imperial conhecimento ao embaixador português D. Lourenço de Lima, a quem aliás mandava sair de Paris no espaço de dois dias e da França no espaço de 15 dias, ordem semelhante a que, ao mesmo tempo, recebia do governo espanhol o Conde da Ega, ministro português em Madri.

Estas ordens tinham como motivo a declaração de guerra que a França e a Espanha faziam a Portugal, baseando-se na repugnância com que o príncipe regente aderia à causa continental, e ao fato de não ter, como lho requeria o imperador, confiscado as propriedades inglesas existentes no seu reino.

Ora, ao mesmo tempo que isto sucedia, promulgava- se em Lisboa um decreto datado de 22 de outubro de 1807, pelo qual se ordenava que todos os portos de Portugal fosse fechados aos ingleses, visto que o regente "*havia por bem aceder à causa continental, unindo-se a sua majestade o imperador dos franceses e a sua*

majestade católica, com o objetivo de contribuir para a aceleração da paz marítima".

A Inglaterra considerou isto como uma declaração de guerra e deu ordem às suas esquadras para que apresassem como inimigos os navios portugueses; lorde Strangford, ministro inglês em Lisboa, retirou-se para bordo da esquadra da sua nação que estava sobre a barra e uma esquadra inglesa apossou-se logo da Ilha da Madeira, como já fizeram em 1801.

Entretanto, o príncipe regente de Portugal hesitava, flutuava, e não fazia coisa alguma. Ora autorizava o seu ministro em Londres a aceitar, como aceitou no dia 22 de outubro, as bases para uma convenção, que se assentava na hipótese, admitida pelo príncipe regente, de se ir a família real refugiar no Brasil, como o governo inglês aconselhava, ora promulgava, como vimos, nesse mesmo dia 22 de outubro, um decreto fechando os portos aos navios ingleses, ora enfim, aterrado com a notícia de terem sido mandados sair de Paris e de Madri os seus ministros, promulgava a 8 de novembro um outro decreto pelo qual se ordenou a detenção de súditos britânicos e o seqüestro de todas as propriedades inglesas existentes em Portugal.

Mas ao mesmo tempo que se tomava essa medida, dizia-se em segredo ao embaixador inglês que os súditos dessa nação seriam indenizados do valor de suas propriedades.

Este procedimento indigno, dúbio, sem força, sem energia, sem resolução, sem pundonor, não fez senão atrair para o governo português o desprezo da Europa, e sobretudo a desconsideração dos franceses e dos ingleses.

O governo português não tinha coragem para tomar qualquer tipo de resolução, decidida, motivada, sucumbindo depois à força empregada pela França ou pela Inglaterra, mas sucumbindo com dignidade.

Afirmar porém que o seqüestro das propriedades britânicas era uma iniquidade, e dali a pouco sequestrá-las... por medo!

Ao mesmo tempo que as seqüestrava, implorar em segredo a Inglaterra que não se irritasse com uma medida que era puramente aparente!

Sujeitar- se a todos os caprichos de Napoleão e de lorde Canning! Mendigar vergonhosamente uma neutralidade que ninguém respeitava!... eis os atos oprobiosos que deviam causar a toda a Europa um verdadeiro tédio, que deviam inspirar à Inglaterra um desprezo profundo, e afinal uma compaixão desdenhosa pela nossa covardia.

Mas isso nem ao menos nos aproveitava; sucedia unicamente que em vez de estarmos em guerra com a França ou com a Grã- Bretanha, tínhamos por inimigos as duas nações!

E efetivamente deu-se o caso singularíssimo de estar ao mesmo tempo um exército francês em

marcha para invadir Portugal, e de estarem os navios ingleses fora da barra tomando os nossos navios, bloqueando o porto e ocupando a Ilha da Madeira.

O decreto de 8 de novembro foi o que deu ao ministério Canning o pretexto para esta última violência. Mandou sair de Cork uma esquadra comandada por sir Samuel Hood, levando a bordo dois regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia, debaixo do comando de William Carr Beresford, que chegou a Madeira no dia 24 de dezembro, e, apesar de terem mudado muito as circunstâncias, exigiu a entrega da ilha, que efetivamente se rendeu no dia 26 de dezembro, sem resistência, assinando o governador da ilha, Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Menezes, uma capitulação, cujo primeiro artigo era o seguinte:

> **"Desde a assinatura do presente tratado, a ilha da Madeira e suas dependências serão entregues aos comandantes das forças de sua majestade britânica para serem conservadas e gozadas por dita sua majestade com os mesmos direitos, privilégios e jurisdições com que até agora as gozou a coroa de Portugal".**

Esta foi pois uma verdadeira conquista feita pela Inglaterra, e, para bem se afirmar que a ilha da Madeira passava a ser uma possessão inglesa. William Beresford tomou juramento de fidelidade aos empregados civis e aos oficiais militares.

Isto era altamente escandaloso, porque ao tempo que essa conquista se fez, já não só eram os franceses senhores de Portugal, mas até já tocara na ilha da Madeira a esquadra que levava para o Brasil a família real portuguesa, esquadra que os navios ingleses escoltavam, mostrando assim o acordo que existia entre as duas coroas, de novo aliadas e amigas.

As instâncias do ministro português em Londres, D. Domingos Antonio de Souza Coutinho, levaram enfim o governo inglês a acabar com essa iniquidade, por meio de uma convenção que se assinou na capital da Inglaterra no dia 16 de março de 1808, pela qual foi restituído o governo civil da ilha ao governador português, ficando o militar ainda confiado a Beresford, ao qual deviam obedecer também as tropas portuguesas. O primeiro artigo dessa convenção dizia o seguinte:

> “As duas altas partes contratantes convieram em declarar de comum acordo a capitulação, assinada em 26 de dezembro de 1807 pelo governador português, o sr. Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Menezes por uma parte, e pelo almirante sir Samuel Hood, bem como pelo general Beresford da outra como não convencionada, e, se necessário é, a revogam e anulam, tanto no todo, como em cada uma de suas partes. E sua majestade britânica, em seu nome e no dos seus sucessores, promete de jamais fundar direito algum ou formular qualquer pretensão derivada da sobredita capitulação e a

cargo de sua alteza real, o príncipe regente de Portugal e dos seus sucessores".

Em virtude desta convenção, Beresford desligou os oficiais e autoridades civis da Madeira do juramento que haviam prestado ao rei da Inglaterra.

Assim pois foi-nos restituída a Madeira que, por algum tempo, o governo português julgou perdida, e tanto júbilo teve com a convenção que a restituía à coroa portuguesa, que o príncipe regente recompensou o nosso ministro em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, com o título de Conde do Funchal, que lembrava os relevantes serviços que ele prestara arrancando às garras britânicas essa formosa cidade e as outras povoações da florentíssima Ilha da Madeira.

Contudo Portugal só entrara na posse nominal da ilha. As tropas inglesas continuaram a ocupá-la.

Beresford veio para Portugal unir- se às forças de sir Arthur Wellesley no dia 17 de agosto de 1808, trazendo consigo um regimento de infantaria e uma companhia de artilharia.

Mas o resto das forças inglesas lá ficou debaixo do comando do general Meade, que, tempos depois, sendo transferido para o cabo da Boa Esperança, foi substituído pelo general Gordon, que só deixou a ilha da Madeira em outubro de 1814, quer dizer,

uns poucos meses depois de concluída na Europa a paz geral.

Durante os 7 anos que as tropas inglesas estiveram na Madeira, receberam dos cofres da ilha, 14 contos de réis de subsídio.

Voltemos porém a Portugal, onde o príncipe regente, não contente de se curvar a todos os ditames despóticos de Napoleão, ainda lhe enviava um embaixador extraordinário, o Marquês de Marialva, encarregado de desarmar-lhe a cólera e de pedir para o príncipe da beira, D. Pedro d'Alcantara, a mão de uma das filhas do general Murat, então grão-duque de Berg.

Sendo este casado com uma irmã do imperador, era portanto sua filha princesa da família imperial. A orgulhosa casa de Bragança solicitava como um favor uma aliança matrimonial com a filha dos Bonapartes, fidalgões rústicos da Córsega, e dos Murat, de mecânica ascendência!

O Marquês de Marialva não pôde passar de Madri, porque Junot já tinha o exército no coração de Portugal.

Ao mesmo tempo, e para se precaver de algum modo contra o ataque dos franceses, o governo do príncipe punha em pé de guerra o exército, e, a pretexto de se opor a qualquer desembarque dos ingleses, chamava ao litoral todas as tropas, formava campos militares em Barcelos, Soure, Mafra e Alcácer do Sul, procurando assim defender Lisboa e o Porto, mas desguarnecendo a

raia; mandava vir para o Tejo a esquadra do Mediterrâneo e convidava os particulares a enviarem para o tesouro as suas baixelas de prata, a título de dom ou de empréstimo.

Lorde Strangford entretanto não cessava de instar com o príncipe regente para que partisse para o Brasil, e chegou finalmente a dizer-lhe que ou aproveitasse a esquadra portuguesa para ir para a América, ou a entregasse à Inglaterra que lha pagaria pelo seu justo valor ou lha restituiria depois.

O príncipe regente porém hesitava ainda, a espera que a sua política de equívocos e mentiras lhe daria bons resultados, satisfazendo o imperador com o decreto de 8 de novembro e negociando por baixo de mão com os ingleses.

Veio porém fulminá-lo a notícia que lhe trouxe o tenente coronel Lecor de que o exército francês já estava muito no coração de Portugal. Espavorido, determinou-se a fugir e expediu às pressas as ordens para o embarque da corte e de todos os que quisessem acompanhá-lo.

Dirigiu então ao seu povo uma proclamação, em que lhe dizia que, tendo-se frustrado todas as tentativas que fazia para que a França não o inquietasse, resolvera partir para o Brasil para evitar ser preso pelos franceses.

Recomendava-lhe que recebesse como amigo o exército francês, e nomeava a regência que devia governar o reino e que se compunha do marquês

de Abrantes, do tenente general Francisco da Cunha e Menezes, do principal Castro, de Pedro de Melo Breyner, do tenente general D. Francisco Xavier de Noronha e do conde de Castromarim, como suplente.

Para secretário da regência foi nomeado o Conde de Sampaio e para vice-secretário D. Miguel Pereira Forjaz, procurador da coroa o desembargador João Antonio Salter de Mendonça.

Mas o que queria dizer esse conselho do príncipe D. João ao povo para que recebesse como amigos os soldados franceses? Que lhe aconselhasse que não tentasse uma resistência inútil, vá lá, mas que lhe dissesse que os tratasse como amigos é incompreensível!

Com quem estava ele aliado?

Com a França? Então para que fugia escoltado pela esquadra inglesa? Com a Inglaterra? Então para que queria ele que o povo tratasse os franceses como amigos?

Dúbia estultice que só trouxe para Portugal a vergonha mais miserável dos seus fastos nacionais!

Não se imagina a confusão que reinava em Lisboa na véspera da partida do príncipe regente. A agitação das famílias que partiam às pressas, chorosas e aflitas, a azafama dos provedores da frota que não tinham preparado coisa alguma

para uma saída súbita, tudo isto dava a Lisboa um incrível aspecto de tumulto e confusão.

O quadro da capital no próprio dia do embarque, foi traçado com mão de mestre por um escritor brasileiro nestas páginas:

“Bela e serena raiou a manhã de 27 de novembro de 1807, sucedendo a um dia chuvoso e sombrio, que representava ao justo a imagem de Portugal em lances tão perpassados de dores e sofrimentos.

Não se fixou nem ordem nem cerimonial para o embarque da corte. O regente comunicou a todos os membros da família real que deviam achar-se naquele dia a bordo dos navios, que lhes haviam sido designados.

Passaram aos ministros iguais instruções às pessoas que compunham a corte e aos empregados da administração que tinham de acompanhar o governo.

Deu-se-lhes liberdade para tomarem as providências que lhes aprouvessem, a fim de cumprirem as determinações que recebiam.

Não era possível prorrogar mais o momento da partida. Chegara na véspera a notícia de que Junot, apesar dos caminhos desabridos, estragados pelas chuvas copiosas que tinham caído ultimamente, muitas vezes estorvado pela falta de pontes para atravessarem rios assoberbados pelas enchentes das águas, tinham

conseguido pernoitar a 25 em Abrantes, que distava apenas 22 léguas de Lisboa.

Para o povo de Lisboa que espetáculo mais pungente! Assistia ao embarque das caixas fechadas, e de volumes imensos em tamanho e peso. Levando as riquezas em ouro e diamantes, objetos primorosos e de valor, raridades e relíquias artísticas.

Agrupado pelas pais e cais, que se estendem Tejo abaixo até Belém, via assim transportar-se os seus tesouros para bordo dos navios aprestados a seguir viagem.

Grande número de fidalgos e pessoas importantes pela sua posição e fortuna seguia o destino que levavam os bens e capitais. Soldados, oficiais de terra e mar, tomavam a mesma direção.

A tristeza nos semblantes, as lágrimas nos olhos, a dor saltando do coração e denunciando-se por todos os feitios! Dir-se-ia o exílio de uma nação inteira, diante de bárbaros invasores do lar da pátria.

Haviam deixado Granada os árabes enxotados por Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Marchando lentamente lançavam ainda de longe repetidos olhares de adeus e de saudade para a veiga do Xenil, para as torres do Generalife, para as águas amenas do Darro e para o monumento da Alhambra, obra portentosa dos seus

antepassados, adivinhando- lhes o coração que nunca mais os veriam.

Abandonavam os ossos de seus pais, as casas de seu nascimento, as mesquitas de seu culto e terra do seu amor, sem que nutrissem a mínima esperança de voltar. Nunca mais divisariam Granada se não em sonhos e cânticos.

Estaria reservada igual sorte aos portugueses de 1807?

No coro das dores humanas deve ser fundamento sensível esta nota, que abala e fere o mais íntimo do coração.

O regente e o infante de Espanha chegaram em um coche ao cais de Belém, sem acompanhamento de um só criado ou guarda; nem encontraram quem os recebesse oficialmente, pela confusão com que tudo se efetuara. Foram apenas saudados pelos gritos sentidos e verdadeiras lágrimas do imenso povo, que ali se achava aglomerado.

As chuvas dos dias anteriores formavam lamaçais difíceis de atravessar. Dois cabos de polícia que por acaso apareceram junto ao povo, lançaram pranchas sobre a lama, tiraram do coche os augustos personagens, carregaram-nos nos braços e os depuseram na galeota que ali se estacionara para recebe-los.

Confundiu-se o pranto do regente com o do seu povo.

Apertava a mão dos que se aproximavam dele. Dizia-lhes adeus com a voz comovida e entrecortada de suspiros.

Ao seguir a galeota para bordo da nau Príncipe Real, que lhe era reservada, não se pode descrever as cenas tocantes que se verificaram tanto em terra entre os que permaneciam, como a bordo da galeota e da nau que os acolhia em seu seio possante.

Já estava embarcado o regente, quando chegou ao mesmo cais D. Carlota Joaquina com os filhos. A princesa, suas filhas e damas e o infante D. Miguel seguiram em demanda da nau Rainha de Portugal.

Pedro de Alcântara demorou-se com o seu aio no meio dos grupos do povo, que o saudava com estrepitosas demonstrações de afeto, como o fizera com o regente.

D. Pedro esperou que chegasse a rainha sua mãe, que se atrasara no caminho e que era acompanhada por duas damas.

Novas cenas e talvez mais pungentes sucederam neste momento. A rainha começou a gritar, repugnando embarcar-se. Considerava-se roubada, arrastada ao suplício, levada ao patíbulo.

Parecia às vezes ao povo que, através da alucinação de que ela padecia, raiava a luz do patriotismo que a incitava a não desapegar-se da pátria, preferindo sujeitar-se à sorte dos seus súditos.

Houve quem sustentasse igualmente que, no meio das palavras impensadas, que lhe escapavam dos lábios, ouvira-lhe claramente dizer que não queria que acreditasse que ela fugia diante de inimigos.

Custosamente as damas conseguiram transferi-la para a galeota e seguir com ela e com o jovem príncipe para bordo da nau em que se embarcara o regente.

As últimas a deixar Lisboa foram as duas princesas, irmãs da rainha, que se dirigiam com as suas comitivas, para a nau Princesa do Brasil.

Duque de Cadaval, os marqueses de Alegrete, Belas, Angreja, Pombal, Lavradio, Torres Novas e Vagos; os condes de Pombeiro, Redondo, Caparica, Belmonte e Cavaleiros; os ministros de Estado e os demais personagens de primeiro plano com as suas famílias e comitiva, trataram por seu lado acomodar-se em outras embarcações.

Ao passarem por entre as massas curiosas, alguns receberam provas inequívocas de estima. Outros, que a multidão detestava, ouviram palavras desagradáveis e injuriosas, posto que não sofressem ofensas físicas.

Houve entre eles quem, temendo-se das iras do povo, preferiu seguir para bordo à sombra da noite e às escondidas.

Alguns regimentos de linha, que tiveram ordem de embarcar, recusaram a obedecer e debandaram-se; seguiram porém outros, mais disciplinados, para o seu destino.

Dos negociantes e proprietários muitos acompanharam a corte e, para isso, haviam fretado e preparado navios que se anexaram à frota.

Cerca de 15.000 pessoas de todos os sexos e idades abandonaram, neste dia as terras de Portugal, fugindo aos horrores de que a invasão francesa as ameaçava, e procurando abrigar-se nas hospitaleiras praias da América.

Pode-se calcular, por esta quantidade de gente excitada, provinda em grande parte das classes abastadas, a quanto subiriam os tesouros que levaram para fora do reino.

Alguns cronistas orçam em mais de oitenta milhões de cruzados a soma das importâncias que partiram para o Brasil. Deixaram-se exaustos os cofres públicos de Portugal. Ficaram apenas no erário dez mil cruzados, sem que se houvesse pago aos empregadores e credores do Estado que, aliás, reclamavam as suas indenizações.

A frota composta de oito naus de linha, quatro fragatas e quatro embarcações menores, e seguida de uma infinidade de navios mercantes que chegavam a mais de quarenta, pretendeu, ao romper a aurora de 28, deixar o Tejo e demandar os mares.

Um vento rijo e constante proibiu-lhe porém a saída e obrigou-a a conservar-se ancorada todo esse dia e a sua noite respectiva.

Em geral a ansiedade dos exilados, que viam a cada momento entrar a divisão francesa e apoderar- se da sua esquadra e das suas pessoas e bens, depois de tantos sacrifícios cometidos para salvar-se.

Ao amanhecer, porém, o dia 20 de novembro, virou o vento para o polo do norte. Levantaram- se as amarras e largaram- se as velas.

Foi a frota deslizando vagarosamente pelas águas do Tejo, até que entrou no oceano, recebendo, pelo meio-dia, as últimas saudações das fortalezas que guarnecem a entrada da barra e defendem a cidade de Lisboa.

Os navios que compunham a esquadra portuguesa que partiu para o Brasil, foram as naus Príncipe Real de 84 peças; Rainha de Portugal, Príncipe do Brasil, Medusa e Conde Dom Henrique, de 74 peças; D. João de Castro, Afonso de Albuquerque e Martim de Freitas, de 64 peças; as fragatas Minerva de 44 peças; Golfinho de 36 peças; Urânia

e Jutra de 32 peças; os brigues Lebre e Voador, de 22 peças; Vingança de 20 peças; a escuna Curiosa de 12 peças.

O comandante desta esquadra era o vice-almirante Manuel da Cunha Souto- Maior.

Ficaram no Tejo, incapazes de serviço, as naus S. Sebastião, D. Maria I e Princesa da Beira, em concerto e quase pronta a nau Vasco da Gama, precisando de grande concerto as fragatas Fênix, Amazonas e Pérola; e completamente incapazes de serviço as fragatas Vênus e Tritão.

Quando a esquadra portuguesa passou junto da esquadra inglesa, foi saudada com muitos vivas e salvas de artilharia, e logo sir Sidney Smith foi a bordo apresentar os seus respeitos ao príncipe Regente e ofereceu-lhe para acompanharem na viagem as quatro naus de linha Marlborough, Monarche, Redford e London.

***

Deixemos a esquadra navegar, seguindo o caminho das terras de Santa Cruz. Estava consumada uma das maiores vergonhas da história portuguesa.

A longa série de humilhações a que o príncipe regente submetera a sua pátria, encerrava-se com esta fuga covarde e este abandono de Portugal, sem organização nem defesa. Nem ao menos

deixava conselhos animadores, contra a invasão do estrangeiro.

A política, erguida nessa grande crise europeia pelo governo português não podia efetivamente ser mais desastrada, nem mais inepta, nem mais infamante.

Acima de todas as considerações de poder ou de fraqueza, está o brio e o pundonor nacional. Uma nação que se sujeita a humilhações aviltantes, sejam quais forem as conseqüências que dali lhe possam resultar.

As baixezas com que o governo do príncipe regente comprou uma tranqüilidade precária, ainda nos fazem corar de vergonha.

A sua subserviência para com o arrogante Lannes, as suas súplicas, o pagamento de 15 milhões de francos para comprar o direito de ser neutro, a sua obediência às ordens de Napoleão, ainda as que mais repugnavam a consciência do soberano, obediência que de mais a mais era fingida – porque as humilhações para comprazer a França tinham como contrapeso humilhações não menores para não descontentar a Inglaterra – tudo isso constitui uma série de vilanias que desonra, de um modo escandaloso, a história portuguesa.

Toda nação tem direito de se conservar neutra numa guerra. Quando essa neutralidade não lhe é respeitada, pega em armas para sustentá-la e alia-se, ipso facto, com a nação inimiga daquela que

pretende violentá-la. Foi o que fez o Marquês de Pombal em 1762.

Dir-se-ia que o governo inglês abandonara Portugal em 1801. Em primeiro lugar, uma nação, quando vê sua honra ofendida, não pode nem deve pensar nas probabilidades da luta.

Além disso, decerto não sucederia o mesmo em 1807, em que a Inglaterra tinha o máximo interesse em socorrer Portugal, oferecendo-lhe tropas que, de fato, chegou a mandar.

Além disto, se Portugal estava recebendo tantos insultos da nação inglesa, por que não se aliava francamente à França? Perderia as colônias? Aliando- se com a Inglaterra, perdia o continente.

O que era necessário, para honra de Portugal, era seguir uma política qualquer, mais decidida e clara. Tomava o partido da Inglaterra? Declarasse guerra à França e a combatesse como pudesse.
Os franceses, entrando em Lisboa, prendiam o príncipe regente e a família real. Pois se refugiasse a bordo da esquadra inglesa, fosse colocar sua família nos Açores, na Madeira, ou no próprio Brasil, e viesse o regente assistir à defesa do reino, já que não sabia dirigi-la.

Jamais deveria fugir para o Brasil, comboiado pelos navios ingleses e nunca deveria ordenar ao povo que tratasse os franceses como amigos!

Que podia o príncipe regente colher desta política hipócrita e traiçoeira, senão o desprezo de todos os gabinetes europeus e a desconsideração com que forçosamente o haviam de tratar inimigos e aliados?

Mas que importavam todas essas considerações ao príncipe inepto e covarde, que mostrava no trono de Portugal, como Carlos IV no trono da Espanha, a degeneração e decadência das velhas raças monárquicas?

Tratou de por a salvo a sua pessoa e bens e isso lhe bastava. Partiu deixando o reino entregue a si mesmo."

***

Este foi o episódio vergonhoso da história de Portugal, relatado páginas acima por dois historiadores.

E esse foi o episódio histórico que trouxe de Portugal para o Brasil, o famoso Chalaça.

ᘓᘐᘓᘐᘓᘐ